

Precarização do Trabalho  
e Saúde Docente nas  
Universidades Públicas  
Brasileiras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Reitor

José Jackson Coelho Sampaio

Vice-Reitor

Hidelbrando dos Santos Soares

Editora da UECE

Erasmus Miessa Ruiz

Conselho Editorial

Antônio Luciano Pontes

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso

Francisco Horácio da Silva Frota

Francisco Josênio Camelo Parente

Gisafran Nazareno Mota Jucá

José Ferreira Nunes

Liduina Farias Almeida da Costa

Lucili Grangeiro Cortez

Luiz Cruz Lima

Manfredo Ramos

Marcelo Gurgel Carlos da Silva

Marcony Silva Cunha

Maria do Socorro Ferreira Osterne

Maria Salete Bessa Jorge

Silvia Maria Nóbrega-Therrien

Conselho Consultivo

Antônio Torres Montenegro (UFPE)

Eliane P. Zamith Brito (FGV)

Homero Santiago (USP)

Ieda Maria Alves (USP)

Manuel Domingos Neto (UFF)

Maria do Socorro Silva Aragão (UFC)

Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça (UNIFOR)

Pierre Salama (Universidade de Paris VIII)

Romeu Gomes (FIOCRUZ)

Túlio Batista Franco (UFF)

André Vasconcelos Ferreira, Francisca Geny Lustosa,  
Maria do Céu de Lima, Mário Martins Viana Júnior,  
Patrícia Helena Carvalho Holanda, Tânia Maria Batista de Lima,  
Carlos Cesar da Silva Lacerda  
(Organizadores)

# Precarização do Trabalho e Saúde Docente nas Universidades Públicas Brasileiras

Fortaleza - Ceará



2015

**Precarização do Trabalho e Saúde Docente nas  
Universidades Públicas Brasileiras**

© 2015 *Copyright by*

Edith Seligmann-Silva, Idaletto Malvezzi Aued, Janete Luzia Leite,  
Roberto Leher, Sara Granemann, Zuleide Fernandes de Queiroz,  
André Vasconcelos Ferreira, Patrícia Helena Carvalho Holanda,  
Francisca Geny Lustosa, Maria do Céu de Lima,  
Mário Martins Viana Júnior, Tânia Maria Batista de Lima,  
Marcelo José Monteiro Ferreira, Silvia Helena de Lima Monteiro,  
Carlos Cesar da Silva Lacerda

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE  
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará

CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893

Internet: [www.uece.br](http://www.uece.br) – E-mail: [eduece@uece.br](mailto:eduece@uece.br)

Editora filiada à



**Coordenação Editorial**

Erasmus Miessa Ruiz

**Capa e Diagramação**

Lara Vasconcelos

**Revisão de Texto**

Eduardo Andrade Rodrigues

*Nesta edição, respeitou-se o novo*

*Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*

**CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**

Bibliotecária responsável: Vanessa Cavalcante Lima – CRB 3/1166

P 923 Precarização do Trabalho e Saúde Docente nas Universidades Públicas  
Brasileiras / André Vasconcelos Ferreira... [et al.]. – Fortaleza:  
EdUECE, 2015.

140 p.

ISBN: 978-85-7826-286-0

1. Educação Superior – Brasil. 2. Docência – Saúde no trabalho.  
3. Políticas Públicas nas Universidades. I. Título.

CDD: 610

# Sumário

- 8** APRESENTAÇÃO - Precarização do trabalho docente e adoecimento na Universidade Pública brasileira
- 16** A Universidade como espaço de valorização do capital e suas contradições: Anotações para debate  
IDALETO MALVEZZI AUED
- 26** Políticas Públicas de Educação Superior no Brasil  
ROBERTO LEHER
- 52** Contribuições para o debate acerca das Políticas Públicas de Educação Superior no Brasil  
ZULEIDE DE QUEIROZ
- 64** “Previdência Privada” é precarização do trabalho?  
SARA GRANEMANN
- 72** Produtivismo acadêmico e adoecimento docente: duas faces da mesma moeda  
JANETE LUZIA LEITE
- 80** A precarização contemporânea: A saúde mental no trabalho precarizado  
EDITH SELIGMANN-SILVA-
- 122** A PESQUISA- “Precarização do Trabalho e Saúde Docente na Universidade Pública Brasileira - Um Estudo na UFC, URCA e UVA: Considerações Teórico- Metodológicas

# Precarização do trabalho docente e adoecimento na Universidade Pública brasileira

APRESENTAÇÃO

As relações do trabalho docente na Universidade pública brasileira vêm se precarizando, sobretudo nas últimas duas décadas, quando se fizeram sentir com maior intensidade, no Brasil, as transformações decorrentes do processo da mundialização/financeirização do capital, no contexto da chamada pós-grande indústria. No papel de docentes da UFC, UVA e URCA pode-se dizer que experienciamos duplamente essa realidade: como sujeitos e objetos de pesquisa. O desafio que se coloca, no caso, é o de conhecer a realidade vivida tanto na condição de pesquisadores como na de trabalhadores – o que representa um esforço de conhecer as próprias condições de (re)produção.

A partir da condição acima referida, é também interessante notar que os textos desta coletânea possuem relação direta com a pesquisa Precarização do Trabalho e Saúde Docente na Universidade Pública Brasileira: um estudo na UFC, UVA e URCA, e com a atividade sindical dos integrantes do Grupo de Pesquisa Trabalho e Saúde Docente, vinculados aos sindicatos docentes das respectivas Universidades (ADUFC, SINDIUVA e SINDURCA).

A partir dessa experiência, ao mesmo tempo, sindical e acadêmica foi realizado, na Universidade Federal do Ceará, de 28 a 30 de abril de 2014, o Seminário Precarização do Trabalho e Saúde Docente nas Universidades Públicas Brasileiras. Os palestrantes do Seminário foram convidados a transformar suas palestras em textos que compõem, junto com um artigo sobre o atual estágio da pesquisa intitulada “Precarização do Trabalho e Saúde Docente na Universidade Pública Brasileira: um estudo na UFC, UVA e URCA”, o livro que ora apresentamos. A pesquisa objetiva analisar as condições de vida e trabalho dos professores nas três instituições públicas de ensino superior do Ceará.

Na perspectiva de investigar as condições de vida e trabalho dos docentes das universidades públicas brasileiras, fez-se a opção metodológica pela pesquisa colaborativa. Trata-se, assim, de uma investigação que busca articular - no contexto do trabalho acadêmico - a teoria e a prática transformadoras da realidade. Ou seja, empreender um movi-

mento que busca articular, de maneira indissociável, ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista que as reflexões realizadas podem ser trabalhadas nos diferentes espaços universitários e na sociedade em geral.

Outro fator importante diz respeito à ação coletiva dos pesquisadores, que, refletindo sobre suas condições de trabalho, buscam compreender o cotidiano das relações que se entrelaçam no quefazer acadêmico, e contribuir para uma transformação da materialidade vivida.

Vale ressaltar, ainda, o caráter interinstitucional e interdisciplinar da investigação em curso, que conta com docentes de diversas áreas do conhecimento, tais como Economia, Educação, Geografia, História, Medicina, Psicologia e Química. A opção dos pesquisadores pelo método de pesquisa histórico-dialético também materializa esse caráter interdisciplinar, na medida em que possibilita a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento numa perspectiva histórica.

10

Sublinhe-se que, entre os objetivos da pesquisa, busca-se discutir as condições de trabalho dos professores das referidas universidades, analisar as políticas públicas que interferem mais diretamente nesse contexto, bem como as formas de subjetivação do docente frente a essa situação. Cabe também destacar o debate sobre a própria qualidade do trabalho docente, que se desenvolve, cada vez mais, tendo como referência o produtivismo acadêmico, que conduz inevitavelmente à precarização das relações de trabalho.

As contribuições teóricas aqui reunidas buscam dialogar na perspectiva de uma melhor definição do referido objeto de pesquisa e se constituem como espaço de reflexão/articulação junto a outros pesquisadores, bem como na interlocução com a categoria docente das universidades públicas brasileiras.

O texto do professor Idaleto Aued (UFSC) - *A Universidade como espaço de valorização do capital e suas contradições: Anotações para debate* - abre a coletânea com o debate sobre as mudanças recentes do capitalismo e suas repercussões sobre o trabalho docente realizado nas universidades brasileiras. Segundo o autor, o que acontece nessas instituições

é uma precarização das relações de trabalho e não, como advogam alguns, a precarização do trabalho em si. Esse é um aspecto que, certamente, exigirá uma atenção especial do grupo de pesquisa, mas há de se considerar também outra hipótese possível: a de que, na medida em que são precarizadas as relações de trabalho, degrade-se também o próprio trabalho docente.

Os efeitos das transformações do capitalismo sobre as políticas públicas educacionais e suas repercussões nas condições de trabalho e saúde docentes são objeto da análise do professor Roberto Leher (UFRJ) no artigo *Políticas Públicas de Educação Superior no Brasil*.

O autor nos alerta que, para que se compreenda a política de educação superior em curso no Brasil, é preciso que se recuse um caminho aparentemente óbvio, e que se paute as análises e conclusões somente a partir de um exame linear das medidas legais. No curso da sua argumentação, Leher esclarece que a “aparente miríade de instrumentos normativos” é balizada pelas tendências socioeconômicas e pelos objetivos dos sujeitos e grupos que demandam tais medidas legais, configurando, pois, as características das contrarreformas da educação superior. Leher destaca que a análise da situação educacional brasileira deve levar em conta “a particularidade da Revolução Burguesa no Brasil, conforme preconizou Florestan Fernandes em 1975”. A análise do autor parte da ideia de que a estratégica criação da instituição universitária no território brasileiro ocorreu de maneira tardia, se comparada ao surgimento da universidade na América Latina. Na sequência, o texto dá destaque aos projetos e programas que têm balizado a atuação dos setores privado e público na educação superior brasileira.

O texto da professora Zuleide Fernandes de Queiroz (URCA) - *Contribuições para o debate acerca das políticas públicas de educação Superior no Brasil* - privilegiou a discussão a respeito da articulação do Ensino Superior com aquelas relativas aos demais níveis de ensino e suas modalidades. Assim, foram evidenciados - a partir de um construto teórico-metodológico - alguns indicadores educacionais, os quais fo-

ram sistematizados tendo como base documentos oficiais do IPECE/SEPLAG–Ceará (2010, 2012 e 2014), periódico sobre Saúde, educação, trabalho (2014), Constituição Federal Brasileira (1988), Plano Decenal de Educação (1994, e sancionado em 1960), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/96), Plano Nacional de Educação (PNE, 2001-2010), FUNDEF (1996), Diretrizes curriculares para os níveis e modalidades de ensino (1998) e o Plano Nacional de Educação, para o decênio 2001 a 2010.

12

A análise da realidade educacional nacional e do Ceará foi realizada tendo como baliza a experiência da autora como docente/militante sindical, com especial destaque para o fato de que - no histórico do processo de formulação das políticas para a educação superior pelo Estado brasileiro - fica evidente que tais políticas são definidas em um cenário de aliança entre o MEC e o Banco Mundial. Dessa situação, afirma a professora, surge um ordenamento legal marcado por uma “organização da educação superior na perspectiva da parceria público-privado, na busca da autossustentação institucional, na avaliação como eixo norteador, avaliação esta entendida como competência, eficácia, eficiência, produção.” Finalmente, conclui que esse processo não ocorre sem que haja embate e resistência dos movimentos sociais da educação e da sociedade civil organizada contra a lógica produtivista e mercadológica.

O trabalho da professora Sara Granemann (UFRJ), intitulado *Previdência privada é precarização do trabalho?*, discute as mudanças recentes das políticas previdenciárias, bem como suas implicações sobre as relações de trabalho e saúde dos docentes em questão.

Ainda que trate especificamente da privatização da previdência de servidores públicos federais, a análise realizada por Sara Granemann projeta o leitor para uma compreensão mais ampla do processo de precarização sofrido pelos trabalhadores na atualidade. A instabilidade da vida em tempos de aposentadoria é explicada por ela à luz das alterações da legislação brasileira e da articulação de partidos e sindicatos nos últimos 40 anos, desvelando o avanço do grande capital no Brasil.

A autora revela, ainda, os caminhos que percorre o montante pago pelos trabalhadores, desde a sua entrega a bancos e fundos de pensões até a sua entrada no mercado de capitais: bolsas de valores, definição de taxas de juros, especulação com títulos públicos, projeções atuariais. Nesse processo, as especulações do mercado financeiro incidem e contribuem diretamente com a piora dos modos de vida dos trabalhadores, piora esta que se expressa de diversas maneiras, a saber: demissões sumárias, programas de demissão voluntários, aumento da jornada de trabalho, redução do número de trabalhadores, adoecimento, congelamentos salariais, alongamento dos anos de trabalho e de contribuição, e regras mais duras para a aposentadoria. Seu texto, entretanto, não é apenas uma constatação - é um aguçamento da nossa percepção, ao mesmo tempo em que se torna chamariz para resistência e luta no sentido de mudança.

Em seguida, o trabalho da professora Janete Luzia Leite - *Produtivismo acadêmico e adoecimento docente: duas faces da mesma moeda* - apresenta as principais mudanças que têm ocorrido no trabalho docente e suas repercussões no cotidiano dos professores das universidades brasileiras.

Para a autora, o trabalho do docente de nível superior está cada vez mais intenso e precário. Os professores estão adoecendo. A venda da educação como mercadoria está atravessando não só a vida dos docentes, como também seu processo de trabalho. Não há mais espaço para que se faça o que se quer, a não ser que se obedeça ao que está sendo mandado (ou demandado) pelas agências de fomento ou pelo financiador. Todo aquele processo de construção de um projeto, não só de trabalho, mas também de produção do conhecimento, está chegando ao fim porque a quantidade (produtivismo) está se sobrepondo à qualidade. Esta situação se agrava em função das cobranças por rapidez na apresentação do conteúdo, do aumento no número de estudantes e da quebra do chamado tripé universitário - ensino, pesquisa e extensão. Dentre as somatizações mais comuns em casos de sobrecarga de trabalho pode-se citar o estresse, a depressão, a LER (lesão por esforço

repetitivo), os problemas de coluna, a hipertensão, a asma, as úlceras, as enxaquecas, a perda de equilíbrio, torcicolos e a queda de cabelos. Além disso, o ambiente universitário é propício a que se desenvolva dependências de álcool, tonificantes, drogas, tabaco e outras substâncias responsáveis por provocar ou intensificar doenças crônicas. Os discentes também são prejudicados pela dinâmica do mercado dentro da universidade. Atualmente torna-se difícil encontrar um aluno que tenha lido um livro completo durante o semestre letivo. São sempre lidos capítulos, ou trechos cortados, e só.

14

Finalmente, para a professora, a universidade se tornou um espaço marcado por pressões sobre os alunos (participação em eventos, publicações para manutenção de bolsas), competitividade pelo desempenho quantitativo (editais para pesquisas, publicações), e cumprimento de metas e apresentação de resultados. Assim, a síndrome de Burnout e o assédio moral (direto e indireto) são as demonstrações mais cabais de que a universidade, hoje, é uma fábrica de doentes e de doenças.

Na sequência, o artigo *A precarização contemporânea: a saúde mental no trabalho precarizado*, de autoria da Professora Edith Seligmann-Silva, parte do pressuposto de que as grandes mudanças e turbulências políticas, sociais e econômicas em curso no mundo contemporâneo mantêm relação, certamente, com o impressionante aumento dos registros de transtornos psíquicos. Antes de abordar os reflexos mentais dessas mudanças profundas, o texto busca contemplar sucintamente algumas dimensões e interfaces do processo de precarização que culminou na presente conjunção de crises. Nesse sentido, tais dimensões exigem que tanto a crise quanto a precarização sejam contempladas sob a perspectiva das degradações que, de modo interarticulado, vêm ferindo a ética, o meio ambiente, a sociedade (precarização social), o mundo do trabalho e a saúde humana.

Trata-se, portanto, de considerar a crise ética, a ambiental, a social, a do trabalho e a da saúde. No âmbito desta última, Seligmann-Silva concentra sua atenção nos impactos sobre a saúde mental, impactos

esses que são indissociáveis daqueles que atingem as outras dimensões citadas, e que consubstanciam o desgaste mental no contexto de uma precarização geral que persiste em ampliação. Ao mesmo tempo, a autora busca identificar algumas resistências e perspectivas de superação desse processo destrutivo.

E, fechando a coletânea, apresentamos, resumidamente, o status atual da pesquisa, partindo do projeto definido também com a colaboração dos participantes do seminário – aos quais aqui agradecemos, assim como aos associados dos sindicatos citados que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa.

A CONCLUSÃO desta coletânea, em junho de 2015, acontece no contexto da deflagração da greve nacional de professores e servidores técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras. Essa ampla mobilização das categorias das IFES tem como reivindicação central a melhoria das condições de trabalho e saúde desses trabalhadores que, a despeito das condições adversas que enfrentam, diuturnamente efetivam a formação de profissionais para as diversas áreas do conhecimento da sociedade brasileira.

A realização da pesquisa e do Seminário que deu origem ao presente livro, bem como a publicação e divulgação dos artigos desta coletânea, representam a nossa pequena contribuição para o fortalecimento da resistência e luta em defesa da Universidade Pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. Oxalá possamos, em um futuro breve, comemorar as conquistas históricas desse movimento justo e necessário na sociedade brasileira.

Os organizadores

A Universidade como  
espaço de valorização  
do capital e suas  
contradições:  
Anotações para debate.  
IDALETO MALVEZZI AUED<sup>1</sup>

1 - O capital se impôs como modo de produção social, em sua fase madura, após a revolução industrial inglesa, quando o trabalho foi subsumido realmente, e não só formalmente, ao valor-se-valorizando - principalmente no território da Europa Ocidental (e atualmente em todos os cantos do globo terrestre). O capital, como modo de os homens produzirem sua existência, estrutura a sociedade pelo trabalho excedente, isto é, pelo trabalho para além do trabalho necessário à produção dos assalariados, e não pelo trabalho em geral (agrícola, comandado ou contido), como afirmara a Economia Política nos séculos XVIII e XIX. Sua lógica, portanto, é a de subtrair cada vez mais, extensa e intensamente, trabalho excedente de quem trabalha produtivamente para o capital - lógica que impõe o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social em detrimento do trabalho individual numa escala jamais conhecida até então pela humanidade. Este objetivo imprime a necessidade de se conhecer, controlar e reproduzir as leis naturais para que elas sejam utilizadas na produção do trabalho excedente, do mais valor. A grande indústria moderna é a síntese, na materialidade, desta forma de os homens se produzirem - materialidade que se apresenta hoje como “intelecto geral”, no dizer de Karl Marx, isto é, ato teleológico social como universalidade produtiva, ciência. As universidades expressam essa realidade produtiva do nosso tempo, tempo do capital se autoperpetuando em processo contraditório. A singularidade desse tempo é a universalidade da produção material para cada ser humano. É tempo de cada indivíduo contribuir para a produção de todos os seres humanos, porque ninguém mais produz sua existência como seu próprio trabalho e isoladamente. A conexão entre todos os seres humanos é a forma do ser social, independentemente das vontades, dos desejos, das religiões, das ideologias, dos locais etc. O trabalho transubstancia de individual para social. Este é o processo civilizatório do capital.

2 – A sociedade engendrada pelo capital, a sociedade burguesa, ou o modo de produção capitalista, se caracteriza por uma realidade social complexa, porque sua essência se manifesta em uma aparência invertida, isto é, essência e aparência são contrapostas; a essência se expressa pelo seu contrário. Ao se analisar a essência da sociedade burguesa pelo processo de produção e reprodução (pelo qual os homens produzem sua existência) verifica-se, cotidianamente, que um grupo de pessoas desvinculado (livre) da terra, da servidão, da escravidão, dos meios de produção, do trabalho e do produto do trabalho, e que está vinculado (dispõe) tão somente da sua capacidade de trabalho (força de trabalho), é obrigado, para viver, vendê-la por um salário. Este grupo é classificado como classe social dos assalariados. Um segundo grupo de pessoas é proprietário privado dos meios de produção, e compram a força de trabalho do grupo anterior. Este segundo grupo é classificado como classe social dos capitalistas. Os capitalistas somente compram a força de trabalho porque esta é fonte viva do trabalho que cria valor, mas só a compra se os assalariados produzirem valor superior ao valor antecipado por eles, um valor excedente. E o valor excedente é expressão, no modo de produção capitalista, de trabalho excedente, mais-valia (mais-valor). Esta é a lógica da produção na sociedade burguesa, cuja essência é uma determinada relação entre classes sociais e não entre indivíduos.

Mas para que se compreenda a produção de qualquer fenômeno, é preciso pressupor elementos que se combinem para produzir um resultado determinado (no caso aqui considerado, a mais-valia). Assim, podemos afirmar que, dada a existência de duas classes sociais, a dos assalariados e a dos capitalistas, que se relacionam pela compra e venda da força de trabalho e na qual se produz mais-valia, organiza-se a sociedade capitalista. Contudo, se a análise é interrompida nesse estágio, ela fica limitada, porque em ciência se demonstra a origem dos fenômenos, sem suposições, já que é preciso conhecê-lo, controlá-lo e reproduzi-

-lo. E é pela reprodução do próprio fenômeno que seus pressupostos aparecem como resultado. Assim, ao reproduzir-se por várias vezes (o tempo não vem ao caso aqui) a produção da mais-valia, tem-se como resultado (produto) a criação da classe dos assalariados e da classe dos capitalistas. Desta forma, a origem do modo de produção capitalista se dá em todos os lugares e instantes em que se produz mais-valia, pois se produzem simultaneamente as duas classes fundamentais dessa sociedade. Por esta razão é que na materialidade produtiva dessa sociedade, no seu estágio maduro, a lógica e a história se compatibilizam, e para investigá-la e compreendê-la não há mais necessidade de se recorrer aos processos históricos pré-capitalistas. Os capitalistas, ao comprarem a força de trabalho, num primeiro estágio de produção, pagam o valor da força de trabalho e adquirem o direito ao trabalho que será incorporado aos meios de produção, também comprados pelos capitalistas. Já se sabe que o assalariado produzirá mais-valia (mais-valor), mas, ao se reproduzir “n” vezes o mesmo processo, fica evidente que o dinheiro antecipado pelo capitalista tem origem no trabalho excedente criado pelos trabalhadores nas etapas precedentes. Desta forma, fica evidente que a troca é mera aparência, pois a relação de compra e venda da força de trabalho, relação entre indivíduos, é a forma da relação entre o trabalho excedente da própria classe trabalhadora do passado com o trabalho necessário do presente. Ao se reproduzir o processo da produção da mais-valia, o que ocorre é que o trabalhador desgasta sua própria força de trabalho e, para continuar vendedor da sua força de trabalho, recria riqueza para recompor suas energias física e mental, mas que será comprada através de seu salário. Produz, assim, a sua não propriedade sobre o produto do seu próprio trabalho; produz, também, com o trabalho excedente, a propriedade dos capitalistas, fontes da propriedade privada burguesa - propriedade privada burguesa essa que é oriunda do direito de dispor sobre trabalho alheio sem nada dar em contrapartida, pela troca. A reprodução do valor-se-valorizando desvela a natu-

reza da sociedade burguesa, que se constitui pela relação de exploração entre duas classes sociais, mas que se expressa (aparência) como relação entre indivíduos que compram e vendem trabalho. Desta forma, na sociedade capitalista, as leis da propriedade privada mercantil (lei do valor, da troca, da compra, da venda, do dinheiro, da equivalência, do trabalho abstrato etc.), que se estruturam sobre o trabalho próprio dos produtores diretos, se transmutam em leis de apropriação privada capitalista (aparência). As leis de apropriação capitalista (relações entre indivíduos iguais, independentes, livres, proprietários privados do produto de seu trabalho e que se relacionam através dele como valor) são as formas de relação entre as classes dos assalariados e a dos capitalistas, que se estruturam através das leis do capital, cujo fundamento é a propriedade privada capitalista baseada na apropriação do trabalho alheio como mais-valia (e no qual os homens não são iguais, nem independentes, nem autônomos, nem proprietários privados do produto de seu trabalho - e sequer se relacionam por eles). As leis que regem a essência do modo de produção capitalista são: 1 - Composição Orgânica do Capital (COC), que pondera a magnitude do capital constante (CC) com o capital variável (CV), que é historicamente crescente; 2 - Taxa de Mais-Valia (TxMV), que pondera a mais-valia com o capital variável, também crescente; e 3 - Taxa de Lucro (TxL), que pondera a mais-valia com o capital total - capital constante mais o capital variável), que é historicamente decrescente.

3 - O capital, ao se reproduzir, o faz numa escala sempre crescente, por sua própria lógica interna - e esta impõe aos capitalistas singulares uma concorrência para realizarem suas apropriações, cuja consequência é a centralização do capital cada vez mais intensa. Neste processo, historicamente, os capitais individuais se transmutam em capitais de sociedade limitadas, depois em capitais de sociedades anônimas, ato

contínuo para capitais estatais, chegando a capitais como fundos de investimentos e fundos de pensões. Neste processo, o que se observa é a socialização do próprio capital, passando de capital individual para capital social em suas diversas formas. Nota-se que, na evolução do modo de produção capitalista, tanto o trabalho se socializa como também o próprio capital.

A partir dessa interpretação, pode se inferir que a superação desse modo pelo qual os homens produzem sua existência, o modo capitalista, é uma questão de desenvolvimento da evolução natural do capital, pois a socialização da sociedade é produto de sua lógica interna. No entanto, tal sociedade não se autodestrói, e não o faz porque o elemento constitutivo de sua existência, a força de trabalho como mercadoria, não se socializa. Ele é o único elemento que se perpetua como propriedade privada mercantil. Assim é que o contrato entre o assalariado e o capitalista é um ato individual, e, ainda que em determinado momento histórico possam aparecer contratos coletivos de trabalho, a contratação de trabalhadores pelos capitalistas sempre é um ato entre indivíduos juridicamente independentes, livres e autônomos. Enquanto existir a força de trabalho como mercadoria, haverá o modo de produção capitalista. A sua extinção é o ato político revolucionário a ser conquistado pela humanidade.

É por esta razão que K. Marx se colocou em oposição aos que aprovaram o programa de unificação dos Partidos Sociais Democráticos da Alemanha em 1875, cujas teses foram registradas em sua obra *Crítica ao Programa de Gota*, no qual ele conclama os trabalhadores a lutarem contra o assalariamento e não só por melhorias salariais e de trabalho.

No processo de centralização do capital manifesta-se a negação do capital pelo próprio capital, cujo produto é a supressão de capitalistas por outros capitalistas mais poderosos; a expropriação agora não é mais a dos assalariados, mas sim a dos próprios capitalistas.

4 – Do exposto se observa três tendências históricas no modo pelo qual os homens se produzem na sociedade burguesa: 1 – Como e o quê se produz na sociedade capitalista: mais-valia; 2 – A produção da própria sociedade capitalista: produção da classe dos assalariados e da classe dos capitalistas e a relação entre elas; e 3 – A produção da negação da própria sociedade capitalista (negação da produção da mais-valia e negação da produção dos assalariados e dos capitalistas): centralização do capital. Em cada unidade produtiva de capital se observa os estágios em que se encontram estas três características do desenvolvimento da produção burguesa.

22

5 – Já que na atualidade a centralização do capital e a socialização do trabalho se encontram num grau bastante elevado, como “intelecto geral”, ciência, a universidade se constitui em lócus privilegiado na produção e reprodução da sociedade capitalista. Ela não só expressa a teleologia universal do processo da produção material da humanidade, como também é um dos lugares singulares da formação dos assalariados e capitalistas, pois o pressuposto para a ampliação e intensificação da produção do trabalho excedente (mais-valia) passou a ser fundamentalmente a ciência. Fazer ciência nas universidades é produzir e reproduzir os elementos do valor-se-valorizando, bem como elementos da socialização mais intensa dos seres humanos historicamente determinados.

6 – Os professores e funcionários das universidades são assalariados como quaisquer outros. Ainda que aparentemente os professores se considerem distintos dos assalariados das grandes fábricas, por trabalharem com o conhecimento, as leis do capital são as mesmas para todos os assalariados. No momento em que a produção do trabalho excedente (mais-valia) é obtida fundamentalmente através da mais-va-

lia relativa e não só pela mais-valia absoluta, a tendência do trabalho necessário é pela sua redução quantitativa. Se a magnitude do trabalho necessário se reduz, a consequência para o trabalhador é trabalhar mais e mais intensamente, pois o valor da força de trabalho diminui com o tempo (com o passar do tempo, toda mercadoria individual tende a reduzir seu valor devido ao aumento da produtividade do trabalho social). Além disto, pela introdução de novas técnicas produtivas, sob a lógica da capital, menos trabalhadores são necessários à produção do mesmo valor de uso, e a consequência é a demissão de muitos assalariados. A classe dos assalariados é seccionada em duas partes: uma parte é constituída pelos assalariados que mantêm seu contrato de trabalho, e outra parte é constituída pelos assalariados que ficam desempregados (exército industrial de reserva). O segundo grupo pressiona o primeiro para ocupar o contrato de assalariamento junto aos capitalistas. Destarte, os assalariados, para se manterem contratados, trabalham cada vez mais extensa e intensamente em condições impostas pelo grau de produção e reprodução do capital. Como se constituem em fonte de trabalho vivo, o que importa é que subtraíam mais e cada vez mais trabalho excedente da matéria prima do capital, dos trabalhadores assalariados.

Note-se que na lógica do capital não há qualquer evidência da “precarização do trabalho”, pois o capital se fundamenta no trabalho social em sua base produtiva, seja no período manufatureiro, seja no período da grande indústria moderna, ou mesmo, como afirmam alguns teóricos, seja no período da pós-grande indústria (ainda que em tal período o contrato de compra e venda da força de trabalho seja individual). O que se constata no desenvolvimento do modo de produção capitalista é que a venda da força de trabalho pelos assalariados encontra obstáculos crescentes, pois o trabalho social cada vez mais se objetiva em ciência, em meios de produção, cuja consequência é a de que um único

trabalhador pode operar um conjunto de meios de produção que outrora exigia muitos assalariados, por um lado, e, por outro, a existência do exército industrial de reserva intensifica a concorrência entre os próprios assalariados. Estas condições favorecem os capitalistas na compra da força de trabalho. Ademais, os capitalistas não são responsáveis pelos assalariados, e sim por receberem a mercadoria que compram, a força de trabalho. E eles, os capitalistas, exigem que a mercadoria que compram lhes seja entregue nas condições historicamente determinadas pelo grau de desenvolvimento da sociedade burguesa, seja das forças produtivas do trabalho social, seja pelas relações sociais de produção.

24

Disto se infere que os professores e funcionários das universidades estão submetidos a essa lógica do capital. Lutar por melhores condições de trabalho e por melhores salários é uma necessidade da classe dos assalariados, pois, se não lutarem, chegarão à condição de meras bestas de carga, matéria prima do valor-se-valorizando. Mas o fundamental é o assalariamento, e contra esta forma de os homens produzirem sua existência é a luta essencial de nosso tempo. Enquanto não se encontrar um modo de produção da vida dos seres humanos no qual o assalariamento seja superado, as condições de vida dos vendedores da força de trabalho será aquela determinada pela reprodução ampliada do capital, e nela os assalariados continuarão ampliando sua miséria humana, já que as mercadorias se desvalorizam com o tempo.

7 – Na atualidade, observa-se algumas condições sociais que indicam a putrefação da sociedade burguesa. Os assalariados já não podem reproduzir-se quantitativamente como o faziam outrora, pois os salários que recebem não são suficientes para sustentar suas proles nas condições sociais postas pelo capital. Com salário insuficiente para se manterem (se é que o obtêm), o caminho tem sido reproduzir-se através do narcotráfico e/ou da prostituição, para ficar em poucos exemplos.

Os capitalistas, ora os capitalistas... hoje eles já não são mais necessários à produção material da existência dos seres humanos, pois estão vinculados à propriedade privada burguesa na sua forma mais pura juridicamente, como proprietários de dinheiro como mercadoria, para obterem riqueza alheia na forma de juros etc., etc., etc. A riqueza que eles se apropriam multiplica a degeneração dos assalariados, ainda que professores das universidades. A universidade pública é uma indicação de que os homens podem produzir sua existência sem a existência das classes sociais, de capitalistas e assalariados, pois os professores, os funcionários, os alunos e a sociedade em geral demonstram serem competentes e eficientes na produção e reprodução do conhecimento, da ciência, do intelecto geral, para além do modo de produção capitalista.

# Políticas Públicas de Educação Superior no Brasil

ROBERTO LEHER<sup>2</sup>

2 - ROBERTO LEHER  
Professor Titular da  
Faculdade de Educação da  
UFRJ, pesquisador CNPq,  
Cientista de Nosso Esta-  
do/ Faperj, colaborador da  
ENFF. É também o atual  
Reitor da UFRJ, eleito pela  
comunidade universitária.

Para compreender a política para a educação superior em curso no Brasil é preciso recusar o caminho aparentemente óbvio de reunir e examinar as medidas legais (como Leis, Decretos, Portarias etc.) e, a partir desses documentos, tentar fazer uma análise do tema. Não é uma boa estratégia de método partir do exame de documentos legais, por vários motivos.

Embora, em termos de método, não seja o motivo mais importante para recusar tal estratégia de pesquisa, é necessário destacar que, a rigor, inexistente uma Lei que disponha sobre a reforma da educação superior brasileira. O Projeto de Lei n 7.200, de 2004, foi a última iniciativa que tinha a pretensão de ser uma legislação que reorganizaria o conjunto da educação superior no Brasil, mas o referido dispositivo não foi votado, permanecendo em estado latente no parlamento. Essa latência se dá não por dificuldades objetivas de tramitação, ao contrário. Desde o final dos anos 1980 existe uma forma específica de encaminhar as contrarreformas: por meio de uma miríade de ações, elas vão sendo encaminhadas gradativamente, através de medidas aparentemente desconexas, mas que conformam a realidade desejada pelo bloco no poder.

O Governo Lula da Silva, de início, não demonstrou clareza no modo de conduzir a sua agenda para a educação superior. As lutas e resistências contra os seus projetos globais de “reforma” logo o levaram a adotar a referida tática dos neoliberais: apresentar as contrarreformas por intermédio de uma tática de guerrilha, ocupando aos poucos uma série de nichos por meio de Portarias, Decretos, Medidas Provisórias, Leis, configurando as medidas desejadas nos projetos mais abrangentes e temáticos apresentados na forma de leis gerais.

De fato, o modo de encaminhar as contrarreformas se tornou polêmico no final dos anos 1980, quando a ex-economista-chefe do Banco Mundial (1982-1986) e, mais tarde, vice-presidente do Fundo Monetário Internacional (2001-2006), Anne Krueger, professora da Universi-

dade de Princeton, defendeu que o pacote do chamado Consenso de Washington não deveria ser apresentado em uma só cartada, mas de modo processual, possibilitando que cada uma dessas medidas fossem recontextualizadas nacionalmente. Este era um debate estratégico no Banco Mundial e no FMI. Krueger observou que todas as vezes em que um governo tinha tentado implementar um pacote de medidas do Consenso de Washington, acabou enfrentando levantes sociais e crises de governabilidade. Por isso, a economista passou a sustentar que a única maneira de encaminhar as contrarreformas seria por meio de medidas aparentemente tópicas, mas na verdade articuladas entre si. Outra constatação da dirigente é de que as medidas de ajuste estrutural são mais efetivas se recontextualizadas e encaminhadas com protagonismo das frações burguesas locais. Se for necessário manter subsídios para o programa do álcool, por exemplo, pois isso articula um setor das “oligarquias” e harmoniza esse setor com setores financeiros, que se criem subsídios aos programas de etanol. Não é possível fazer simplesmente um corte linear nos gastos públicos e nas diversas formas de organização do Estado, porque isso poderia inviabilizar a efetividade da contrarreforma.

Coerente com os ensinamentos de Krueger, a contrarreforma da educação superior no Brasil vem sendo encaminhada por meio de uma miríade de instrumentos normativos. Em 2010, já existiam mais de uma centena de Decretos, algo como vinte Leis ou mais - e, o mais dramático, mais de mil Portarias, Instruções Normativas, os quais tornam o trabalho de coligar os instrumentos normativos em um verdadeiro quebra-cabeças. É possível concluir, então, que tecnicamente o estudo da contrarreforma não pode ser buscado facilmente na legislação, ou melhor, não pode ser investigado diretamente nos textos legais.

Um melhor método de pesquisa é elaborar, por meio da dialética teoria e empiria, os conceitos e categoria de análises. Isso significa que as

leis devem ser pensadas como objetos inscritos em por uma problemática teórica, científica, que possibilite ao pesquisador se debruçar sobre essa aparente miríade de instrumentos normativos. O presente texto sustenta que esse é um melhor método para tornar pensável o real em seu permanente movimento e em suas contradições.

Definido o sentido do vetor epistemológico sobre como “tornar pensável o real”, é preciso definir melhor o modo de se construir a referida problemática teórica da pesquisa. Para compreender o sentido dos documentos legais, é necessário identificar os seus proponentes na sociedade civil, examinando os sujeitos que os demandaram na economia política. Para compreender os sujeitos das contrarreformas da educação superior, é indispensável examinar o nexos entre as políticas educacionais de uma forma mais geral e o padrão de acumulação do capital. Lembrando o alerta de Mészáros: para compreender a educação de um país, olhe sua economia! Vale indagar sobre o “modelo econômico” em curso. Essa formulação é muito importante em termos metodológicos porque, de fato, pensando a maneira como a economia está sendo organizada, é possível construir uma melhor compreensão do tipo de medida educacional que está sendo implementada no país.

No caso brasileiro, é importante destacar que a relação entre a educação e o padrão de acumulação do capital deve ser lida de maneira original, própria, de modo a entender a particularidade da revolução burguesa no Brasil, conforme preconizou Florestan Fernandes em 1975. Não é possível importar modelos de experiências de outros países, como se o modelo das revoluções burguesas europeias e estadunidense pudesse ser transposto para a realidade brasileira.

Com efeito, uma coisa foi a revolução burguesa na França, na qual (período Napoleônico), foram constituídas as grandes Écoles francesas, as quais se tornaram decisivas para a aceleração das condições que permitiram à França realizar sua Revolução Industrial. As universidades

– de maneira mais precisa, as grandes Écoles francesas – foram fundamentais, decisivas, em um projeto burguês que, no bojo de uma revolução, entendeu que o domínio da ciência e da tecnologia seria necessário para acelerar e garantir as condições que permitiriam à França conduzir uma industrialização acelerada. O sistema público de educação na França é parte de um projeto burguês. Não se trata de fazer apologia à universidade napoleônica ou ao modelo das Écoles. O que está sendo sublinhado é que o desenvolvimento das universidades napoleônicas expressa claramente os anseios da burguesia francesa diante de um processo revolucionário que requeria o desenvolvimento da industrialização na França.

30

Algo semelhante ocorreu com outro tipo de revolução burguesa denominada por Lênin de Via Prussiana. Na Alemanha, as frações burguesas, frente a uma ocupação estrangeira e diante do desafio de constituir a nação, apoiaram a constituição da universidade como a materialização do Projeto Nacional Alemão. Diante de questões geopolíticas da época, em 1808-1809 se conclui o processo de fundação da Universidade de Berlim, que é a matriz da universidade moderna. Fundamentalmente, uma universidade pública (instituída pelo Estado, como as napoleônicas), mas diferente das francesas, com muito maior autonomia diante do Estado: um espaço de produção do conhecimento com liberdade ilimitada – nos termos da formulação de Humboldt –, de modo que o conhecimento da ciência, da tecnologia e da filosofia pudesse ser desenvolvido em condições excepcionais de liberdade, mas como instituição estatal. A Universidade de Berlim ocupa um espaço político de afirmação da nacionalidade e do projeto nacional das frações burguesas alemãs.

No caso brasileiro, inexistiram esses tipos de revolução burguesa, tendo ela transcorrido em território nacional de modo diferente do verificado na Europa e nos EUA. Florestan Fernandes a caracterizou

como uma revolução burguesa *sui generis*. Por que *sui generis*? Por ter sido uma revolução sem revolução, e porque não compunha um projeto autopropelido de Nação. O Brasil possui a situação particular de ser o último país da América Latina a ter instituições propriamente universitárias. Cronologicamente, a universidade brasileira é uma instituição tardia. A primeira universidade propriamente dita foi a Universidade de São Paulo, de 1934. Esse caráter tardio é muito significativo. Por que as frações burguesas, após a Independência, não constituíram universidades? Por que sequer na proclamação da República a universidade foi instituída?

O primeiro grande aparato de ciência somente foi implementado na segunda metade do século XX, particularmente nos anos 1950. É importante salientar que esse aparato foi orientado pela ideologia nacional-desenvolvimentista, inscrita na lógica geopolítica, a exemplo da constituição do CNPq, da CAPES e do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). A grande preocupação do CNPq no período foi o domínio da energia nuclear, tema geopolítico engendrado pelo impacto monumental da bomba atômica (Hiroshima e Nagasaki).

As reflexões atuais não podem deixar de examinar de maneira mais detida o que aconteceu nesse período dos anos 50, abrangendo a construção de aparatos de ciência e tecnologia, a criação das primeiras universidades com pesquisa sistemática, e o processo de federalização que constituiu as universidades federais. Que aconteceu com tal projeto, o qual culmina com a elaboração da Universidade Nacional de Brasília (1961-63)? Por que o golpe empresarial-militar de 1964 impõe uma ruptura em relação ao modelo da UnB? Que projeto desenvolvimentista foi esse?

Para que se compreenda o motivo da intolerância do novo regime em relação ao chamado nacional-desenvolvimentismo, é preciso indagar se, de fato, existiam no início dos anos 1960 frações burguesas lo-

cais dispostas a um projeto autopropelido de nação, resultante de uma revolução burguesa “clássica”. Como apontado anteriormente, as frações burguesas dominantes locais não estavam aliadas ao projeto das reformas de base do governo Jango. No Brasil, como assinalado, a revolução burguesa foi *sui generis*. Uma revolução sem revolução. O Brasil, na segunda metade do século XX, cresceu a taxas chinesas (8 a 9,5% ao ano), mas, basicamente, sua população era analfabeta ou semianalfabeta. Como o Brasil cresceu a taxas chinesas com uma população apresentando índices de tão baixa escolaridade? Vale lembrar que em 1963 havia apenas 34 programas de mestrado e de doutorado no Brasil. Com exceção da USP, a pesquisa era muito localizada. Em todos os Estados tínhamos núcleos fazendo pesquisas, mas não era algo generalizado - a universidade não era uma instituição de pesquisa, estando antes voltada para o ensino.

32

Chegamos ao século XXI com índices educacionais ainda muito abaixo da média dos países de industrialização semelhante à do Brasil. Apenas 14,5% dos jovens na faixa de 18 a 24 anos tiveram acesso a algum tipo de educação superior. Aqui estou incluindo 1,5 milhão de estudantes que estão nos cursos a distância, todos os que recebem uma educação dita tecnológica, ou seja, aqueles que estão matriculados em cursos que o Banco Mundial inclui na chamada educação terciária. Cerca de 7,2 milhões de jovens, ou com a idade um pouco acima da citada, cursam alguma modalidade dessa educação terciária. Em contraste, a população brasileira entre os 18 e 24 anos soma, somente ela, uma ordem de 22,5 milhões. É necessário considerar que pelo menos metade dos estudantes universitários tem mais de 24 anos.

Mas existem outros elementos importantes em nossa análise. Uma preocupação das pesquisas do Coletivo de Estudos de Marxismo e Educação (Colemarx/UFRJ) é com o Exército Industrial de Reserva (EIR). Aproximadamente 70% da população entre os 19 e 22 anos constitui

o EIR. Que significa dizer que mais de 70% da juventude que deveria estar concluindo o Ensino Médio e entrando na Educação Superior faz parte do EIR? Os indicadores evidenciam que um enorme contingente da população pode ser considerada excedente. Isto não quer dizer que este contingente de jovens não deveria ser objeto de políticas públicas – mas o que é preciso discutir é que tipo de políticas públicas seriam essas. O fato do Estado dirigir para essa parcela da população políticas minimalistas, de formação aligeirada, rudimentar, é sumamente significativo sobre o perfil da força de trabalho projetada para o país. Por isso, é um erro supor que aqueles setores da população que não estão direta ou indiretamente inseridos no processo de produção de valor não constituem parte fundamental da política educacional de um país.

São vários projetos claramente voltados para esse exército industrial de reserva. O objetivo desses projetos é empreender uma socialização condizente com o assalariamento. Os operadores educacionais do capital sabem que, se não houver políticas dirigidas para esses setores da população, muitos deles simplesmente não irão buscar empregos assalariados, já que eles se auto avaliam como não tendo condições de conseguirem empregos formais. Para isso, há um conjunto absolutamente impressionante de medidas e programas educacionais: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), os quais, no curso de suas implementações, já receberam outras denominações, como Primeiro Emprego e Jovem Aprendiz. O horizonte de formação desses jovens não pode ser conceituado como de qualificação plena, integral, para o mundo do trabalho. Pelo contrário: o que se lhes oferece são disposições para que eles se percebam como possíveis assalariados e que se disponham a vender sua força de trabalho.

Contudo, o problema da expansão e socialização do EIR não se limita aos setores mais explorados. Existe um conjunto de políticas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), a expansão dos institutos federais, o controle da educação tecnológica por meio da educação a distância e, certamente, em vários estados da federação brasileira, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), os quais igualmente estão voltados para a socialização da força de trabalho excedente em áreas diversas, como engenharias, administração, contábeis etc.

Outro ponto a destacar são os estudos do próprio sistema patronal no Brasil, o qual fez uma projeção sobre o futuro da força de trabalho para os próximos dez ou 15 anos. A conclusão é impressionante e, claramente, distinta da ideologia da sociedade do conhecimento. Conforme estudo do SENAI, aproximadamente 52% dela será composta por técnicos com formação básica de até 200 horas, 26% por técnicos com mais de 200 horas de formação, 19% por técnicos com nível médio, e apenas 3% terá ensino superior<sup>3</sup>.

Longe do ideário proclamado de que existe um hiato entre o aparato formativo e as demandas de força de trabalho, é possível concluir que as formas minimalistas de preparação dos trabalhadores, como o Pronatec, atendem perfeitamente às expectativas do capital. No que se refere à educação superior, não surpreende que, no Brasil, de cada dez doutores, nove são contratados pelo setor público. A formação por meio de EaD, de cursos tecnológicos de curta duração, e nas organizações educacionais por meio do FIES, possibilita a formação necessária e, ainda, forma um excedente de força de trabalho, assegurando condições para que os salários desses profissionais sejam muito modestos.

O Brasil tem uma produção científica impressionante em termos quantitativos. Ela representa hoje mais ou menos 1,7% da produção

3 - Revista Época,  
Um mapa do emprego no  
Brasil, RJ: Editora Globo,  
18/3/2011.

científica mundial, o que é muito, e nos coloca entre os quinze países de maior produção científica global. Considerando que a universidade brasileira é uma instituição do século XX, esse é um percentual muito alto. No entanto, o número de patentes que o Brasil registra é pelo menos vinte vezes menor do que o verificado na Coreia, um país consideravelmente menor. E temos uma característica importante, que é o desenvolvimento desigual, materializado no território entre classes e relações de classe. Coexiste na educação superior brasileira a *big science*, normalmente vinculada às áreas prioritárias da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e aos projetos econômicos de empresas (Petrobras) e instituições que são basicamente de ensino. Temos que lembrar que mais de 60% da produção científica brasileira está concentrada hoje em sete universidades, basicamente das regiões Sul e Sudeste, não porque elas tenham quadros melhores, mas porque já possuíam infraestrutura de pesquisa instalada e, por isso, recebem a maior parte dos recursos de pesquisa: cerca de 70% estão direcionados para sete dessas instituições. Nada mais óbvio, por conseguinte, que elas tenham uma maior produção científica.

Quando a política educacional prioriza programas como ProUni, Pronatec, Projovem, Pronacampo etc., e organiza a educação básica a partir da agenda dos empresários organizados no Todos pela Educação, para onde está caminhando a educação? Qual é o horizonte que está sendo pensado para a formação da juventude?

Outra indagação crucial é sobre o maior dimensionamento da inovação tecnológica frente à ciência e tecnologia. Cabe destacar que os termos atuais são distintos daqueles em circulação no dito nacional desenvolvimentismo. O contexto da constituição dos primeiros aparatos de ciência e tecnologia no Brasil, como CNPq, BNDES e Instituto Tecnológico da Aeronáutica, foi determinado pela preocupação geopolítica, ou seja, pelo objetivo de domínio da tecnologia nuclear. Outra área prio-

ritária foi a das biociências, pois estas já existiam em diversas instituições, com pequenos e médios grupos de pesquisa, que também foram disputar influência no CNPq no início da década de 1950. As preocupações com a agricultura e a saúde pública contribuíram para o prestígio dessa área, a qual seguiu sendo fortalecida nas políticas subsequentes.

O primeiro projeto de universidade como instituição nacional direcionada para um projeto nacional-democrático de nação, capaz de ampliar a autonomia científica e cultural, foi a Universidade de Brasília (UnB), a despeito de seus aspectos contraditórios. Uma sensibilidade que unificou os vários setores que apostaram na UnB foi a ideia de que o Brasil precisava buscar uma saída de desenvolvimento mais autônoma, amparado nas “frações burguesas” mais modernas, antioligárquicas e potencialmente antiimperialistas, de modo a avançar naquilo que o Partido Comunista Brasileiro, na “Declaração de Março de 1958”, chamava de revolução democrático-nacional. De distintas formas, essa leitura estava convergindo e fazendo confluir o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), os movimentos em prol da alfabetização de Paulo Freire, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), intelectuais próximos a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a esquerda trabalhista, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a União Nacional dos Estudantes (UNE). Tais confluências explicam o engajamento de quadros brilhantes que participaram no projeto da UnB, sob a liderança de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, pensando uma proposição original de universidade, embora utilizando experiências de organização que vinham de outros modelos universitários. A influência do modelo estadunidense (departamentos, ciclos básicos, fim da cátedra) havia marcado muito as proposições de Anísio Teixeira. Entretanto, muitas dessas concepções foram ressignificadas. O projeto da UnB incorpora a perspectiva de que a universidade no Brasil deveria desempenhar um papel de afirmação de um projeto mais autônomo

de nação e que, para isso, seria necessário formar a juventude de uma maneira científica e com cultura ampla e original. No projeto de Anísio, os estudantes ficariam em horário integral na instituição, preferencialmente morando no campus, de modo que fosse possível experimentar a pesquisa como uma prática natural na universidade. O pensamento era o de criação de uma universidade original.

É importante destacar que essa avaliação, que estava sendo compartilhada por setores liberais-democráticos (Anísio Teixeira), setores trabalhistas de esquerda (Darcy Ribeiro), e do Partido Comunista e do ISEB, tinha como pressuposto que existiriam frações burguesas locais, basicamente industrialistas, que estariam abraçando esse projeto de uma revolução democrático-nacional, por meio das reformas de base. Veja-se a luta dos estudantes pelas reformas de base, pela reforma universitária, os centros populares de cultura da UNE, os movimentos de educação popular recriando a cultura e a educação... Era um momento de grande efervescência cultural no País. Tudo isso estava pulsando naquele momento.

O golpe empresarial-militar interrompeu esse processo de modo abrupto, violento, brutal, pegando muitos movimentos e intelectuais de surpresa. A história mostrou que as frações burguesas dominantes ditas nacional-desenvolvimentistas participaram ativamente do golpe empresarial-militar, conforme é possível depreender do belo estudo de Dreyfuss, “1964: A Conquista do Estado”. O golpe não foi um raio em céu azul. Dreyfuss mostra como diversas frações burguesas prepararam o golpe, incidindo inclusive nos rumos da educação brasileira. Diante da fantasiosa ameaça comunista, defenderam que toda educação deveria estar referenciada na dita teoria do capital humano. Neste processo, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), que era um centro de pensamento daquele momento, ganhou destaque, por seu papel agregador de reunir frações burguesas em prol do golpe de 1964.

Nos anos de 1964 e 1965, a UnB teve 80% dos seus professores afastados, confirmando que não haveria lugar para um projeto de universidade vinculado ao projeto nacional-democrático burguês. A institucionalização da pós-graduação, até então organizada de maneira autônoma pelos programas, por meio de normas do Estado, alterou em profundidade o lugar da universidade nos assuntos da pesquisa e da pós-graduação, em claro prejuízo para a autonomia universitária. De fato, em 1965 o Conselho Federal de Educação, por meio do Parecer Newton Sucupira (um intelectual que foi reitor da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, depois professor da UFRJ e um dos organizadores da contrarreforma da ditadura), estabelece as normas de funcionamento da pós-graduação. Não foi uma medida isolada, visto que, no período de 1965 a 1968, ocorreu uma série de grupos de trabalho, na forma de convênios com a United States Agency for International Development (USAID) e com universidades estadunidenses, objetivando preparar o que foi denominado como uma reforma da universidade. O sentido da reforma – defendido pela USAID, pelo relatório ATCON, pelo Grupo Executivo da Reforma Universitária – objetivava estreitar a relação da universidade com o capitalismo monopolista. Esse objetivo foi difundido por meio de ideologias, como modernização, crescimento, desenvolvimento etc. Todos defendiam que a universidade deveria estar calibrada pelo capitalismo monopolista. Isso significa dizer que a universidade não poderia estar inserida em um projeto autopropelido de nação.

Temos que lembrar dois elementos fundamentais das primeiras ações da ditadura na universidade. A Aliança para o Progresso tinha uma análise de que a pesquisa social nas universidades brasileiras estava contaminada pelo Marxismo e que, por isso, precisava ser extirpada. Outro elemento foi o modo de ajuste da universidade ao “projeto de modernização” em curso naquele momento. Cabe lembrar que a lei da reforma de 1968 (Lei 5.540/68) foi coletânea do Ato Institucional Nº

5/1968 e do Decreto 477/1969, o qual afetou particularmente os estudantes. O AI-5 permitia que o Estado, de maneira unilateral, aposentasse compulsoriamente os servidores públicos, no caso das universidades - sobretudo os professores. Na UFRJ, constatou-se que cerca de 90 professores foram cassados; não se sabe quantos estudantes foram afastados, assim como não sabemos quantos professores foram afastados, não pelo AI-5 ou pelo Decreto 477/69, mas simplesmente porque não tinham mais condições de sobreviver dentro da universidade, dado o assédio e a pressão. Florestan Fernandes nos ajudou a refletir sobre o que se passou nas universidades: existia, no período, uma inteligência contrarrevolucionária que organizou, inclusive, as listas dos professores que tinham de ser afastados.

É possível aduzir, por conseguinte, que a ditadura contou com apoio interno, o qual, em nome da ciência, abraçou o golpe. Entretanto, as cassações colocaram em questão a própria existência da pesquisa no Brasil, o que foi uma contradição e um paradoxo. Como então se organizaria a pesquisa? Muitos professores, sufocados pelo ambiente, optaram por sair do país. Naquele momento, contudo, o capitalismo monopolista requeria um Estado com inteligência capaz de operar em domínios de áreas fundamentais da tecnologia, particularmente nas telecomunicações, energia, metalurgia, nas grandes obras de engenharia, além de precisar atuar também junto a um setor muito sensível: o da agricultura. O modelo agrícola naquele momento requeria conhecimento de genética, por exemplo.

Como fazer pesquisa no momento em que o Regime estava expulsando os professores? Aí vem o pulo do gato da pós-graduação e da pesquisa no Brasil. Não foi uma criação original! Há um autor, Horowitz, que escreveu um livro importante denunciando um projeto de pesquisa chamado Projeto Camelot. O autor investiga este projeto de pesquisa de psicologia social que abrangia o Brasil, o Chile e a Argentina, indagando

sobre qual seria a reação da população brasileira a uma intervenção americana. A pesquisa foi financiada pelas Forças Armadas Estadunidenses. Elas queriam saber como um golpe com o apoio dos EUA seria recebido pela população. O autor questiona o porquê de a universidade fazer um serviço que, obviamente, não competia a ela, que era o de desestabilizar regimes políticos da América Latina. Ele começou a investigar a razão pela qual os pesquisadores aceitariam fazer isso, e chegou à conclusão de que todos os pesquisadores justificaram a sua pesquisa por estarem respondendo a um edital público de pesquisa, ainda que financiado pelas forças armadas.

40

Inicialmente, por meio de Programas induzidos (especialmente a partir do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e, após os anos 1980, por Editais a universidade devia ser expropriada de todos os meios de fazer pesquisa com recursos próprios. Os assuntos pertinentes à vida universitária deviam ser definidos fora da universidade! A política estratégica para pesquisa da ditadura civil-militar foi encaminhada no âmbito do Ministério do Planejamento. A universidade perdeu os meios diretos de que dispunha para fazer pesquisa. A partir de então, para realizá-las, era preciso inseri-las em um programa de apoio a C&T. O foco dos programas foi sendo fechado, até se chegar aos editais; a partir destes, às linhas de pesquisa; e, finalmente, às publicações: “você só pode publicar em tais e tais revistas. Fora delas não há validade”.

A ditadura constituiu a pós-graduação sob a marca da heteronomia, compreendida aqui como ausência de autonomia e como subordinação ao Estado, aos governos e aos interesses particularistas. Em 1964, existiam pouco mais de 30 programas de mestrado e doutorado e, em 1985, último ano formal da ditadura civil-militar, passamos a ter 1.116 programas; ou seja, foi neste período que a pós-graduação e a pesquisa se institucionalizaram no Brasil. Certamente, apesar da heteronomia instituída, existem subversões, transgressões buscadas por muitos que

buscam formas de produzir conhecimento crítico. É forçoso reconhecer, contudo, que a agenda geral não é definida pela universidade.

Pensando o período atual, no ascenso das lutas dos anos 80, a conceituação de autonomia universitária no Artigo 207 da Constituição Federal foi uma vitória de enorme magnitude. A Carta Magna concebeu a autonomia como uma norma “bastante em si”, isto é, como uma norma que não requer legislação complementar. O exercício da autonomia, nos termos constitucionais, se dá por duas prerrogativas fundamentais: o autogoverno e a autonormação. Estabelece, portanto, que a universidade faz suas próprias leis, e ainda que a universidade se mantém sob o tripé ensino, pesquisa e extensão. Uma formulação brilhante. No entanto, esta legislação constitucional não logrou força social subjacente para garantir que ela se tornasse realidade. Ao contrário, a partir da década de 90 nós voltamos a ter um aprofundamento da heteronomia.

O Plano Diretor da Reforma do Estado (1995-1998) e a conceituação da LDB sobre a educação superior pavimentaram o caminho para a diferenciação das instituições de ensino superior, em detrimento da centralidade do conceito de universidade. A mensagem da LDB é clara: a expansão da educação superior não deveria se dar por meio de universidades, mas de instituições diferenciadas, como os centros universitários, as faculdades isoladas, os institutos superiores de educação, cursos sequenciais, o que fosse. O período Cardoso se caracteriza pelo avanço nas privatizações. Estas últimas repercutem na política científica e tecnológica. Afinal, as únicas instituições fora da universidade que contratavam mestres e doutores eram os centros de pesquisa e desenvolvimento das antigas estatais (Telebras, Nuclebras, Eletrobras). Com a privatização, todos os departamentos foram fechados, exceto alguns poucos, como os da Petrobras. Isso significa que, doravante, a universidade deveria cumprir o papel que outrora pertenceu aos departamentos de pesquisa e desenvolvimento.

A partir dos anos 90, torna-se perceptível a pressão do aparato de C&T em prol da mudança na função social da universidade pública. A universidade que, na sua matriz napoleônica, estava sendo erigida como uma instituição de ciência e tecnologia, passava agora a ser uma instituição de pesquisa e desenvolvimento, ou, como está sendo chamada atualmente, de inovação tecnológica. A inovação tecnológica se presta a muitas confusões semânticas que levam muitos a comprar gato por lebre. Não se trata de inovar a tecnologia, como sugere a expressão. Inovação tecnológica é melhor conceituada como pesquisa e desenvolvimento, o qual é um processo que acontece no mundo inteiro dentro das empresas, e não no interior das universidades. Estudo de um professor da Universidade da Pensilvânia, Edwin Mansfield, mostra que, de cada dez inovações relevantes nos Estados Unidos, nove nasceram inteiramente dentro das empresas - e não das universidades. E é natural que seja assim.

A pesquisa e desenvolvimento envolve escala de quantidades, envolve fetichização de mercadoria, *design*, coisas que a universidade felizmente não sabe fazer e espero que nunca saiba. Fernando Henrique criou os fundos setoriais para induzir a universidade aos serviços. Neste período, foi possível verificar um incentivo ao fortalecimento das Fundações de Direito Privado e, na gestão Lula, o grande salto inclui a Lei de Inovação Tecnológica e as legislações afins. Uma simples leitura superficial das páginas do CNPq, da Finep, do BNDES etc., confirmam que os editais mais atraentes estão dirigidos à “essa” inovação tecnológica *sui generis*. É importante salientar que essa política coloca em risco, inclusive, os grupos de pesquisa que se dedicaram a produzir conhecimento tecnológico original, a exemplo da Coppe-UFRJ, que atualmente é muito dependente de recursos inseridos nesses circuitos. Na modernidade, a universidade possui vínculo com o mundo econômico, mas sua função não é a de ser uma mera peça na engrenagem de ser-

viços exigidos pelo capital no processo de desenvolvimento das forças produtivas.

Entre as novidades estão as bolsas de pesquisador empreendedor, e assim por diante. Está em processo uma lógica nova na organização da universidade que tem setores de pesquisa: essa lógica diz respeito ao serviço. Esse serviço é movido por uma quantidade muito significativa de dinheiro, e isso explica o motivo pelo qual temos uma concepção de carreira que claramente aponta para dois percursos: o primeiro, a rota da “excelência” - para quem vai ser professor titular, pesquisador, trabalhar na pós-graduação, prestar serviços etc. O outro é o do professor que ministra aulas, muitas aulas, e que vai encontrar travas sucessivas bloqueando o seu acesso à progressão na carreira - barreiras muitas vezes criadas pelos que estão acima, no final da carreira, e que querem impedir que os outros alcancem a classe equivalente a titular. Quando os recursos são poucos, se esse pouco dinheiro é para poucos, esse pouco dinheiro é muito! Quando pouco dinheiro é para muitos, pouco dinheiro é muito pouco dinheiro! Daí porque as travas são fundamentais. O problema não se restringe apenas ao salário, mas antes se relaciona ao acesso aos recursos e à infraestrutura.

Não podemos deixar de ler essa realidade olhando o mundo econômico e, neste, o desenvolvimento desigual do capitalismo. Em Portugal, o processo de Bolonha destruiu a universidade, porque é óbvio que o país, localizado no Sul da Europa, no processo de organização do espaço geopolítico, não ocupa nichos de mercado de alto valor agregado. Não é em Portugal que se desenvolvem de forma mais sofisticada processos tecnológicos, embora o país desenvolva tecnologia em diversas áreas, mas estas não são incorporadas plenamente às cadeias produtivas. No Brasil, tampouco a economia está estruturada por meio de cadeias produtivas de elevada mediação simbólica, longe disso. Possivelmente, não é apropriado asseverar que o Brasil vive um processo de desindus-

trialização, mas é certo que suas cadeias produtivas são muito menos complexas. De cada dez empregos formais, nove são pagos com até dois salários mínimos. Perto de 50% da população em idade adulta compõe o exército industrial de reserva. A socialização da massa da juventude, no sentido durkheimiano, é uma socialização calibrada para o lugar em que o país está inserido na economia-mundo, conforme apontado anteriormente.

44

O Reuni, em suas primeiras versões, objetivou implementar o processo de Bolonha no Brasil. Foram os estudantes a principal resistência a esse projeto. Muitos docentes empreenderam lutas silenciosas nos seus departamentos, sustentando que a ampliação das vagas do Reuni deveria se dar em marcos universitários, sem rebaixamento na formação. Essas resistências foram fundamentais. Existem cursos claramente bolonheses em todas as universidades federais, sem exceção. No campus da Universidade Federal do Maranhão, em Bacabau, ao mesmo tempo se forma o professor de história, de geografia, de filosofia, de sociologia, em três anos. Em qualquer outra universidade é possível encontrar coisas semelhantes. Mas estes cursos geram insatisfação, existem lutas para modificá-los (como em Bacabau), e claramente estes não foram generalizados no país.

O setor privado é tema de outro debate. Mas é importante ressaltar que cinco fundos controlam a educação privada no Brasil, com 43% das matrículas. A fusão de dois grupos, Kroton e Anhanguera, que, na realidade, unificam os fundos Advent e o Banco Pátria - *Canadian Imperial Bank of Commerce*, concluída em julho de 2014, constituiu a maior organização privada do mundo, com 1,2 milhão de estudantes, a 17ª maior empresa da BOVESPA, com valor de mercado de aproximadamente R\$ 25 bilhões.

O momento de inflexão em prol da supremacia do setor financeiro nas aquisições de empresas educacionais se deu no rastro de uma cri-

4 - Nos termos do PL 7.200/2006, Art. 7 Art. 7o Poderá manter instituição de ensino superior, § 4o Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital votante das entidades mantenedoras de instituição de ensino superior, quando constituídas sob a forma de sociedade com finalidades lucrativas, deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados. Contudo, o referido PL não ocupou um lugar de destaque na agenda e encontra-se parado na Câmara dos Deputados e foi objeto de diversas emendas dos privatistas.

5 - Fonte: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/08/faturamento-de-faculdades-privadas-cresce-30-em-2-anos-estima-estudo.html>

se estrutural cuja manifestação mais evidente aconteceu nos Estados Unidos, em 2008. O direcionamento dos Fundos de Investimentos para aquisições e fusões no Brasil, no contexto da Crise de 2008, se fez sentir de modo impetuoso na educação a partir de 2010. Com efeito, entre 2008 e 2011 aconteceram 89 aquisições de empresas educacionais, mobilizando R\$ 5,5 bilhões (sendo R\$ 4,2 bilhões em 2010 e 2011).

A internacionalização passa a ser vista como um fator positivo para tal modernização, e as tímidas tentativas de regulamentação da expansão do capital estrangeiro no setor educacional foram sub-repticiamente abandonadas pelo governo<sup>4</sup>. Os lucros do setor privado, conforme apurado na pesquisa, corroboram o crescimento dos negócios educacionais: segundo estudo feito pela Hoper, consultoria especializada na área, em 2011 o setor faturou R\$ 24,7 bilhões e, em 2013, a estimativa era de R\$ 32 bilhões, um robusto crescimento de 30% em 2 anos<sup>5</sup>.

Atualmente, muitas dessas organizações pertencem a um pequeno grupo de fundos de investimentos, como Carlyle, Advent, Pactual, GP investimentos, Actis, Pátria, BR Investimentos, ou CreditSuisse. Ademais, as novas configurações repercutem nos processos formativos, nos cursos disponibilizados e mesmo nas modalidades ofertadas, a exemplo dos cursos de graduação a distância, que em apenas um ano (2011/2012) cresceram 12,2% (sendo 84% das matrículas privadas), totalizando 15,8% do total de matrículas (frente a uma expansão de 3,1% nos cursos presenciais), e na proliferação de cursos tecnológicos de curta duração (13,5% do total de matrículas).

Com efeito, atualmente, quatro grandes grupos (e que podem ser reduzidos) controlam um terço das matrículas presenciais dos estudantes de nível superior: Laureate, Estácio de Sá, Kroton-Anhanguera e Anima/UNIP. Em relação às matrículas em cursos de graduação a distância, apenas dois grupos possuem um terço das matrículas: Kroton-Anhanguera e Estácio<sup>6</sup>.

Evidenciando o nexó Estado e capital financeiro, apontado como axial desde o seminal estudo de Lênin sobre o Imperialismo (1916), é por meio do FIES e do ProUni que a mercantilização avança, agora sob a liderança dos fundos de investimentos. O crescimento do número de contratos foi de fato exponencial.

**Tabela 1 – Contratos firmados - FIES\***

1999-2009	564 mil
2010	76 mil
2011	154 mil
2012	377 mil
2013	556 mil
2014	732 mil
2010-2014	1,895 milhão

A capacidade de captação de recursos públicos pelo setor privado-mercantil foi de tal ordem que em 2014 já demandava mais de R\$ 13,5 bilhões. Lastreado pelo fundo público, o setor controlado pelos fundos de investimentos cresceu e sofreu inédita concentração e monopolização, a exemplo da fusão Kroton-Anhanguera. As ações da Kroton subiram sistematicamente, tornando-se destaque na bolsa de valores. Hoje, mais de 40% de sua receita é proveniente do FIES. Conforme aponta um dirigente do setor: “Mas o governo não sinaliza que irá descontinuar os

6 - Paula Bezerra, A corrida dos grupos educacionais pelo Brasil: Com o mercado aquecido, os principais grupos que investem em educação no país não querem ficar para trás e perder posições, até alcançar a linha de chegada Revista Exame, 1/10/13 <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/a-corrida-dos-grupos-educacionais-pelo-brasil>

\* - Fonte: Caixa e SisFIES, citado por ABMES: [http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/documentos/ABMES\\_Seminario\\_11FEV14\\_flavio\\_pereira.pdf](http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/documentos/ABMES_Seminario_11FEV14_flavio_pereira.pdf) e FNDE.

incentivos. Aumentar a parcela dos brasileiros na faculdade é uma de suas principais bandeiras”, disse Giardino.

Que significa subordinar a formação da juventude às instituições financeiras? Que consequências podem advir do fato de que as instituições financeiras controlam as instituições privadas de ensino?

As instituições privadas sempre foram muito ásperas e muito degradadas em termos de liberdade de cátedra, salvo poucas exceções. Quando o Fundo Advent controla a Kroton, qual é o negócio? É o ensino ou a instituição financeira? Na realidade, o investidor do fundo Advent está investindo em uma instituição financeira. Como o fundo irá lucrar, não importa. O fundo, quando adquire uma instituição privada, tem que fazer um choque de gestão. Na Estácio de Sá, por exemplo, foram fechados 78 cursos de graduação. Ao estudante restava a opção de se transferir para outro curso mais competitivo. Há, portanto, uma nova racionalidade. De que modo os fundos ganham tanto dinheiro, e por que, apesar de terem chegado ao Brasil em 2008, já conseguem controlar mais de 40% das matrículas? Porque o Estado está subsidiando tal processo de expansão por meio do FIES. O setor financeiro está turbinado pela aplicação de verbas públicas nesses setores. Um dirigente do Grupo Itaú/Unibanco, o mais destacado organizador dos fundos no Brasil, disse explicitamente: “hoje a educação finalmente virou um bom negócio, porque temos acesso a consumidores que o Estado está financiando.” Isso anima os investidores de fundos, que estão procurando oportunidades de negócios para fazer investimentos em um mundo em crise. Isto altera de forma tectônica a educação brasileira. É preciso refletir muito sobre o sentido da mercantilização atual, que altera tanto as universidades públicas quanto as universidades privadas mercantis.

## Perspectivas e desafios

A financeirização alcança não apenas as instituições de ensino superior, médio e tecnológico, mas também a indústria editorial, em especial a de livros didáticos e de material apostilado - o qual está sendo derramado em todas as salas de aula do país. A ratio financeira fagocita, engloba, incorpora o conjunto da educação brasileira e, gradativamente, inicia o cerco em torno das universidades públicas. A UNIVERSIA, um braço do SANTANDER, articula mais de 1 mil instituições de ensino superior no mundo, em especial na América Latina e na Espanha.

48

Indiretamente, a pujança financeira na educação superior alcança as pesquisas de fármacos, as tecnologias, a saúde e a educação. Embora muito distinta das organizações privadas mercantis, a mercantilização nas universidades públicas não tem predominância propriamente financeira, embora, por meios diversos, se expresse através de enorme presença empresarial, tanto de empresas ‘públicas’ como de empresas privadas, tanto na área de serviços como no setor industrial e no agonegocio. O ethos empreendedor atualmente é reconhecido como um valor acadêmico.

Recente documento da Secretaria de Assuntos Estratégicos, elaborado por Mangabeira Unger, aponta para um sistema simplificado de inserção do país na economia-mundo. Após a *débauche* do modelo das commodities, as frações burguesas locais se indagam sobre o que seria o modelo pós-commodities. No referido documento, Mangabeira sugere um modelo chinês adaptado - tornar o Brasil uma plataforma de exportação de produtos industriais, um modelo semelhante ao mexicano com as “maquilas”. Daí a ofensiva em prol das terceirizações das atividades-fim. Esta ofensiva é provavelmente o maior ataque aos direitos dos trabalhadores nos últimos 50 anos.

Para isso, a recomendação é de um novo federalismo, uma rede semelhante ao Sistema Único de Saúde: um oceano de fornecimento pri-

vado, com algumas ilhas isoladas de público. O Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/14, Art. 5) aponta o caminho: as verbas públicas são aquelas direcionadas para as parcerias público-privadas (FIES, ProUni, Ciência sem Fronteiras, Pronatec, Senai...) e para a rede pública. Esse é o modelo. A liderança do conjunto da educação, sem meias palavras e sensibilidades, pertence ao setor empresarial. Foram os empresários os interlocutores de Unger.

A luta não pode estar circunscrita aos estudantes, docentes e técnico-administrativos. Segue sendo atual a consigna em prol de um novo ponto de partida para as lutas públicas. Um segundo Encontro Nacional de Educação em 2015 fará falta, visto que as lutas em prol da educação pública estão eclodindo em toda parte, mas novamente sem um caráter nacional. A hora é de unificação, e é preciso espaços construídos em comum, capazes de fazer as convocatórias de modo efetivo. A impetuosidade das lutas sociais em prol da educação pública, contudo, fará mover a unidade, desde que o horizonte estratégico esteja visível: o capital, como classe para si, se faz presente no cenário de lutas. O trabalho não pode se encolher diante de tal ofensiva, pois o seu projeto de educação pública é mais coerente, generoso e capaz de desenvolver a imaginação criadora de todos os homens e mulheres, intelectuais e criadores da cultura.

---

### REFERÊNCIAS

DREUFUSS, R. 1964: **A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, A. M. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: Ed. UnB: ANPOCS: CNPq, 1990.

FERNANDES, F. A questão da USP. SP: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **A revolução burguesa no Brasil.** Ensaio de interpretação sociológica. RJ: Zahar, 1975.

\_\_\_\_\_. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** SP: Alfa-Omega, 1975.

HOROWITZ, I. L. **Ascensão e queda do projeto Camelot.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

LEHER, R. e SILVA, S. **Financiamento e heteronomia na pesquisa acadêmica** (1950-1990), Revista Praia Vermelha, V.21, N.1, Julho-Dezembro, 2011.

50 SALMERON, R. A. **A universidade interrompida:** Brasília 1964-1965. Brasília: Ed. UnB, 1999.

SCHEMAN, L.R. (Ed.) **The alliance for progress.** New York: Praeger, 1988.

SGUISSARDI, W.; SILVA JR., J. R. **Trabalho intensificado nas Federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico.** SP: Xamã, 2009.



Contribuições para  
o debate acerca das  
Políticas Públicas de  
Educação Superior  
no Brasil

ZULEIDE DE QUEIROZ<sup>7</sup>

7. ZULEIDE DE QUEIROZ  
Professora do  
Departamento de  
Educação da URCA;  
pesquisadora da área  
de História e Políticas  
Educativas;  
diretora do SINDURCA –  
Sindicato dos Docentes  
da URCA; Membro da  
Executiva do MML –  
Movimento Mulheres em  
Luta da CSP Conlutas.

Primeiramente, é imperioso salientar nossa defesa de que a questão da educação superior pública precisa ser discutida na sua relação com os demais níveis de ensino e suas modalidades. Esse debate é urgente para que fortaleçamos a luta pela autonomia, financiamento e democracia para a educação básica e superior, incluindo todas as modalidades de ensino. Além disso, é importante considerar que a cada momento são aprovadas leis, decretos e resoluções para colocar em funcionamento um projeto de universidade que há muito tempo denunciávamos não ser o projeto que queremos.

Nessa perspectiva, temos a intenção tão somente de situar o contexto das políticas educacionais atuais e os rebatimentos para a educação superior, notadamente em função do que nos alerta Libâneo, Oliveira e Toschi (2013) quando afirmam que, em meio ao agravamento da problemática educacional no Brasil, existe uma distância entre as políticas educacionais, a legislação educacional, a pesquisa nas instituições de ensino, e o que acontece no cotidiano das IES. Afirma, ainda, que devemos levar em consideração que ‘as políticas educacionais atualmente desenvolvidas se fazem engendradas numa teia de inter-relações econômicas, a fim de atender a uma agenda global que prima por interesses de organismos internacionais’.

Antecipamos ao leitor que os indicadores aqui apresentados foram retirados de documentos oficiais do IPECE/SEPLAG (órgão do governo do Estado do Ceará), publicados em 2006, 2010 e 2011, e das reflexões presentes na Revista Poli - saúde, educação, trabalho (2014), bem como apropriações das análises do professor Demerval Saviani, publicadas em seus livros e em palestras proferidas neste período, com destaque nas conferências de lançamento da CONAE, em 2010 e da ANPED, em 2013, acerca do Plano Nacional de Educação aliadas à nossa vivência como docente e militante sindical.

Para situar o debate sobre as políticas educacionais atualmente de-

envolvidas no país, faremos, brevemente, considerando os limites dessa escrita, menção a alguns marcos importantes e que têm implicações na atualidade.

Em termos históricos, é importante salientar que, após a ditadura militar brasileira, temos a promulgação da Constituição Federal, em 1988; seguidamente, o Plano Decenal de Educação, em 1994; e sancionada em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/96). A referida lei propõe “novo” modelo de gestão; anuncia formas de financiamentos da educação, organização dos sistemas, das escolas e currículos; considera educação infantil, ensino fundamental e médio como níveis da educação básica; apregoa os discursos de democracia e autonomia; e mantém a educação privada e o ensino confessional, dentre outros aspectos, em amplo atendimento aos princípios neoliberais de descentralização e privatização alinhados aos organismos financeiros internacionais que incidem fortemente para o delineamento das políticas educacionais no país, notadamente a partir dessa época.

No mesmo ano da LDB, o governo federal aprova uma Lei para o financiamento da educação (o FUNDEF, em 1996), causando um grande problema ao processo de ensino por apoiar recursos somente para um nível da educação básica, o ensino fundamental. Ainda nesse decênio, são estabelecidas as diretrizes curriculares para os níveis e modalidades de ensino, em 1998, e um Plano Nacional de Educação, para o decênio 2001 a 2010.

Neste contexto, as políticas para a educação superior definidas pelo Estado brasileiro vão sendo delineadas em um cenário de aliança entre o MEC e o Banco Mundial. A primeira ação foi o Projeto de Lei 4212/2004, que vem fixar normas para a educação superior pública e privada, intitulado de Projeto de “Reforma Universitária”. Em outra tentativa, em 2006, surgiu o texto do Projeto de Lei 7200/2006, que estabelecia as normas gerais da educação superior; buscando regular a

educação superior no sistema federal de ensino; alterando as Leis nº 9.394 (20 de dezembro de 1996), 8.958 (20 de dezembro de 1994), 9.504 (30 de setembro de 1997), 9.532 (10 de dezembro de 1997), 9.870 (23 de novembro de 1999); e dá outras providências. O Projeto de Lei de Reforma Universitária revogaria o Decreto-Lei nº 842, de 1969 e as Leis nºs. 5.540/68, 6.625/79 e 9.192/95. Estas tentativas, mesmo não aprovadas, foram sendo implantadas via decretos, regulamentos e diretrizes sendo mais tarde implantada em sua totalidade.

Todo este ordenamento legal tem como intenção maior estabelecer uma nova organização da educação superior na perspectiva da parceria público-privado, na busca da autossustentação institucional, e na avaliação como eixo norteador (entendida como competência, eficácia, eficiência, produção). Nossas instituições e suas comunidades passam a ser ranqueadas, e as melhores, dentro desta lógica, premiadas. Na visão do movimento sindical e estudantil, essas leis e decretos trouxeram uma reforma educacional intitulada “contrarreforma”. Este projeto trouxe nova configuração ao papel das Escolas Técnicas Federais que passaram a ofertar educação superior: educação tecnológica e educação à distância, com a inclusão de cursos de licenciaturas, antes ofertados por universidades, faculdades e centros. Além do estabelecimento de cursos de curta e média duração; e o crescimento do número de matrículas a partir do governo do PT, o qual, sob esta configuração, ampliou o número de vagas nas IES brasileiras.

Segundo os dados do Censo da Educação Superior de 2005, o número total de vagas das IES brasileiras era de 2.435.987, sendo estas divididas em 313.368 vagas ofertadas por IES públicas e, 2.122.619 por IES privadas. Desse total, a região Nordeste tinha 334.897 vagas, sendo que 88.764 ofertadas por IES públicas e 246.133 por instituições privadas. (CEARÁ/IPECE, 2010, p.18).

Com a implantação de programas e projetos, o discurso foi o do “for-

talecimento da educação superior”. Assim, assistimos ao aumento do número de jovens na educação superior, com ênfase na educação superior privada, graças à implantação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Mesmo contando, em 2003, com o Programa de Expansão das Instituições Federais de Educação Superior, e, em 2007, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foram ampliadas a oferta de educação superior em todo o Brasil. Foram abertas 14 novas universidades federais, 126 novos campi universitários, ocorrendo a duplicação das vagas ofertadas. Diante desses números, o documento do IPECE realiza o seguinte balanço.

56

Em relação às vagas ofertadas, pode-se concluir que, no Ceará, a maioria delas era ofertada pelas IES privadas, em concordância com o que ocorria no Brasil e na região Nordeste como um todo. O setor público tem diminuído sua participação na oferta do número de vagas nas IES cearenses, graças ao expressivo crescimento do número de vagas ofertadas pelas IES privadas no período analisado. (CEARÁ/IPECE, 2010, p.45)

No tocante ao número de candidatos inscritos nos processos seletivos nas IES públicas cearenses, o relatório indica:

[...] pode-se concluir que a participação das IES públicas federais caiu e a das IES públicas estaduais cresceu, revelando que a demanda pelo ensino superior nas universidades públicas estaduais do Ceará tem aumentado entre os dois anos analisados (CEARÁ/IPECE, 2010, p.45).

No que diz respeito a educação à distância (EaD), que se amplia a partir deste período, os cursos de graduação ofertados são ligados mais

diretamente à formação de professores. Foram ofertados no ano de 2011, 1.044 cursos, sendo 554 (53,06%) da área da Educação. Os estudos salientam ainda que a via de formação em EaD, ofertada, em sua maioria, por instituições privadas, foi a principal responsável pela expansão da educação superior no governo Lula, no período de 2003 a 2010. Mas, não podemos esquecer que a EaD se consolidou em muitas universidades públicas. No caso do Estado do Ceará a Universidade Estadual do Ceará – UECE e a Universidade Federal do Ceará – UFC criaram espaços institucionais para ampliar sua atuação em todo o Ceará. No caso da UFC criou o que hoje é denominado UFC Virtual, um órgão da instituição consolidado e de forte atuação.

Não podemos deixar de salientar o controle estabelecido via avaliação, com a intenção de avançar nas mudanças necessárias, via controle das ações e das metas previstas. Estamos falando do papel exercido pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), considerado o grande projeto de centralização do projeto de contrarreforma. Dados do INEP mostram que, em 2010, 51 instituições participaram do Sisu, oferecendo 47.913 vagas; em 2011, o número de instituições passou para 83 e o número de vagas evoluiu para 81.125. Em 2012, o Sisu ofereceu 108.552 vagas, as quais foram disputadas por 1.757.399 estudantes, que no total realizaram 3.411.111 inscrições, tendo em vista que cada aluno tem o direito de optar por até dois cursos e instituições.

O projeto para centralizar as IES públicas foi intitulado de Reuni, e logo no seu início teve o que foi chamado de “adesão” de todas as universidades federais brasileiras. O Projeto previu a expansão das IES, criação de novos cursos, ampliação do número de vagas e contratação de professores. Dados do MEC apresentam que no período de 1990 a 2002 o Brasil tinha 148 campi de universidades federais, atendendo a 114 municípios, passando no período de 2003 a 2010 para 126 novos campi, em 116 novos municípios. O que vamos assistir durante a im-

plantação do mesmo é a concretização da política de ampliação aliada a aplicação de um orçamento mínimo. O que antes seria, em termos de recursos necessário para uma instituição funcionar com o mínimo de qualidade, passa a ser orçamento para a expansão. E aliado a esta ação, a contratação precarizada de professores substitutos, na figura de temporários, pois não eram substitutos de ninguém, uma vez que naqueles lugares e cursos novos não tinham professores concursados, ainda.

Mesmo assim, o governo divulgava o 'clima de crescimento' e apresentava um número maior de investimentos na educação. No que diz respeito ao percentual de investimento público total em relação ao PIB no período de 2003 a 2010, as pesquisas apresentam um aumento de 4,6% em 2003 para 5,8% em 2010. Mas, quando observamos os recursos previstos para a educação superior, este permanece quase igual - em torno de 0,8% e 0,9%.

58

Os números oficiais esclarecem a quem se destinou o crescimento. Na verdade, tínhamos, no início da gestão Lula, em 2003, 1.859 instituições, sendo 207 públicas (11,13%) e 1.789 privadas (88,97%), e, no final do seu segundo mandato, o número total de instituições passou para 2.378, um aumento de 27,91%, sendo 71 instituições públicas e 448 novas instituições privadas. Em 2010, o balanço mostrou que as instituições públicas passaram para 11,69% e as instituições privadas, por seu turno, para 88,31%, ou seja, um aumento muito tímido da educação superior pública.

Em suma, situar o debate no âmbito nacional sobre a educação superior no Brasil, no diálogo público e privado, na relação com as esferas estaduais, federais e particulares, nos mostra um pouco da realidade da educação superior brasileira. Aproveitamos aqui para denunciar a situação vivida hoje pelo setor das universidades estaduais do Brasil, em particular no Ceará, aspecto sobre o qual nos debruçamos na escrita a seguir.

## Dados da educação superior no Ceará

Fazemos aqui um recorte para tratar da educação superior pública no Ceará, tomando como referência o período de 2003 a 2010. Os dados da educação superior no Ceará indicavam um número total de 47 IES, sendo 6 públicas (3 federais e 3 estaduais) e 41 privadas (8 particulares e 33 comuns/confessionais/filantrópicas). Os mesmos apontam para um crescimento em relação a períodos anteriores, levando em consideração, assim como no Brasil, o aumento do número de IES privadas. O crescimento do número de cursos em IES privadas alcança o total de 82, enquanto que nas públicas contamos apenas com 37 cursos - e aqui não podemos deixar de registrar que este crescimento estava ligado à EaD e aos programas especiais de formação de professores. Do total de vagas ofertadas pelas IES cearenses, 10.846 vagas eram das IES públicas e 28.115 eram das IES privadas.

59

O IPECE, órgão do governo do Estado do Ceará, apresenta dados que, para nós, no mínimo são preocupantes, e para a sociedade cearense, um cenário de busca de mudança imediata. Conforme o Instituto:

O Estado do Ceará apresenta ainda forte concentração do total de IES na capital, apresentando a décima pior distribuição das IES por território dentre todos os Estados brasileiros. No que se refere à organização acadêmica das IES brasileiras, as Faculdades são mais representativas, estando presentes em todos os Estados do território nacional. As universidades, por sua vez, encontram-se bastante concentradas na região Sudeste do país, principalmente as públicas federais. (CEARÁ/IPECE, 2011, p.20)

Aqui não podemos deixar de relacionar estes dados com a situação de renda da população cearense, e do nordeste em especial. Sabemos

que o salário mínimo é a renda única da maioria da sua população. Sem falar da situação de desemprego e migração da sua população.

### **Nossas formas de resistência nas universidades**

60

Os números citados e a política de sucateamento das IES estaduais implementada pelo governo do Ceará, aliado do governo Lula e Dilma, revelam-nos seu absurdo. É importante salientar que a comunidade acadêmica buscou formas de resistência, muitas vezes chegando a paralisações seguidas de greves em todo o Brasil, como foi o caso das IES estaduais, conforme site do ANDES/Sindicato Nacional, a greve da UERR, em Roraima, se deu por reajuste salarial e a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCR); melhorias na estrutura física, bibliotecas e laboratórios; e a democratização da instituição, com eleições para reitor e diretores de campi. Dentre as vitórias do movimento grevista, destacou-se a criação de uma comissão para elaborar uma proposta de PCCR.

Na Paraíba, os professores realizaram greve contra a precarização do trabalho docente, a criação de um conselho social para descentralizar o poder financeiro da reitoria, regulamentação imediata dos reajustes salariais concedidos aos ativos por resolução do CONSUNI (para assegurar paridade aos aposentados), e revisão da lei de autonomia (para garantir a consolidação da universidade e a melhoria do ensino, pesquisa e da extensão, entre outros).

Em São Paulo, na UNESP, docentes, estudantes e técnicos realizaram uma greve reivindicando isonomia de pisos, salários e benefícios entre a UNESP e as demais universidades paulistas, avaliação docente institucional, departamental, sem caráter punitivo e relacionado ao tripé ensino, pesquisa e extensão, entre outros pontos de pauta.

No Ceará, docentes, estudantes e técnico-administrativos das uni-

versidades UECE, URCA e UEVA, iniciaram, em outubro de 2013, uma greve contra a política de sucateamento imposta às três universidades estaduais, reivindicando a realização de concurso para professores efetivos, regulamentação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), equiparação dos salários de professores efetivos e substitutos, investimento em infraestrutura, concurso para servidores administrativos e assistência estudantil, além de exigir do governo estadual o respeito à autonomia universitária no tocante à eleição para reitores.

Em todo o Brasil aconteceram, também, mobilizações dos docentes no Amapá, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo (USP, FAMEMA e UNICAMP), Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Em outros estados foram sinalizadas a possibilidade de se construir um movimento grevista para o início de 2014, como as estaduais da Bahia e do Paraná.

A greve das instituições públicas federais, em 2012, e muitas outras greves do setor do serviço público federal (além da categoria de trabalhadores da educação básica em todo o país), é materialidade de que a política de privatização, de crescimento precarizado, tem atingido todos os níveis e modalidades de ensino.

Todas estas lutas culminaram com a decisão política do movimento sindical, estudantil e popular de realizar um plebiscito, em 2012, para a implantação de 10% do PIB para a Educação Já!. Esta campanha foi um acerto do movimento, pois o cancelamento da CONAE de 2014 e, depois, a notícia de seu adiamento, seria a tentativa de diminuir a pressão social sobre a votação do Plano Nacional de Educação, na época, em discussão no Congresso Nacional, já que os movimentos sociais ligados à educação, e que estariam representados na Conae, têm defendido, por unanimidade, uma versão do PNE diferente daquela que o governo federal queria aprovar!

Em análise sobre a circunstância de embate entre as posições do MEC

e dos movimentos sociais da educação e da sociedade civil organizada, a Revista Poli (2014) ainda comenta:

No PNE, a maior tensão entre os movimentos sociais da educação e o MEC está na meta 20, que trata do financiamento. E a posição da sociedade civil organizada aparece claramente no documento-base da 2ª Conae, por exemplo, na proposta 457, que foi modificada para garantir que os 10% do PIB sejam aplicados exclusivamente na educação pública. Também na proposta 464, a redação do documento de referência falava em “consagrar o CAQi [custo aluno-qualidade inicial]”, mas os delegados propuseram uma mudança que torna o texto mais preciso: estabelece o prazo de dois anos da vigência do PNE para se “efetivar o CAQi nos moldes do parecer CNE/CEB nº 8/2010, que, por sua vez, segundo a nova proposta, deve ser homologado ‘imediatamente’. Adotando critérios de qualidade mais completos, esse parecer avança no cálculo dos valores que precisam ser empregados por aluno para cada segmento da educação”. (REVISTA POLI, nº.33, mar/abr. 2014, p. 19).

Encerramos esta reflexão tratando da importância da nossa luta pela defesa do financiamento da Educação Pública; democratização da educação; acesso à permanência; e, contra a privatização e a mercantilização da Educação (das creches à pós-graduação); a precarização das atividades dos trabalhadores da Educação; e a avaliação meritocrática na Educação. Este tem sido a pauta divulgada amplamente a partir das mobilizações e paralisações ocorridas em todo o Brasil.

Em síntese, neste espaço de luta e resistência a principal reivindicação é a educação pública, gratuita e de qualidade. É um cenário no qual entidades estudantis e sindicatos da área da educação e de outros setores da sociedade, em especial os movimentos sociais têm construindo o caminho para uma nova sociedade, podendo ser chamada de socialista sim!

Uma sociedade democrática, com justiça e equidade de direitos e de oportunidades para todos, respeitando as diferenças, com tolerância, sem preconceito.

---

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL/INEP. **Dados da Educação Superior no Brasil**. Brasília: DF: INEP, 2012.

CEARÁ/IPECE. **Projeção da população municipal por faixa etária e o cálculo da taxa de escolarização**. Nota técnica No. 21. Fortaleza, abril de 2006.

\_\_\_\_\_. **Características dos alunos e fatores de desempenho escolar nas escolas públicas do Estado do Ceará**. Nota técnica No. 45. Fortaleza, setembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Texto para discussão – Mapa da Educação Superior no Ceará – 2005 a 2008**. Nota técnica No. 84. Fortaleza, setembro de 2010.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar, políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

REVISTA POLI – **Saúde, Educação, Trabalho**. No. 33, mar/abr. Brasília, 2014.

“Previdência Privada”  
é precarização  
do trabalho?

SARA GRANEMANN<sup>8</sup>

8 - SARA GRANEMANN

Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, Pós-doutora UNL – IHC – Bolsista CNPq, e-mail: sgranemann@uol.com.br.

9 - A Emenda Constitucional nº 41/2003 não diz respeito apenas aos trabalhadores docentes do ensino federal. Lembre-se que a contrarreforma da previdência, proposta e aprovada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, institui regras de aposentadoria para todos os trabalhadores do serviço público brasileiro. No caso dos servidores públicos federais, ao estabelecer o valor de suas aposentadorias ao teto do Regime Geral da Previdência Social, realizou a maior alteração aos contratos de trabalho ao suprimir os direitos de integralidade e paridade das aposentadorias em relação ao trabalhador em atividade. Tal flexibilização do direito de aposentadoria (e as flexibilizações são sempre regressivas para a força de trabalho), pretende “forçar” a adesão dos servidores públicos ao mercado privado de “previdência”. Para o debate aprofundado do tema, ver: Granemann, Sara. Para uma>>

A breve análise a seguir apresentada pretende demonstrar a privatização de parte substantiva da previdência dos servidores públicos federais (no âmbito da qual está incluída a aposentadoria dos docentes) como uma das mais importantes medidas de precarização do trabalho docente já ocorrida desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988.

A hipótese aqui trabalhada recolhe as mudanças nas regras de aposentadoria<sup>9</sup> dos docentes como precarização porque flexibiliza direitos conquistados pelos trabalhadores, reestrutura seus contratos de trabalho e apresenta-lhes, como alternativa para a perda de um importante direito laboral, a “previdência privada”: forma instável e insegura de planejar a vida pós-laboral porque assentada na lógica do mercado de capitais.

A “previdência privada” – sempre a refiro entre aspas por considerar que esta forma de investimento financeiro presta-se ao acúmulo de capitais de vários modos, mas não é previdência – é assim chamada porque se sua forma (sua denominação) revelasse seu conteúdo (um investimento financeiro de risco), poucos seriam os trabalhadores a optar por entregar sua vida pós-laboral a uma alternativa que depende de aplicações em bolsas de valores, definição de taxas de juros, especulação com títulos públicos, e projeções atuariais, isto é, variáveis ancoradas na capitalização (aplicações, cálculos e apostas individuais) típica dos mercados financeiros.

O sistema de previdência pública – a antítese do sistema por capitalização – organiza-se por repartição ou solidariedade, e consiste no compromisso estruturado entre diferentes gerações e distintas categorias de trabalhadores de um dado país. Ocorre quando os trabalhadores em atividade proveem as gerações anteriores de trabalhadores que, por sua vez, também e em outro momento, foram os produtores de toda a riqueza construída no país.

A previdência por repartição ou solidariedade – materializada por mecanismos da previdência pública – é o sistema mais próximo dos ideais de classe para si (de proteção recíproca) que os trabalhadores lograram construir sob o modo capitalista de produção.

A previdência por capitalização, a “previdência privada”, por sua vez, individualiza e reduz um compromisso intraclasses a uma solução de mercado, na qual a aplicação de um trabalhador autonomiza-se da aplicação do seu companheiro de trabalho: para cada trabalhador uma conta, a cada trabalhador a responsabilidade por seus riscos na vida e no trabalho!

A “previdência privada”, no Brasil, foi regulamentada pelo General Ernesto Geisel, sob a ditadura do grande capital (Lei 6.435, de 15 de julho de 1977), como um dos instrumentos de consolidação do mercado de capitais. Entretanto, sua extensão aos servidores públicos deveu-se aos mecanismos jurídico-políticos aprovados pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998, artigo 40, §14)<sup>10</sup> e de Luiz Inácio Lula da Silva (Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003, artigo 40, §§ 15 e 18)<sup>11</sup>. Se na contrarreforma do Estado realizada sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso a “previdência privada”, na forma da lei, aparecia como uma possibilidade, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva a possibilidade tornou-se realidade. Não se pode aqui olvidar a importância das lutas dos trabalhadores empregados pelo Estado e as movimentações da Central Única dos Trabalhadores (CUT), nos dois momentos.

Em 1994, o então presidente recém-eleito da CUT, Vicente Paula da Silva, negocia com o governo de Fernando Henrique Cardoso uma contrarreforma da previdência que admita a mudança do tempo de trabalho pelo tempo de contribuição para a totalidade da força de trabalho, e a instituição da “previdência privada” para os servidores públicos. Após muita crítica de movimentos da base sindical representada pela

interpretação marxista da previdência privada, ver: Tese de doutorado. UFRJ, 2006. [https://docs.google.com/file/d/oB2x0-1cAz\\_Po4NDMxNjUxY2Et-NzIz0SooZTBLWIoMGUt-NzU1YTNm0GE5NmEy/edit?hl=pt\\_BR&authkey=C-JDEmbYF&pli=1](https://docs.google.com/file/d/oB2x0-1cAz_Po4NDMxNjUxY2Et-NzIz0SooZTBLWIoMGUt-NzU1YTNm0GE5NmEy/edit?hl=pt_BR&authkey=C-JDEmbYF&pli=1)

10 - § 14 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

11 - Veja-se: § 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

central, Vicentinho disse-se traído pelo governo, mas a flexibilização do acordo resultou em perdas muito graves nos direitos da classe trabalhadora brasileira.

No aprofundamento desta perspectiva de colaboração com o capital e com o Estado do capital, a CUT, em 2003, quando da chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo do país, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, novamente apoia a redução dos direitos dos trabalhadores, ao admitir a criação da “previdência privada” no serviço público, e ao promover e estimular embates entre diferentes categorias de trabalhadores - que viam no direito à aposentadoria integral um privilégio.

Assim, importa demonstrar que a destruição da aposentadoria pública dos trabalhadores empregados pelo Estado, baseada na solidariedade, começou com o governo de Fernando Henrique, mas foi aprovada e regulamentada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em uma articulação que supôs continuidade de ações e programas no âmbito da transmutação da previdência por solidariedade dos servidores públicos em “previdência privada”, por capitalização. As razões de um e de outro governo não guardam oposição de projetos entre si: em ambos, a destruição do sistema de previdência pública por repartição é condição para o crescimento da “previdência privada”; em ambos, o projeto do capital de reforçar o mercado de capitais implica em envolver os trabalhadores com a classe que lhes explora; nos dois governos, dirigentes sindicais e de partidos são reduzidos à condição de gestores de capitais.

A “previdência privada”, também dita complementar, organiza-se em quase todos os países do mundo sob duas formas básicas, com algumas combinações adjetivas entre elas: 1) “previdência privada” aberta; e 2) “previdência privada” fechada. A “previdência privada” aberta é aquela negociada, comercializada, por bancos e seguradoras, e depende apenas das vontades estabelecidas por um contrato firmado entre o vendedor (banco, seguradora) e o comprador (o indivíduo que se com-

promete a ter uma quantia estabelecida de dinheiro para depositar todos os meses). Esta forma de “previdência” diferencia-se de uma poupança clássica por pelo menos duas razões: na dita “previdenciária”, há uma obrigatoriedade de poupar um montante previamente definido, todos os meses, e não se pode retirar o montante já poupado antes que seja findo o período acertado, senão com graves perdas para o poupador. A “previdência privada” fechada, também denominada fundo de pensão, diz respeito, em geral, a um universo associativo de uma categoria profissional, e resulta de contribuições do empregador e do empregado.

68 Os ditos benefícios desta não-previdência organizam-se sob dois modos básicos – nos quais podem ocorrer variações adjetivas: a) Contribuição definida, na qual o “investidor”, poupador previdenciário, possui o controle de suas prestações, conhece seus valores, e os projeta a partir de um suposto horizonte financeiro que deseja alcançar ao final do período de tempo em que contribui para uma “previdência privada”. Neste sistema, sabe-se o quanto se poupa, mas não se pode saber com certeza o que se terá ao final de um tempo – em geral largo – de poupança. O acumulado – ou as perdas – dependerão, exclusivamente, das numerosas variáveis dos mercados financeiros, de capitais, das taxas de juros, de taxas de administração, de investidores e administradores honestos, das flutuações das bolsas de valores, da existência de crises econômicas, e de todos os fatores que determinam a economia capitalista, não somente local, mas internacional. b) Benefício definido, o qual consiste no sistema de “previdência privada”. Nele, o poupador/investidor não tem controle total sobre o quanto deve verter para a sua “previdência”. Os mesmos determinantes mencionados acima definem o quanto deve ser poupado ao longo do período de contribuição. Nesta modalidade, o poupador não pode controlar as alterações de valores para chegar ao montante desejado ao final do tempo, quando poderá

aposentar-se, mas haveria certa segurança de que poderia ter um montante mais ou menos arbitrado para completar sua “aposentadoria”. Entretanto, a alteração de leis, tais como a das falências, impactam esta certeza de um valor previamente estabelecido.

Uma conclusão rápida levaria a supor que a escolha do investidor deveria dirigir-se para o sistema de Benefício definido, por propiciar “alguma” segurança ao poupador. Tal conclusão estaria correta se possível fosse optar entre um dos sistemas. Contudo, alterações na legislação proíbem tanto a abertura de novos fundos de pensão como o ingresso de novos participantes em fundos já existentes, com benefícios na última modalidade. Para dizer de modo diverso: desde o início dos anos 2000, todo trabalhador que “optar” por “previdência privada” não poderá ter a mínima expectativa do quanto terá daquilo que poupou e, no limite, sequer se terá algo.

Os fundos, mesmo sendo de trabalhadores do Estado, não estão legalmente constrangidos por lei, a serem salvos pelo Estado - e há coerência nisso, porque os fundos de pensão não são nem previdência e muito menos previdência estatal e pública. São, antes, instrumentos do mercado de capitais e ditos “previdência” para capturarem montantes gigantescos de recursos vindos dos trabalhadores – montantes esses que são investidos como capitais.

Por fim, parece-me necessário dizer: as duas formas de “previdência privada” – aberta ou fechada - possuem idêntica sistemática de aplicação dos montantes monetários recolhidos dos trabalhadores e que são investidos com o objetivo primário de valorização - valorização dos capitais e não das “previdências privadas” dos trabalhadores. Os montantes recolhidos mensalmente pelos fundos de pensão – “previdência privada”, complementar – são aplicados, fundamentalmente, em ações de empresas e em títulos públicos. De modo simples, podemos dizer que os recursos poupados pelos trabalhadores são créditos postos a ser-

viço dos capitais e das especulações. Os trabalhadores renunciam, no seu cotidiano, a uma vida talvez um pouco melhor, para verterem suas economias em investimentos ditos previdenciários, e estes investimentos compram papéis de capitais e do Estado.

70 Duas consequências graves para os trabalhadores como classe social devem ser mencionadas para a compreensão destes arranjos econômicos: quando a “previdência privada” investe em papéis do Estado, títulos públicos (que são remunerados com juros altos), o Estado faz uma espécie de economia de seu fundo anual – superávit – para poder remunerar os detentores de seus papéis. Ao realizar tal operação, o Estado impõe cortes às políticas sociais (saúde, educação, seguridade social, habitação popular etc.), aumenta os impostos sobre o trabalho, confisca parte dos lucros das estatais (para que haja recursos para remunerar os proprietários dos títulos), e assim, ao assegurar o pagamento da dívida pública, ao mesmo tempo e como condição para seu pagamento, efetiva-se a destruição dos direitos dos trabalhadores.

Quando os investimentos da “previdência privada” se dirigem para a compra de ações das empresas capitalistas mais lucrativas, igual destruição ocorre no âmbito da organização e das condições de vida da classe trabalhadora como um todo. A “previdência privada” aplica os montantes poupados pelos trabalhadores de uma determinada categoria profissional em empresas nas quais os trabalhadores são mais produtivos e que realizam mais lucros para os proprietários das ações dos investidores naquela empresa, dentre eles os fundos de pensão. Sabe-se, desde a elaboração da crítica da economia política, que o trabalho que enriquece é aquele que expropria o próprio trabalhador em benefício do proprietário dos meios de produção. A lógica absurda contida nesta forma de “previdência privada” implica em tornar categorias de trabalhadores fiadoras/investidoras da exploração de outras categorias de trabalhadores. Todavia, como não há limites éticos para o aumen-

to do lucro, já o permite a legislação, no Brasil e no mundo, que um fundo de pensão invista na empresa mesma de seus trabalhadores. Os resultados: demissões sumárias, programas de demissão voluntária, aumento da jornada de trabalho, redução do número de trabalhadores, adoecimento, congelamentos salariais, alongamento dos anos de trabalho e de contribuição, e regras mais duras para a aposentadoria. Numa palavra, precarização dos direitos do trabalho ou, dito de outro modo, aumento da exploração dos trabalhadores e deterioração de suas condições de vida.

Embora as razões sumariadas neste texto não sejam exaustivas, pretendeu-se demonstrar neste curto espaço que a “previdência privada” não é, e nem pode ser, uma alternativa assumida pelos trabalhadores, nem em conjunto e muito menos individualmente. As saídas para que os trabalhadores gozem de proteção na vida pós-laboral, e para que tenham qualidade nela, dependem de laços de solidariedade entre os iguais, e não de ilusórias conversões da proteção da vida aos mercados. Ao contrário, só a solidariedade entre os trabalhadores é capaz de expressar os níveis de desenvolvimento dos seres sociais, de sua humanização em dado período da história. Tudo isso é urgente e, evidentemente, exclui a capitalização.

Produtivismo acadêmico  
e adoecimento docente:  
duas faces da mesma  
moeda

JANETE LUZIA LEITE<sup>12</sup>

12. JANETE LEITE

Professora Associada da Escola de Serviço Social da UFRJ. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Políticas Públicas, “Questão Social” e Serviço Social – NUPEQUESS/UFRJ.

Uma das contradições fundamentais do mundo contemporâneo é o fato de que o capitalismo não pode parar. Para tanto, ele cria uma dinâmica cada vez mais revolucionária dos procedimentos de controle da natureza e de produção de bens – materiais e simbólicos. Para a sobrevivência e a expansão do sistema capitalista, são necessárias mudanças que atuem tanto nas formas de exploração do trabalho, incluindo aí a criação e utilização de novas tecnologias, quanto nas características de reprodução ideológica e material da força de trabalho. É um processo que tem, na sua constituição, uma tendência a reduzir o emprego da mão de obra ante a potenciação dos meios de produção. Isso hoje se intensifica mediante a tendência do capital e de seus prepostos a utilizar uma maior quantidade de trabalho e um menor número de trabalhadores, exacerbando tanto a jornada quanto a intensificação do trabalho. O resultado mais imediato é que a sobrecarga de alguns condena à ociosidade forçada amplos segmentos de trabalhadores aptos para o trabalho.

A atual conjuntura conduz à hegemonia do neoliberalismo – tanto em nível ideológico quanto prático. Mas a conjugação dos elementos necessários a essa reconfiguração necessária ao capitalismo implica em uma nova sociabilidade, que se inicia com o redimensionamento das classes trabalhadoras. A subjetividade dos trabalhadores precisa ser capturada e remoldada a partir de um padrão de individualismo no qual a luta de classes deve ser obscurecida, dando lugar a um estranhamento interclasse.

Um dos meios mais eficazes para a consecução desse objetivo é a reconformação do mundo do trabalho por meio do principal elemento necessário à emancipação humana: a Educação. Assim, aquela hegemonia aludida também invade as escolas e universidades brasileiras.

A hipótese aqui defendida é a de que as transformações no mundo do trabalho, quando transportadas para o sistema de educação, ao

mesmo tempo em que submetem este sistema aos interesses do capital, engendram, no seu traçado universitário, um fazer profissional cujas características mais marcantes são o produtivismo, a competitividade exacerbada, a gestão por metas e a precarização do trabalho docente que provocam uma “despersonalização” nesses indivíduos, acarretando um total estranhamento quanto ao seu fazer profissional. O resultado mais visível é, de um lado, a transformação no papel da universidade e da formação de seus estudantes; de outro lado, a “implosão” do docente, advinda das pressões – diretas ou não – a que estão submetidos os professores cotidianamente para cumprir as exigências (sempre majoradas) resultantes da nova conformação profissional: produzir, produzir, produzir.

74

Falar das transformações ou metamorfoses contemporâneas no mundo do trabalho como uma espécie de nova morfologia social não é exatamente uma novidade. A reafirmação da centralidade ontológica do trabalho, à medida que este se constitui, na práxis, fundante do ser social, também não é um ineditismo.

O trabalho torna-se multifacetado no que tange às suas formas, condições e relações, bem como em relação ao perfil da própria classe trabalhadora, sem, contudo, alterar um duplo aspecto: sua centralidade ontológica e sua exploração no capitalismo.

Uma das metamorfoses provocadas pela reestruturação produtiva dos anos 1970 reside no fato de que o processo de trabalho passa a ser fragmentado em etapas, mas estas não se realizam necessariamente no mesmo núcleo produtivo. Ao lado disso, a privatização dos serviços públicos provoca a mercantilização de espaços antes sob a responsabilidade do Estado, a partir de reformas em suas políticas sociais.

O Estado gerencial ganha contornos brasileiros. Esta lógica começa a ser inserida na Educação Superior no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a partir do receituário do Fundo Monetário Internacio-

nal (FMI) e agências multilaterais, e continua célere nos governos de Lula da Silva/Dilma Rousseff. O funcionamento empresarial, que demanda um fazer profissional centralizado no cumprimento de metas e nos resultados que são instituídos externamente, afronta a autonomia das universidades. Esta nova condição é a principal responsável pela instalação de um clima de competitividade entre pares, tão ao gosto da ideologia neoliberal. Ao lado disso, há uma expansão no número de matrículas nas universidades públicas, conjugada a um arrocho salarial monumental sobre esta categoria. Se este segundo aspecto acarreta a intensificação do trabalho docente e a busca de outras formas de se complementar o salário, o primeiro, além destes, insere a face mais perversa dessa intensificação: o produtivismo acadêmico (*publishorperish*).

Assim, em sua totalidade, as micropolíticas que enformam a reforma universitária terminam por gerar – como já explicitado – a intensificação e precarização no trabalho docente, que se materializam em um ambiente laboral/profissional marcado por competitividade e pressões pelo desempenho quase que unicamente quantitativo, e pelo cumprimento de metas (gerencial). Isto, aliado à compressão salarial e à ampliação das exigências de produção e produtividade no campo da pesquisa e pós-graduação (prazos, bolsas, editais, participação em eventos científicos etc.), propiciam a ocorrência de agravos à saúde dos professores.

Conforme já aludido, FHC dá início à reforma universitária ainda nos anos 90. Nas universidades federais, a implementação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) passou a determinar o aumento do número de horas/aula semanais, para que o docente fizesse jus a um pouco mais de dinheiro no final do mês.

É notório que, longe de se contrapor à maré montante neoliberal, o governo de Lula da Silva realiza um aprofundamento das políticas de interesse do grande capital catapultadas por seu predecessor. Esta

foi a opção do PT, anunciada desde antes das eleições: honrar todos os contratos com o capital. Nenhum contrato foi honrado com os trabalhadores.

No que concerne à Educação, depois de aprovar, por um sem-número de MPs e decretos (pilares centrais da reforma universitária), o governo petista preparou os “ajustes finais”, transformando, assim, toda a educação superior brasileira em um grande nicho para o investimento das empresas, dela retirando o que ainda restava de ensino e pesquisa de qualidade socialmente referenciada.

Consubstanciada em um conjunto de diretrizes, organicamente integradas, ainda que exaradas em tempos distintos, a política dos governos petistas para a educação superior está firmemente assentada em alguns pilares de nefasta construção: I) A desconstitucionalização da autonomia universitária, com o delineamento de novo modelo de organização, funcionamento, avaliação e financiamento das instituições públicas; II) O aviltamento das remunerações, a extinção ou redução de direitos trabalhistas e previdenciários e a degradação das condições de trabalho (levando docentes à busca de saídas individuais como a venda, num mercado paralelo, de sua força de trabalho); III) O estabelecimento arbitrário de um número cada vez maior de níveis (fomentando castas acadêmicas) dentro da carreira docente; IV) O financiamento privado das IES públicas, que deverão produzir e comercializar conhecimento, processos e produtos tecnológicos, e serviços, buscando atender a demandas de mercado; V) Profundas alterações nos tipos de instituições, programas, cursos e padrões formativos, tanto no setor público quanto no privado, com crescente incentivo aos cursos a distância, aos de curta duração, modulares, pós-médios etc.; e VI) Aumento e incremento das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES), com ampliação de suas prerrogativas legais, “naturalizando” tanto o financiamento público e a utilização de espaços públicos para atividades (e lucratividade)

privadas quanto a desobrigação governamental e a consequente busca de recursos privados para a realização de atividades que, além de públicas, se situam na esfera dos direitos. Como se não bastasse, é flagrante a violação do dispositivo constitucional relativo à gratuidade do ensino em instituições oficiais (seja pela cobrança de taxas variadas, seja pela proliferação de cursos pagos, presenciais e a distância, sobretudo no nível de pós-graduação).

Os princípios basilares da reforma universitária, aqui somente sumarizados, foram coroados com o Decreto nº 6.096/2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. O conjunto das determinações contidas no REUNI, significa, na verdade, não só um exponencial aumento de trabalho para os docentes, mas também uma intensa precarização no seu fazer profissional, posto que constitui um sem-número de exigências e condicionalidades, mas poucos recursos para a sua consecução.

Essa nova forma de gestão se compõe por uma série de exigências, traduzidas pelas instituições (unidades de ensino, agências de fomento “parceiros” etc.) no cotidiano, como uma maior pressão por metas e cobranças personificadas em resultados quantitativos crescentes. Para os professores que estão inseridos na pós-graduação, as condicionalidades também foram exponenciadas, diversificadas e dicotomizadas, impulsionando um ambiente altamente competitivo entre pares, contribuindo para o seu isolamento.

Conforma-se um novo tipo de professor, cujo patamar de qualificação leva em conta, prioritariamente, a pesquisa, mesmo sem a contrapartida financeira para a sua manutenção, posto que o governo não oferece as mínimas condições para ela (o número de bolsas decresce na mesma proporção da imposição de novos critérios para consegui-las).

Este conjunto de transformações não só despersonifica o docente, criando uma nova sociabilidade institucional. A saúde desses indivídu-

os – física e mental – não suporta a intensificação a que seu trabalho está sendo crescentemente submetido.

As duas consequências mais visíveis – e também mais ignoradas e negligenciadas – são a síndrome de Burnout e o Assédio Moral. Ignoradas e negligenciadas porque, em primeiro lugar, ambas as ocorrências são de difícil caracterização. Em segundo, porque são “silenciosas”. Finalmente, porque os docentes as negam. Ademais, a intensa psicologização que caracteriza ambas as patologias também é um impedidor para o seu diagnóstico.

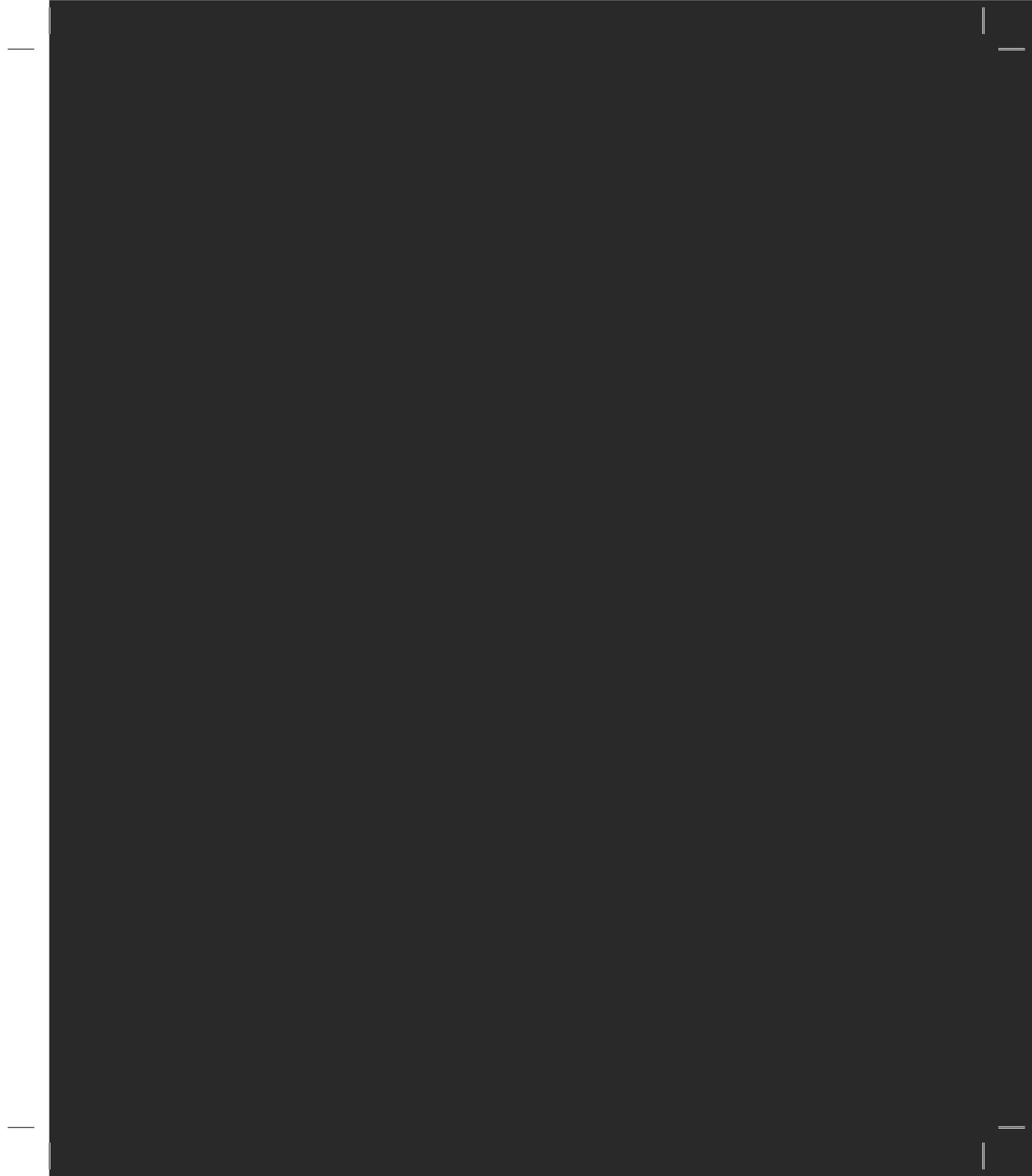
78

Este fato também contribui para a “individualização” da doença, jogando toda a responsabilidade nas costas dos indivíduos acometidos, posto que são vistos como “fracos”, já que não suportam trabalhar sob pressão. Esta culpabilização do indivíduo – tão ao gosto do ideário neoliberal – escamoteia a vinculação medular dessas entidades nosológicas com o processo de trabalho que as provocam.

Todo este processo aqui descrito e analisado sucintamente tem como objetivo a captura da subjetividade dos docentes, desorganizando seu processo de trabalho e sua capacidade em formular um projeto específico.

Com isso, passa a haver uma indiferenciação no tempo-espaco entre a vida acadêmica e a vida pessoal, que são condensados em uma só. O docente se aliena de si mesmo porque perde, cada vez mais, o controle sobre o seu trabalho e sobre o produto desse trabalho (pesquisa, ensino, artigos etc.), que se converte em um objeto estranho ao seu produtor.

A aferição e o diagnóstico das patologias aqui tratadas são extremamente difíceis. Entretanto, enquanto o docente continuar reconhecendo seus sintomas, mas ignorando-os, tratando-os como algo “normal” ou “inevitável”, pouco poderá ser feito. O resultado é uma equação simples: o individualismo e a competição adquirem proeminência e tendem a ser naturalizados.



A precarização  
contemporânea:  
A saúde mental no  
trabalho precarizado<sup>13</sup>

EDITH SELIGMANN-SILVA

13 - Este texto corresponde, com pequenas mudanças e acréscimos, ao que foi apresentado no 3º Congresso Internacional sobre Saúde Mental no Trabalho, promovido pelo Instituto Goiano de Direito do Trabalho (IGT) e pelo Fórum Saúde e Segurança no Trabalho do Estado de Goiás, em Goiânia, outubro de 2008. O texto já foi publicado in Alves, G.; Vizzacaro -Amaral, A.L. e Mota, D. P. (Org.); Trabalho e Estranhamento - Saúde e Precarização do Homem-que-trabalha ; São Paulo; LTr ; 2012. pp. 87-111

*Existe atualmente a psicomanipulação. Ou seja, não só a mais-valia é extraída do trabalho; há a perda do seu “ser” em detrimento do bom desempenho profissional, tendo como única finalidade a rentabilidade.*  
Maurício Tragtenberg, 1980 (p. 29).

## I - INTRODUÇÃO

As grandes mudanças e turbulências políticas, sociais e econômicas em curso no mundo contemporâneo mantêm relação, certamente, com o impressionante aumento dos registros de transtornos psíquicos. Antes de abordar os reflexos mentais dessas mutações profundas, vale contemplar sucintamente algumas dimensões e interfaces do processo de precarização que culminou na presente conjunção de crises. Estas dimensões exigem que tanto a crise quanto a precarização sejam contempladas sob a perspectiva das degradações que, de modo interarticulado, vêm ferindo a ética, o meio ambiente, a sociedade (precarização social), o mundo do trabalho e a saúde humana.

Trata-se, portanto, de considerar a crise ética, a ambiental, a social, a do trabalho e a da saúde. No âmbito desta última, deveremos aqui concentrar nossa atenção nos impactos sobre a saúde mental - impactos que são indissociáveis dos que atingem as outras dimensões citadas, e que consubstanciam o desgaste mental no contexto de uma precarização geral que persiste em ampliação. Ao mesmo tempo, pretendemos identificar algumas resistências e perspectivas de superação desse processo destrutivo.

Não teremos a pretensão de analisar aqui as raízes macropolíticas e macroeconômicas da precarização social e do trabalho - tarefa já assumida por vários cientistas sociais e economistas críticos (CHESNAIS,

2004; AZKENAZY, 2004). A agitação inquietante e o sobe e desce das bolsas espelham e espalham uma perda de estabilidade que atinge finanças e economia - e que pode ser entendida como precarização das mesmas. Chesnais (2008), no início da crise financeira que logo se desdobrou sobre a economia mundial, fez um pronunciamento incisivo e revelador, no qual vincula a crise econômica, a política e a ambiental, identificando uma crise mais ampla - a crise da humanidade:

A crise irá desenvolver-se, de modo que as primeiras e realmente brutais manifestações da crise climática mundial que estamos vendo irão combinar-se com a crise do capital enquanto tal. Entramos em uma fase que delineia realmente uma crise da humanidade, dentro de complexas relações nas quais estão também envolvidos os acontecimentos bélicos; porém, o mais importante é que, incluindo o rompimento de uma guerra de grande amplitude, que no presente só poderia ser uma guerra atômica, estamos enfrentado um novo tipo de crise, uma combinação desta crise econômica que teve início com uma situação na qual a natureza, tratada sem a menor contemplação e golpeada pelo homem no marco do capitalismo, reage agora de forma brutal. Isto é algo que tem estado quase excluído de nossas discussões (econômicas), porém irá impor-se como um fato central. (tradução e grifos nossos).

Existe uma crise social, na qual a disseminação do medo e da insegurança aumentou a desconfiança e fragilizou todos os tipos de laços da sociabilidade - fora e dentro dos ambientes de trabalho. Essa crise social tem uma de suas marcas na instabilidade que atravessa o mercado de trabalho e nas inserções laborais precárias. Outra marca é, em muitos países, o retrocesso das instituições e legislações destinadas à proteção social - previdência, assistência social e saúde -, com especial estreitamento da proteção efetiva à saúde dos trabalhadores.

14 - SMRT - Sigla adotada para designar Saúde Mental Relacionada ao Trabalho – o campo de conhecimentos onde situamos os estudos voltados aos processos de saúde e adoecimento mental relacionados ao trabalho e ao desemprego. (Seligmann-Silva, 2011)

O estímulo à competição exacerbou o individualismo e dilacerou laços de companheirismo e solidariedade. Ao mesmo tempo, dissolveu os laços de confiança - especialmente nos ambientes de trabalho. Mas essa dissolução contaminou também o cotidiano e até a vida familiar.

O isolamento social, expresso no temor do contato com o outro, é bem demonstrado na preferência de muitos pelo contato virtual, sem aproximação entre pessoas. A virtualidade assumiu um papel central no cotidiano de homens, mulheres, e mesmo de crianças. O outro se tornou ameaça, pois foi instaurado o reinado da competição generalizada - e isso estimulou não apenas o distanciamento entre as pessoas, mas também uma regressão: o recolhimento de cada um dentro de sua concha narcísica. A generosidade tornou-se rara e a gratidão mais rara ainda, ao mesmo tempo em que a ética foi diminuindo no cotidiano social e, de modo marcante, nos ambientes de trabalho, que se transformaram em arenas de competição permanente e muitas vezes cruel.

Existe, entretanto, uma face dessa problemática que permanece obscurecida aos olhos da população geral - a “produção” de adoecimento psíquico dentro dos contextos de trabalho, e, especialmente, nas situações de trabalho precarizado e exposto à violência. Essa face, analisada pelos pesquisadores da SMRT<sup>14</sup>, revela que, além do trabalho, também a falta de trabalho é um motor nessa produção de agravos mentais.

Precarização tornou-se uma palavra chave que deve ainda ser explicitada nesta introdução. Afinal, no que consiste a precarização aqui tematizada? Precarização deriva de precário, do latim precarius, que significa instável, frágil, insuficiente. Portanto, a precarização social é a fragilização dos laços sociais – que atinge os vínculos humanos e dilacera o tecido social. Ela está se processando no mundo contemporâneo, em inúmeras instituições, e de modo muito marcante nas situações de trabalho. Em nossa apresentação, o foco será no modo como, no contexto do conjunto de precarizações, vem sendo produzida a precariza-

ção da saúde mental para aqueles que vivem do próprio trabalho.

Tentaremos, de modo sintético, esclarecer nesta exposição os motivos pelos quais a precarização tem sido ressaltada nos estudos contemporâneos de Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT). Vale lembrar ainda que a precarização do trabalho vem acompanhando a reestruturação produtiva desde os anos 80.

Os reflexos da precarização na saúde geral e mental têm sido largamente estudados em vários países, e também no Brasil - Appay e Thébaud-Mony, 1997; Druck e Franco, 2007; Seligmann-Silva, 1997 e 2001; Franco, Druck e Seligmann-Silva, 2010; além dos numerosos estudos de outros autores, como Phillipe Davezies e Bernard Doray, na França; Miguel Matrajt, no México; Thomas Elkeles e Uwe Lenhardt, na Alemanha.

84

### **Saúde geral e mental dos assalariados na reestruturação produtiva**

A precarização do trabalho vai repercutir negativamente sobre a saúde mental, como veremos, especialmente a partir de transformações das relações de poder e da organização do trabalho. Mas uma degradação das condições físicas, químicas e biológicas dos ambientes de trabalho também tem ensejado desproteção e ocorrência de acidentes e impactos sobre todo o organismo do trabalhador - conduzindo deste modo a um aumento de doenças pulmonares, de pele e outras, inclusive do câncer ocupacional - que não examinaremos nesta exposição, muito embora esses adoecimentos possam levar a desgaste e sofrimento psíquico. (THÉBAUD-MONY, 2008).

No que diz respeito à saúde mental, o predomínio do conjunto de diagnósticos referentes a quadros depressivos - constatado no Brasil - corresponde ao que acontece no plano mundial, conforme os dados

mais recentes apresentados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Também em outros países, a identificação da relação entre trabalho e depressão levanta enorme perplexidade, e traz à tona o desafio de aprofundar investigações que possam definir qual a relação existente entre a “epidemia” de depressões vinculadas causalmente ao trabalho e a preocupante escalada mundial destes agravos mentais. No caso brasileiro, acredita-se na existência de uma prevalência bem maior do que a apresentada pelos registros, tanto no que se refere aos quadros de depressão quanto, de modo mais amplo, aos outros tipos de distúrbios psíquicos relacionados ao trabalho, ao desemprego intermitente ou prolongado e a múltiplas formas de precarização do trabalho.

Apesar do aumento dos registros de diagnósticos psiquiátricos (grupo F da Classificação Internacional de Doenças – CID-10) nas estatísticas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), torna-se indiscutível que ainda existe um importante déficit de reconhecimento da causalidade laboral destes agravos.<sup>15</sup> Destacamos como causas prováveis deste sub-registro de transtornos psíquicos reconhecidos quanto ao nexos com o trabalho:

a) O presenteísmo – um fenômeno que diz respeito ao fato de muitos assalariados, mesmo adoecidos, não revelarem seus sintomas no ambiente de trabalho nem procurarem benefícios pelo temor de perda do emprego ao término do período de afastamento. Procuremos resumir as origens deste fenômeno:

A injunção de excelência incrementa a negação e a repressão do mal estar, e assim favorece que se trabalhe mesmo adoecido - deflagrando desse modo o presenteísmo. A partir do discurso empresarial e das chefias, o assalariado absorve a ideia de que, nas “organizações de excelência”, a obrigação de ser perfeito inclui a de ser saudável. É negada, assim, a necessidade de se buscar ajuda médica ou psicológica. Tal elevação da auto-exigência, além de prejudicar a detecção e o tratamento

precoces da doença, é certamente caminho para seu agravamento e, no que diz respeito à saúde mental, marca o itinerário pelo qual muitos transtornos psíquicos e psicossomáticos irão se desenvolver – mesmo que o adoecimento inicialmente ocultado tenha, por exemplo, aparecido sob forma de dores nos membros superiores ou nas costas – dores essas que já correspondiam ao desenvolvimento de uma tenossinovite ou uma dorsalgia, mas que eram interpretadas pelo trabalhador como “naturais”, algo que “logo deve passar”.

86

Muitas vezes, fortes mecanismos de negação psicológica dos sintomas fazem com que nem os próprios assalariados tomem consciência deles, impedindo assim que reconheçam os prejuízos sofridos por sua saúde. Deste modo, os processos mórbidos evoluem e se agravam. Às vezes, a patologia é revelada pela piora dos sintomas e/ou episódios agudos, que impossibilitam totalmente as atividades laborais. O mais frequente é que o desgaste físico e/ou psíquico permaneça ocultado, num processo de cronificação. Mas, em geral, torna-se impossível se disfarçar por muito tempo a queda de vitalidade, o desaparecimento do entusiasmo pelo trabalho, as limitações funcionais (físicas e mentais) que irão se revelar na queda de desempenho, as quais são acompanhadas quase sempre pelo apagamento de criatividade. Funções cognitivas - como atenção, memória e raciocínio - são em geral atingidas. Ao mesmo tempo, desaparece a capacidade de tomada de iniciativas. A qualidade dos relacionamentos e das comunicações interpessoais sofre empobrecimento, e reflete o desgaste. Quase sempre é difícil esconder dos demais o desânimo, o esvaziamento do interesse pela atividade e o crescente mal-estar. Para alguns, torna-se extremamente penoso o esforço para controlar o extravasamento da irritabilidade.

O presenteísmo tornou-se um fenômeno amplamente reconhecido e preocupante nas organizações. Entretanto, por enquanto, só conhecemos análises mais pormenorizadas a seu respeito fora do Brasil. Mas

os depoimentos daqueles que, mesmo adoecidos, permaneceram trabalhando, enquanto foi (ou mesmo ainda é) para eles possível suportar tal rotina, fazem parte da experiência cotidiana dos profissionais que atuam na área de Saúde do Trabalhador. A atividade clínica demonstra o agravamento dos quadros clínicos e sua associação a outros agravos – mentais ou psicossomáticos, chegando mesmo a acidentes de trabalho típicos – vinculados a esse presenteísmo. Entre os desdobramentos psiquiátricos, um dos mais freqüentes é a procura por bebidas alcoólicas “para suportar continuar trabalhando”, o que os leva a correr o risco de desenvolver dependência. Outros conseguem acesso a tranquilizantes ou antidepressivos, e utilizam doses inadequadas, que podem precipitar acidentes de trabalho. Têm sido detectados os riscos aumentados de acidentes de trânsito quando esses trabalhadores são condutores de veículos.

O Brasil começa a falar sobre o assunto, mas em geral as empresas o tratam sem vinculá-lo à questão da saúde. Visualizam o presenteísmo sob um aspecto único: o de constituir um estorvo para o alcance das metas empresariais, sem perceberem que as pessoas estão em processo de adoecimento, ou já apresentando patologias que são ocultadas. Essas afecções podem ser dos mais variados tipos, porém se destacam as psíquicas, as osteomusculares (LER/DORT), e diferentes agravos de ordem psicossomática.

Na União Européia – com destaque para a Alemanha –, estudos sobre o problema fortaleceram propostas preventivas aos adoecimentos, enfatizando em particular a saúde mental, e recomendando a detecção e tratamento precoces.

b) Desempregados. Trabalhadores desempregados encontram em geral fortes barreiras para acesso à perícia previdenciária. Desta forma, deixa de ocorrer o registro desses agravos. Dois subgrupos podem ser destacados: 1- O dos que adoeceram no trabalho e foram dispensados

antes de recorrerem ao INSS. A dispensa do trabalhador mentalmente adoecido muitas vezes é categorizada como “por justa causa”, alegadamente por distúrbios de disciplina ou falhas de desempenho, os quais ocorrem em decorrência dos sintomas. Por exemplo: as explosões de agressividade de trabalhadores intoxicados por mercúrio - que também podem se manifestar através de outros agravos psíquicos, tal como no transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e no Burnout. 2- O dos trabalhadores temporários, que apresentam intensificação dos sintomas após término do contrato de trabalho, quando já estão sem acesso à Seguridade Social.

c) Trabalhadores informais: os trabalhadores que trabalham na informalidade e não possuem direito a benefícios do INSS quando adoecidos e incapacitados para exercer suas atividades de trabalho.

88

Observações e pesquisas convergem atualmente para um consenso relacionado à alta rotatividade dos trabalhadores submetidos a relações de trabalho precárias (terceirização e trabalho temporário, entre outros): a rápida sucessão das intermitências entre emprego e desemprego gera permanente insegurança e ansiedade.

Corpo, vida relacional e pensamento: O pensamento se enraíza no corpo e na relação que oferece o suporte simbólico ao ser. Essa inserção se dá, segundo Bernard Golse (2001) no ponto de encontro do corpo com o vínculo significativo (vínculo ao outro e vínculo social). As restrições ao livre pensar e fantasiar podem ser impostas por uma modelização comportamental autoritária, que inibe os potenciais psíquicos da criança - e assim enseja empobrecimento da vida mental, o que o autor demonstra estar comprovado a partir de diferentes estudos e observações. Isto faz Golse declarar que, se desejamos que a modernidade seja centrada na liberdade de ser e de se desenvolver em relação com o mundo, precisamos manter-nos em alerta face à modelização da vida psíquica e relacional dos bebês, para escapar o mais rapidamente possível do que os levará inevitavelmente ao sofrimento, aos distúr-

bios da sexualidade e mesmo à morte. O estudo de Golse se volta para as crianças pequenas. Entretanto, considerando a natureza humana e a do próprio psiquismo – capaz de sofrer regressões em situações de privação relacional –, podemos entender o embotamento afetivo e o decréscimo das elaborações do pensamento nas situações em que os relacionamentos se burocratizam e a mobilidade subjetiva é paralisada. Isto é, quando são inibidos os fluxos das fantasias, sentimentos e elaborações do livre pensar - já que o bloqueio da própria inteligência também acontece quando a autenticidade é bloqueada pela disciplina rígida e pelo medo (GOLSE, 2001).

## **II - ÉTICA , DIGNIDADE E A QUESTÃO DA LIBERDADE**

89

No desgaste mental e em suas expressões mórbidas, é a subjetividade do indivíduo que é atingida. E a subjetividade é construída ao longo das experiências sociais da existência de cada ser humano, através dos mecanismos de interiorização em que os valores da cultura passam a ser constitutivos da identidade e do mundo psíquico. Este é o processo denominado subjetivação - que tem sido ponto de encontro entre estudos dos cientistas sociais (sociólogos e antropólogos que contemplam as esferas do coletivo) e dos psicólogos (que estudam a vida mental e o mundo subjetivo).

Phillipe Davezies (1997), médico do trabalho que tem realizado na França análises importantes para a psicopatologia do trabalho, apontou o desgaste ético no núcleo dos fenômenos atuais de precarização da saúde dos trabalhadores.

Diferentes investigações, realizadas por pesquisadores em diversos países, vêm produzindo conclusões semelhantes quanto ao apagamento ético revelado no centro dos processos de ruptura da sociabilidade

e de desestabilização da economia psicossomática e da saúde mental. Os autores descrevem diversos processos acionados ou mediados por essa perda, que alteram as dinâmicas subjetivas e intersubjetivas. A importância assumida, nesses processos, pelos ataques à dignidade, é ressaltado por Doray, que desvendou e analisou em profundidade os traumas éticos que eclodem em tais circunstâncias. Tanto o que quebra a ética da organização quanto os traumas éticos que atingem os indivíduos fazem emergir sentimentos negativos (medo, raiva, impotência, vergonha e ressentimento), que resultam na deterioração da sociabilidade (DAVEZIES, 1997; DORAY, 2006; DEJOURS, 2008; MATRAJT, 2005; SELIGMANN-SILVA, 1994).

A coação ao fingimento: A imposição ideológica da excelência é uma injunção onipresente à perfeição geral e individual em muitos ambientes de trabalho. E ela leva a uma estranha obrigação – a obrigação de fingir. Trata-se, portanto, da coação ao fingimento - um estranho imperativo antiético que, ao ser disseminado, mantém o mito do êxito permanente, conseguindo deslumbrar (e cegar) com o esplendor do ufanismo (somos os melhores em tudo). Faz parte deste ufanismo o que denominamos ideologia da saúde perfeita. (SELIGMANN-SILVA, 2001).

A economia moderna afastou-se da ética, lamenta o economista Amartya Sen. O autor identifica, nas publicações da economia moderna, “o descaso pela influência das considerações éticas sobre a caracterização do comportamento humano real.” (p. 23) Sen contrasta uma vertente da economia que é profundamente vinculada à ética (e tem raízes no pensamento de Aristóteles) à corrente agora dominante, centrada na logística, na atenção aos meios de alcançar a riqueza, deixando de lado as finalidades humanas da economia (SEN, 1999). Certamente, essa tendência identificada por Sen tem muita relação com as diretrizes empresariais que prevaleceram a partir dos anos 80, na definição dos processos decisórios quanto às opções de produção e administração de pessoal.

## A liberdade existencial (liberdade de ser integralmente)

Já que a proposta é situar o assunto na atualidade, torna-se necessário levar em conta a correlação das forças, de distinta natureza, que hoje atuam de modo simultâneo, tensionando a liberdade de ser e de manter uma identidade social. Será impossível aprofundar essas questões, mas elas inevitavelmente se colocam dentro de nossa temática.

O mundo do trabalho – subordinado a correlações de poderosos interesses políticos e forças econômicas num cenário em que a organização das forças sociais se fragilizou em grande parte do mundo – indiscutivelmente se tornou um poderoso centro de irradiação de mal-estar. Nele se originam grande parte dos impactos desestabilizadores e deformantes que, ao atingirem mentalidades e sensibilidades, vão ferir todo o tecido social.

Encaramos atualmente uma precarização do trabalho já mundializada, embora em graus diferenciados. E, no caso brasileiro, acresce o fato de que já tínhamos uma precariedade anterior, pré-existente à reestruturação produtiva – e que era bastante evidente em várias áreas – algo que não deixa de ter implicações importantes na atualidade. Mesmo sendo impossível examiná-las agora, vale instigar as reflexões com uma pergunta: para populações que ao longo de várias gerações atravessaram situações precárias, de grande carência e desproteção – na vida e no trabalho – como é percebido o discurso sedutor da inclusão na modernidade mesmo em um emprego de vínculo precário – e auferir possibilidades de consumo que parecem ilimitadas diante das ofertas de crédito disponíveis para quem tem um emprego? As respostas são várias – uma delas está na longa lista de pessoas inadimplentes, entre outras aquelas que contraíram dívidas com os próprios empregadores, passando a sofrer exploração em um novo tipo de cativo, como tive-

mos ocasião de constatar em estudos de caso (SELIGMANN-SILVA, 1994).

92 Raízes ideológicas da precarização: As concepções de inexorabilidade que originaram as propostas de reestruturação produtiva expressam a mesma ideologia que moldou a ideia da existência de uma globalização inexorável. As duas concepções correspondem a uma só construção ideológica, e germinaram a partir da mesma matriz - também ideológica - do neoliberalismo. A imposição dessa conjunção originou uma retórica imperativa, que no decorrer dos anos 80 propagou nas empresas uma injunção poderosa: era preciso garantir sobrevivência na globalização. E as palavras de ordem foram: competitividade e flexibilidade. Em outras palavras, a adoção de novos paradigmas organizacionais deveria ser feita, para a instauração de uma competição essencial para a sobrevivência - o que só poderia ser conseguido através de empresas ágeis e enxutas. Assim, foi imposta uma racionalidade na qual o economicismo passou a dominar e preceder qualquer consideração à natureza - tanto a dos seres humanos que trabalham quanto a do próprio planeta.

### **Uma cegueira deliberada a respeito de uma precarização evidente**

Pode ser visto com perplexidade que a percepção dos dirigentes de grande parte das empresas fechou-se para a percepção de evidências - sobre a nocividade para a saúde de certas situações de trabalho e, de modo especial, para a mente humana - comprovadas por pesquisas consistentes e incontestáveis. Esse fechamento da consciência espanta e contraria tudo o que o pensamento filosófico tem construído, a partir de Spinoza, que no século XVII apontou para o objetivo de que o desenvolvimento da inteligência humana se mantivesse fundamentado

em uma percepção capaz de iluminar o aperfeiçoamento da vida e dos seres humanos (SPINOZA, 1677 / 2004).

Tal fechamento representa um imenso desafio para as áreas de Saúde e Segurança do Trabalho, já que no Brasil a maioria das empresas ainda possui reduzida oportunidade de debater aspectos da organização do trabalho (os quais já foram identificados pelas pesquisas como fontes de riscos à saúde mental). Torna-se assim evidente a necessidade de assumir esse desafio: a transformação de um estado de coisas no qual vemos o conhecimento científico já acumulado ser desacompanhado de um reconhecimento das situações concretas que exigem mudanças efetivas – isto é, traduzidas em novas práticas organizacionais e preventivas.

A cisão entre conhecimento existente e sua aplicação na ação preventiva tem raízes ideológicas historicamente constituídas. Torna-se bastante preocupante constatar que, ao longo do domínio do pensamento neoliberal, generalizou-se uma veiculação de ideias, concepções e atitudes contrárias a uma ética que respeita a saúde como valor maior. Diante da intensificação do trabalho - favorecida pela conjunção de novas tecnologias de administração e de produção/ comunicação (microeletrônica etc.) - essa cisão assume enorme gravidade.

Em suma: no cenário brasileiro, um dos maiores obstáculos ao progresso da prevenção nos ambientes de trabalho é de ordem cultural e ideológica, decorrente de uma mentalidade empresarial e gerencial ainda predominante – mentalidade essa que guarda resquícios de uma fase colonial de nossa história: é marcada pela desconfiança em relação aos empregados e se caracteriza por grande resistência à aceitação de todas as evidências que comprovam a vinculação entre diretrizes e modos de administração, por um lado, e agravos à saúde dos empregados, por outro. E entre estes agravos, vêm se destacando de modo marcante os que atingem a esfera mental - e os processos psicossomáticos e psicossociais conectados a essa esfera.

A liberdade humana sob novas tensões e desafios: A questão da liberdade voltou a colocar-se para os trabalhadores e para toda a humanidade. Quais as formas de liberdade que devem ser assumidas nas sociedades modernas - e, por conseguinte, também no mundo do trabalho - para possibilitar, simultaneamente, a justiça e a realização pessoal dos indivíduos? Essa indagação é objeto de um profundo estudo filosófico empreendido por Axel Honneth (2007). Não poderemos analisar aqui a complexidade desta questão. Mas assinalamos que ela se torna fundamental para o enfrentamento dos riscos de disseminação de novas formas de servidão na contemporaneidade.

A falsa liberdade com aumento de responsabilidade: O controle é aspecto que tem sido alvo de especial atenção nos estudos de SMRT, pois frequentemente configura uma pressão coercitiva. Os princípios tayloristas continuam muito presentes na atualidade - não obstante todos os discursos sobre autonomia dos “colaboradores” -, conforme múltiplas análises já revelaram. Dentro do clima geral de desconfiança e insegurança, tornaram-se mais agudos os pressupostos de Taylor sobre a não confiabilidade dos empregados, isto é, a ideia de que não é possível confiar nos trabalhadores, que precisariam, por isto, ser submetidos a controles permanentes. Os modos de controle é que se tornaram mais refinados, unindo aplicações da eletrônica a técnicas administrativas (que procuram harmonizar avaliação e incentivos - como prêmios por produção, por exemplo). Deste modo, o controle é exercido concomitantemente à pressão direcionada para incrementar a produtividade. Nestas situações, sentir-se vigiado gera sensação de trabalhar sob ameaça permanente, e mesmo ideias de perseguição - o que pode vir a configurar quadros do que Marie Pezé (2008) denomina paranoia situacional.

## **Liberdade programada ou autonomia controlada**

A liberdade real e o espaço de autonomia foram sempre reconhecidos em sua conotação positiva para o desenvolvimento humano e para a saúde mental.

Quando escrevemos o livro *O desgaste mental no trabalho dominado* (SELIGMANN-SILVA, 1994), havíamos identificado uma liberdade ilusória que descrevemos como liberdade programada. Tratava-se de uma falsa liberdade, extremamente limitada, mas que foi apregoada pelo poder empresarial como consistindo em uma autonomia ampla. Já no final dos anos 80, tal mensagem – direcionada às mídias e aos próprios empregados – podia ser identificada no discurso empresarial como sendo uma das grandes vantagens que a modernização oferecia aos empregados.

A generalização de uma falsa autonomia nas situações do trabalho “modernizado” vem sendo agora examinada. Trata-se de aspecto resultante do mascaramento da dominação. Beatrice Appay (2005) designou o fenômeno com a expressão “autonomia controlada”. Referiu-se, assim, a uma autonomia que é autorizada e estimulada em tudo o que favoreça de modo imediato o alcance das metas empresariais – contanto que se restrinja a estes propósitos. Portanto, uma liberdade delimitada e ilusória. Essa liberdade pode mostrar-se inclusive perigosa, ao implicar, muitas vezes, na “liberação” do autocontrole de impulsos agressivos e de tendências perversas até então submetidas à autocensura – desde que essa “liberação” possa, no plano imediato, estar a serviço das metas de competitividade e excelência da empresa.

### III - A PRECARIZAÇÃO VINCULADA ÀS TRANSFORMAÇÕES ORGANIZACIONAIS

96

Mutações na organização do trabalho: A desregulamentação dos contratos de trabalho e a adoção da flexibilidade foram assumidas na reestruturação produtiva em nome da modernização, mas seu objetivo real era maximizar a competitividade. Esses aspectos se tornaram também princípios centrais nas estratégias empresariais adotadas e nos modismos organizacionais que se sucederam: reengenharia, qualidade total e outros mais, que Heloani (2003) examinou em uma revisão abrangente dessa sucessão. Desejamos chamar a atenção, aqui, para o estrondoso otimismo com que a introdução de cada uma dessas transformações foi apregoada por certa literatura e pelos gurus da administração que rodaram o mundo, nos anos 90, disseminando essas receitas de sucesso. A ideologia de excelência - que impregnou essas concepções e suas práticas -, foi reconhecida mais tarde como algo que agravou os efeitos desastrosos da reestruturação de cunho economicista, o qual se refletiu na precarização do trabalho e da saúde (MONROY, 2000).

Para a incorporação dos novos parâmetros, as empresas tiveram que proceder a mudanças profundas na organização do trabalho. Procuraremos, mais adiante, tecer algumas considerações a esse respeito. Antes, para melhor entendimento, cabe sintetizar as categorias de análise que se tornaram importantes para a compreensão das relações entre Organização do Trabalho (OT) e Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT) -, considerando, aqui, a impossibilidade de separar, na análise, a OT das políticas de pessoal adotadas pelas empresas.

Os principais aspectos que costumam ser analisados na OT são: a estruturação hierárquica e o modo pelo qual o controle é exercido; os tempos de trabalho (estruturas temporal do trabalho); a divisão das atividades, fluxos e qualidade da comunicação; os conteúdos das ati-

vidades, no que eles consistem e que tipos de esforços exigem; as relações interpessoais e intergrupais; as formas e critérios de avaliação dos empregados. Todos estes aspectos – que necessitam ser apreciados de modo contextualizado e em suas articulações - têm sofrido mudanças que convergem para a precarização da saúde geral e mental.

Nas políticas de pessoal (Gestão de Pessoas), merecem especial atenção, em princípio, aspectos de ordem geral quanto à posição adotada pelas empresas face aos mais fortes imperativos da ideologia neoliberal que se tornou dominante: as relações sociais de trabalho – isto é, à desregulamentação dos vínculos empregatícios; gestão da competitividade nos vários patamares - mas principalmente nos internos: estímulo à competição entre setores, equipes, gerências e pessoas; e modos adotados para a incorporação do princípio da flexibilidade.

Na análise de um aspecto de importante alcance psicopatológico - a intensificação do ritmo – não pode ser esquecido que, longe de ser apenas de ordem temporal, ele decorre de um intrincado conjunto de determinações de ordem política e econômica. E, no caso de cada empresa, o grau de intensificação é modulado por decisões realizadas em estratos superiores da hierarquia – que são, portanto, também da natureza das relações de poder, isto é, políticas.

Por conseguinte, existe sempre um poder que decidiu e impôs as pressões de tempo, que, como se sabe, constituem em geral importante fonte de ansiedade.

Na precarização conjugada – do trabalho e da saúde - merecem atenção a posição e as estratégias adotadas pelas empresas ao incorporarem o paradigma da flexibilidade nos contratos de trabalho, na organização dos tempos (jornadas, turnos, ritmos, pausas, intervalos interjornadas, folgas, férias etc.); conteúdos das atividades (polivalência); exigências de produtividade; bem como nas práticas de treinamento, controle e avaliação.

Trabalho em turnos: A dissociação entre os biorritmos que são próprios da fisiologia humana e aqueles exigidos por certos regimes de trabalho é estudada há muito tempo. A professora Frida Marina Fisher, presente neste Congresso, desenvolve no Brasil, já há três décadas, importantes estudos sobre os biorritmos e a saúde relacionados ao trabalho em turnos e ao trabalho noturno. Na exposição que faz neste congresso, ela aponta de que modo vêm ocorrendo os prejuízos à saúde no decorrer do período mais recente.

### Tensões na flexibilização do trabalho

98

Verificamos que as visões e a linguagem (retórica) referentes à flexibilização podem diferir bastante: o que é considerado como flexibilização modernizadora nos meios gerenciais é vivenciado por assalariados como superexploração, incerteza quanto ao futuro e mesmo como ameaça de exclusão.

Torna-se desafiante, após uma reestruturação aparentemente horizontalizadora, identificar os focos de poder a partir dos quais diferentes pressões são desenvolvidas sobre os empregados (entre as quais aquelas voltadas para maximizar a intensificação do trabalho e o controle/dominação que atingem quem o executa).

As tensões e conflitos gerados diante do conjunto dessas e de outras questões colocadas pela desregulamentação têm indiscutível repercussão nos processos psíquicos, podendo ou não exercer papel na gênese de patologias - transtornos psíquicos ou psicossomáticos, na dependência de outras condições.

Sennett (1999) alerta que a atual flexibilização do tempo, “embora parecendo prometer maior liberdade (...) está, ao contrário, entretecida numa nova trama de controle”. (p. 67) Isso porque o que se exige, em muitas organizações, é um estado de sobreaviso permanente para o em-

pregado que está fora do local de trabalho. Esta disponibilidade continuada comprime as possibilidades de participação social, inclusive na vida familiar, já que se torna impossível planejar e assumir compromissos, uma vez que um chamado pode vir a qualquer momento. Mesmo para o trabalho realizado à distância da firma, o controle constante muitas vezes prejudica a qualidade da vida privada e os relacionamentos familiares. As frustrações e conflitos daí decorrentes variam, conforme idade, gênero, posição na constelação familiar e outras variáveis. É bastante conhecido o drama vivenciado por mães que, “gozando a liberdade de trabalhar na própria casa”, para garantir a produtividade, sentem-se impossibilitadas de atender aos chamamentos de seus filhos pequenos.

A intermitência entre trabalho e desemprego é uma das marcas da precarização. Essa intermitência é vivida por grande parte da população trabalhadora em muitos países, assim como também acontece no Brasil. E as fases de atividade correspondem, para muitos, a um trabalho degradado e potencialmente desgastante. Ao mesmo tempo, cada vez mais a rotatividade e o desemprego intermitente estão aumentados para milhões de assalariados – o que se faz acompanhar de fortes sentimentos de insegurança. A autodesvalorização é agudamente vivenciada pelos assalariados, os quais tiveram uma experiência anterior de emprego estável acompanhada por desenvolvimento profissional, mas que agora se encontram numa situação de informalidade, ou que são subcontratados através de empreiteiras e muitas vezes sem oportunidade de aplicar as próprias capacidades.

### **Trabalho relacional e afetivo – A maneira pela qual a precarização vem atingindo o trabalho relacional e afetivo merece séria e urgente atenção**

A precarização dos vínculos interpessoais e da comunicação sig-

nificativa alcança a vida familiar, o lazer e as várias modalidades de participação social – o que acontece pela compressão dos “tempos de conviver”, pela fadiga e por inúmeros mecanismos que transformam sentimentos, modos de convivência e de compartilhamento.

O reconhecimento da existência de atividades que podem ser entendidas como de ordem predominantemente afetiva ainda é bastante obscurecido nas organizações brasileiras. Assim, qualidades especiais requeridas no trabalho afetivo feminino – embora sejam fortemente exploradas – também constituem “pontos cegos” nas práticas organizacionais, como já foi acima mencionado. A saúde e o trabalho das professoras do ensino fundamental, em todo o país, vêm sendo gravemente afetados por esses aspectos, que têm igualmente forte incidência nas atividades do setor saúde.

100

A densidade e intensidade das atividades cognitivas têm ressonâncias na vida afetiva. A intensificação geral dos ritmos de trabalho, as exigências de ordem cognitiva (atenção, raciocínio etc.) e o acúmulo do cansaço atuam, conjuntamente, no sufocamento da vida subjetiva. Em suma, os sentimentos têm sido colocados sob compressão, sendo às vezes levados a um verdadeiro embotamento. É o que foi constatado, no Brasil, em diferentes pesquisas, que revisamos para apontar este denominador comum que muitas vezes conduz às síndromes de insensibilidade (SELIGMANN-SILVA, 1994 e 2004). Além de diferentes estudos sobre trabalhadores bancários, podemos lembrar, a respeito do assunto, uma investigação sobre analistas de sistema desenvolvida por Lys Rocha (1996), e outra no setor petroquímico, em estudo de Tânia Franco (2003), realizado na cidade de Salvador.

Torna-se necessário considerar a existência e importância do trabalho afetivo, que, para ser realizado, demanda que o trabalhador utilize e insira na prática cotidiana seus sentimentos, emoções e mesmo paixões. A dimensão afetiva é inerente a qualquer atividade que envolva

relacionamento humano - isto é, o que tem sido denominado atividade relacional. Mas existe também em outras atividades, pois sentimentos como responsabilidade com outros seres humanos podem ser fortes e mobilizadores. Os exemplos são numerosos: podemos citar pesquisadores e técnicos da área de saúde que, mesmo sem terem contato com os pacientes, vivenciam a responsabilidade com outras vidas - que é pressuposto de suas atividades. Mas recordo também um trabalhador siderúrgico, operador de ponte rolante, cuja entrevista me fez perceber seu profundo sentimento de responsabilidade com respeito à necessidade de evitar erros que poderiam implicar em um acidente catastrófico - o derrame da gusa fervente sobre todos os operários que trabalhavam debaixo da ponte que ele operava.

Podemos dizer que, no Brasil, é ainda mínima a valorização dos esforços daqueles que estão voltados a atender exigências laborais de natureza afetiva. Este obscurecimento pode ser notado especialmente quando diz respeito ao trabalho desenvolvido por mulheres.

Um consenso entre os que estudam a temática é a existência de qualidades especiais no trabalho afetivo feminino - qualidades que são exploradas, mas também deliberadamente ignoradas - quando se trata de traçar políticas salariais, planos de carreira e critérios de avaliação. Esta desconsideração de algo extremamente valioso é efetivada através da naturalização de capacidades desenvolvidas a partir da socialização, e durante a experiência de vida das mulheres. Trata-se da capacidade de cuidar e consolar, proteger, ensinar e persuadir etc. Na Universidade de Berkeley, pesquisas e publicações de Arlie Russell Hochschild, ao longo de mais de 25 anos, apontam as exigências culturalmente colocadas às mulheres de diferentes ocupações e os danos mentais e sociais advindos das concepções e práticas gerenciais injustas (HOCHSCHILD, 1983 e 2003).

Os estudos existentes sobre o tema do trabalho afetivo foram recen-

temente retomados com bastante ênfase na sociologia do trabalho e na SMRT voltada às atividades no setor saúde, na educação e no serviço social – em profissionais que são genericamente estudados sob a denominação de cuidadores e que, neste Congresso, são objeto de apresentações de alguns outros expositores.

102

Pode-se, entretanto, verificar que, no tema dos conteúdos afetivos do trabalho, ainda são poucas as pesquisas voltadas para os profissionais das chamadas áreas de recursos humanos. Acreditamos que deveriam ser mais lembrados, no estudo do assunto, as/os assistentes sociais, psicólogas/os e médicos/as que trabalham nas áreas de gestão e desenvolvimento de pessoas. As pressões exercidas sobre estes profissionais partem de direções diferentes e conduzem exigências distintas. Diretrizes vindas do topo da pirâmide hierárquica frequentemente colidem com as necessidades e demandas colocadas pelos empregados a esses profissionais. Quando se trata de empresas do setor privado, as equipes do setor de pessoal costumam enfrentar constrangimentos e sobrecargas mentais de trabalho em situações nas quais incidem pressões hierárquicas vindas do alto e que compelem à maximização de produtividade e competitividade. Cada vez mais, também no serviço público, esse tipo de gerenciamento se faz sentir – antepondo produtividade e economicismo aos próprios objetivos sociais que constituem a missão original desses serviços e de seus funcionários – missão essa que, anteriormente, estava em sintonia com a identidade profissional desses funcionários administrativos, assim como com a dos que realizavam o atendimento direto aos cidadãos - missão que conferia sentido ao trabalho que realizavam, fortalecendo a dignidade e o autorrespeito de cada servidor público.

Em suma: a identidade e a ética profissional vêm sendo duramente pressionadas também no contexto da administração - especialmente da administração de pessoas -, em situações que vão além das aqui

evocadas. Estas pressões perturbadoras se acirraram em todo o mundo, multiplicando os impasses éticos que repercutem na vida psíquica (e na saúde) dos profissionais de diferentes setores da administração de pessoas.

Vale apontar que os sentimentos também são estrangulados durante alguns transtornos psíquicos relacionados ao trabalho. Assim, no transtorno de estresse pós-traumático, a transmissão de afeto e a sensibilidade ao outro são substituídas pelo entorpecimento e pela irritabilidade exacerbada, que prejudicam gravemente os relacionamentos e o próprio convívio familiar. Em alguns desses trabalhadores, pudemos constatar que um grande sofrimento psíquico deriva da percepção de se tratar com rispidez e agressividade as pessoas mais próximas e queridas, o que os faz rechaçá-las e buscar isolamento “para não machucar ninguém”.

Temos observado em nossa experiência clínica que um intenso sofrimento psíquico decorre da percepção da impossibilidade de se controlar a irritabilidade. Isso pode acontecer em situações de trabalho que correspondam a uma sobrecarga mental continuada, sem pausas ou tempos de repouso suficientes. Contudo, acontece principalmente quando o esgotamento profissional já se instalou (Burnout). No caso dos cuidadores atingidos pelo Burnout, o descontrole emocional leva-os a direcionar a irritação justamente às pessoas a quem antes dedicavam seu trabalho e seus cuidados - alunos (no caso das professoras) e pacientes (no caso de enfermeiras/os e outros profissionais de saúde).

103

#### **IV - AS PASSAGENS: PRECARIZAÇÃO SOCIAL, DO TRABALHO E DA SAÚDE**

Tânia Franco, em sua exposição neste Congresso, aponta várias “passagens” importantes entre as várias precarizações que considerou

na sistematização apresentada.

Desejamos pontuar alguns fluxos e interações relacionados a essas passagens.

1- Passagens entre as instabilidades da economia mundializada e as organizações nacionais.

Como já apontamos no início deste texto, esse estudo vem sendo realizado há vários anos por alguns economistas de visão crítica.

O que temos a considerar nessas passagens é a insegurança transmitida a partir das instabilidades do sistema econômico internacional, através de interações continuadas com as economias nacionais. Os fluxos de incertezas do âmbito externo atingem a esfera interna das organizações, na qual indivíduos e suas subjetividades são envolvidos pela inquietação e às vezes pelas ameaças de catástrofe, fracasso e mesmo falência da empresa. Isto porque empresários gerentes e assalariados percebem e reagem ante o que captam e interpretam a partir das instabilidades e ameaças presentes no contexto mundial ou do país, ou de um dado setor da economia. As pessoas buscam entender os significados do conjunto de mudanças em processo para o contexto de seu país, ramo de atividade e empresa, assim como para sua própria posição na firma, carreira ou para a manutenção do próprio emprego – sendo esta última a preocupação de todos. Outros reflexos se apresentam para os que trabalham no setor público de diferentes países, com maior gravidade naqueles lugares que apresentam maior retrocesso econômico, social e, em alguns casos, político (retração da democracia). Assim, em muitos contextos, os servidores públicos ativos e os aposentados vêm sofrendo imensas perdas de toda ordem em seus proventos e em seus direitos sociais. Assim, como veremos adiante, modificações de diretrizes, regulamentos e normas administrativas têm sido às vezes anunciadas publicamente, ocasionando inquietação e protesto dos atingidos. Em outros países, tais mudanças são implantadas de modo velado

e surpreendem individualmente. Por exemplo: no caso daqueles que, em situação de perda da saúde ou do emprego, buscam a proteção da seguridade social.

Para os jovens que pretendem ingressar no mercado de trabalho, a percepção da incerteza sobre a obtenção desse objetivo está mergulhada. Já para muitos, há uma incerteza maior – a do futuro de seus países e do mundo. Tais percepções têm sido cruciais, do ponto de vista existencial, para a formulação de um projeto de vida que aparece, às vezes, como impossível de ser traçado - e estão na raiz de movimentos sociais novos que se alastram na atualidade, como os dos indignados.

Para os desempregados de todas as idades, a captação da imprevisibilidade da economia e dos mercados de trabalho aumenta a inquietação e cria desnorreamento.

Evidentemente, muitas distorções da realidade – especialmente midiáticas, mas também outras - ocorrem ao longo desses processos.

2- A passagem entre o Estado e os seres humanos que vivem do próprio trabalho é feita de fluxos múltiplos, e também foi atingida pela precarização, mais marcadamente a partir da crise de 2008.

Vale lembrar, por exemplo, que as estruturas e legislação dos Sistemas de Seguridade Social (Previdência, Saúde, Assistência Social) foram transformadas sob as pressões do neoliberalismo. Essa fragilização representou uma passagem pela qual a precarização se estendeu aos grupos que mais necessitavam desses serviços - ou seja, aos mais carentes de amparo social. Deste modo, ansiedade, e às vezes desespero, têm eclodido em numerosos conflitos envolvendo os que demandam benefícios previdenciários ou de assistência social e se confrontam com a “blindagem” inscrita em inovações da regulamentação. No Brasil, uma blindagem real foi instituída em agências do INSS, onde se realizam as perícias dos segurados que buscam benefícios por adoecimento ou outros motivos. Surgiu assim, em muitos países, uma compressão de

direitos que já pareciam consolidados. Isto é, um intenso retrocesso do respeito aos direitos sociais - o que concorreu para novos impactos psíquicos, experimentados desta vez pelos trabalhadores que se percebiam ameaçados pelo desamparo.

Desse modo, a precarização social se aprofunda e avança sobre a vida de milhões de pessoas que estão afastadas ou perderam seus empregos. A vulnerabilidade da carência aumenta, nestas situações, a possibilidade de rupturas e impactos, que repercutirão de forma a aumentar os riscos psíquicos - riscos que são indissociáveis da crise social.

Essas passagens da precarização, no trânsito entre Estado e mundo do trabalho, também assumem um papel de imensa relevância na precarização social e da saúde - sem considerar aqui os novos desdobramentos de crise política e econômica que podem vir a alimentar. Mas vale lembrar os impactos humanos que, em muitos países, já resultaram da precarização dos sistemas de proteção social (Previdência e Assistência Social) e da Saúde Pública, conforme a análise de Robert Castel (1998; 2003; 2009) e de outros sociólogos.

106

3 - As passagens entre direção e estruturas que articulam o poder dentro das empresas: No interior dos vários tipos de organização empresarial, a direção decide as políticas e práticas de gestão. Estas decisões percorrem fluxos e múltiplas passagens pelas complexas engrenagens da estrutura técnico-administrativa. Trata-se de fluxos (decisões, regulamentações, “ordens de serviço”), que se fazem por diferentes passagens e que são moduladas por variados interesses e conflitos de poder - e que, neste percurso, geram mudanças e pressões que irão repercutir nos relacionamentos/sociabilidade, nos sentimentos e na saúde de todos os empregados - e mesmo na dos próprios administradores e outros executivos.

4 - A interface trabalho/família. Esta é outra passagem que também sofreu mutações importantes no contexto da reestruturação precariza-

dora. O tema tem inúmeros desdobramentos, que tivemos oportunidade de abordar tempos atrás, quando foi possível constatar o surgimento de novas tensões nesta passagem de mão dupla entre o trabalho e a convivência familiar – com repercussões na saúde de cônjuges e filhos (SELIGMANN-SILVA, 1994; 1997; 2001; 2011).

Ao longo de mais de três décadas de reestruturação continuada, todas essas “passagens” vêm sendo profundamente afetadas pela precarização.

## V – OUTROS IMPACTOS NA SOCIABILIDADE E NA ÉTICA

### Os relacionamentos humanos na reestruturação produtiva

107

Tragtenberg (1980) foi pioneiro na identificação da manipulação psicológica nas organizações, assinalando o que denominou psicomanipulação: Existe atualmente a psicomanipulação, ou seja, não só a mais-valia é extraída do trabalho; há a perda do seu “ser” em detrimento do bom desempenho profissional, tendo como única finalidade a rentabilidade. (p. 29)

Em vez dos antigos burocratas, o autor constatou que a cena empresarial agora era ocupada por psicocratas. O autor, no mesmo livro, identifica a empresa como aparelho ideológico que produz o que denominou inculcação ideológica. Ao examinar o que ocorria nas empresas, ainda nos primeiros anos da reestruturação produtiva, Tragtenberg (1980) assinalou, também pioneiramente, o alastramento do participacionismo .

Antunes (1999), analisando os reflexos sócio-políticos das transformações da economia que se articularam às transformações organiza-

cionais, apontou para as pressões que, ao intensificarem as atividades, ao mesmo tempo dissolvem e alteram a sociabilidade e o próprio sentido do trabalho.

O sentido assumido pelo tipo de atividade que o indivíduo realiza é um aspecto extremamente relevante para a saúde mental, pois tem profunda relação com a autoimagem e a autoestima, isto é, com a identidade. Imposições organizacionais, pelas quais o indivíduo deixa de encontrar sentido no seu trabalho, repercutem negativamente na subjetividade. Isto porque quando alguém é impedido ou prejudicado quanto a valorizar aquilo, acaba também, geralmente, por desvalorizar a si mesmo. Quando tais imposições são feitas de forma humilhante, mais graves são as repercussões. Em verdade, é evidente a relevância que a humilhação assume na agressão à dignidade – o que pode acontecer de modos os mais variados, assumindo inclusive implicações de ordem médico-legal. No Brasil, por exemplo, já são reconhecidos no plano jurídico os danos morais que ocorrem no chamado assédio moral e no assédio sexual.

108

### **A escalada da desconfiança na sociedade e nos ambientes de trabalho**

Muitos analistas têm diagnosticado a dissolução da confiança na origem e nos desdobramentos recentes da atual crise econômica. A degradação da ética, por sua vez, é a origem maior da perda de confiança. A disseminação da desconfiança decorre também da exacerbação da competição generalizada, que, concomitantemente, também tem atropelado a ética. Desta forma, brotou uma desconfiança que, qual erva daninha, se alastrou, corroendo os vínculos humanos em toda parte e, em especial, em todos os espaços e níveis hierárquicos das estruturas do mundo do trabalho.

No plano individual, a desconfiança ofende a dignidade e geralmen-

te humilha. Por exemplo, ao presumir, a princípio e sem qualquer fundamento objetivo, desonestidade ou falsidade por parte do empregado, o chefe agride moralmente e fere os sentimentos do assalariado, desmobilizando seu interesse e derrubando suas expectativas de justo reconhecimento – o que pode ser ponto de partida para vivências e esvaziamento, perda de sentido do trabalho e mesmo depressões. A dor psíquica da humilhação possui ainda diferentes desdobramentos na dinâmica psicoafetiva e nas interações humanas. A busca por bebidas alcoólicas, drogas ilícitas, ou medicamentos psicotrópicos pode ser outro meio procurado para compensar a perda ou anestesiar a dor psíquica – e pode levar a dependências.

No plano da administração, a desconfiança incrementa formas de controle que por vezes assumem características humilhantes ou invasivas – o que acontece de várias maneiras, como ao se registrar conversas particulares, ou imagens de aspectos íntimos (por exemplo, através de câmeras de vídeo instaladas em banheiros).

Mas o sofrimento mental desgastante, assim como outros tipos de ataque à saúde, pode ainda derivar de muitas formas de desvio ético que passam pela desconfiança sistemática. Um exemplo, infelizmente comum, é o representado pela desconfiança em relação a queixas de quem se refere a dores e a outras manifestações de lesões por esforços repetitivos (LER; DORT). Aqui, a ofensa à dignidade se faz através do menosprezo com que muitas vezes se desqualifica tais queixas.

A formulação de elevadas exigências de produtividade em ambientes nos quais domina a desconfiança, e nos quais as pessoas temem falar de seu mal-estar ou revelar quaisquer sintomas, impossibilita a prevenção primária, assim como a prevenção secundária, de doenças de trabalho. Isto é, prejudica o êxito das equipes de saúde que buscam estabelecer, a partir da detecção precoce delas, um tratamento eficaz. Pois a desconfiança envolve até mesmo a figura dos profissionais de saúde e dos próprios técnicos de segurança no trabalho – alguns já bas-

tante sensibilizados para as questões de saúde mental.

Vale acrescentar que, em tais circunstâncias, o risco de demissão percebido pelo trabalhador, além de abafar a queixa, muitas vezes produz a negação psicológica do próprio mal-estar – o trabalhador esconde de si mesmo seu sofrer. Esta negação psicológica também pode prejudicar seriamente estudos sobre psicopatologia no trabalho, realizados através de instrumentos como questionários ou mesmo através de entrevistas estruturadas – nas quais não haja oportunidade de uma interação que propicie a empatia e a confiança entre entrevistador/entrevistado, e que assim possibilite “desmontar” as respostas defensivas e evasivas.

A precarização, ao atingir todos os âmbitos da sociabilidade, isola os indivíduos e repercute de modo importante na vida afetiva e na subjetividade de cada um.

## VI – IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL

1- Uma constelação nociva para a saúde mental: controle exacerbado + desconfiança intensa + reponsabilização centrada nos indivíduos

Foram mencionadas acima as armadilhas da “liberdade programada ou autonomia controlada”. Vimos também que a intensificação e sofisticação do controle constitui um aspecto central de uma nova dominação, expressando um poder coercitivo que se tornou extraordinário e no qual o medo prolifera. Por isto, esse aspecto tem merecido especial atenção nos estudos de SMRT.

Não obstante todos os discursos sobre autonomia dos “colaboradores”, os princípios tayloristas continuam muito presentes na atualidade, conforme múltiplas análises já revelaram. Assim, dentro de um clima geral de desconfiança e insegurança – um verdadeiro clima de guerra, como foi bem caracterizado por Aubert e Gaulejac (1991) –, tornaram-se mais agudos os pressupostos de Taylor sobre a não confiabilidade dos empregados, isto é, reativou-se a idéia preconceituosa de que não

é possível confiar nos trabalhadores, e de que portanto eles deveriam ser submetidos a controles permanentes. Os modos de controle é que se tornaram mais refinados, unindo aplicações da eletrônica a técnicas administrativas que procuram sintonizar avaliação e incentivos – como prêmios por produção, por exemplo. Deste modo, o controle exercido torna-se inseparável da pressão que visa incrementar a produtividade. Nestas situações, sentir-se vigiado gera sensação de trabalhar sob ameaça permanente e suscita idéias de perseguição – o que pode vir a configurar quadros do que Marie Pezé (2008) denomina paranoia situacional.

### **Aumento da violência social e da violência no trabalho**

O aumento da violência na precarização social atinge muitos trabalhadores. É o caso do aumento de assaltos e agressões, que produzem impactos em trabalhadores do comércio e trabalhadores do setor de transportes – principalmente em motoristas de transportes coletivos e de caminhões, assim como em cobradores de ônibus. No âmbito jurídico, existem estudos mostrando a ocorrência de trauma secundário em advogadas que defendem os direitos de mulheres vítimas de violência doméstica. O mesmo tem sido observado em trabalhadores sociais (assistentes sociais e outros) que permanecem longo período prestando assistência a pessoas vítimas de grandes catástrofes (terremotos, enchentes e outras).

A identidade e a ética dos profissionais são pressionadas, conjuntamente, no trabalho contemporâneo. Diferentes pesquisas qualitativas, com estudos de casos, têm revelado esses impasses éticos que repercutem subjetivamente e sobre a saúde mental de diferentes profissionais: em especial daqueles que atuam na educação ou prestando assistência/cuidando de adultos ou crianças, assim como dos que estão envolvidos

com o desenvolvimento de pessoas e com outras atividades voltadas para os funcionários das empresas – conforme já mencionamos acima.

O aumento da violência psicológica também se manifesta assumindo diferentes formas na precarização. O assédio moral - pessoal ou organizacional – é a forma de violência psicológica que tem sido mais estudada em vários países, inclusive no Brasil – onde o assédio sexual, embora existente, tem sido menos estudado do que nos Estados Unidos e em outros países. Mas, além do assédio, outras modalidades de violência psicológica são frequentes nas situações de trabalho. Elas aumentam conjuntamente com a exacerbação das tensões laborais da precarização e podem também conduzir a adoecimento.

112 Temos observado em nossa experiência clínica que um intenso sofrimento psíquico decorre da percepção da impossibilidade de se controlar a irritabilidade e a impulsividade agressiva. Isso acontece tanto em trabalhadores atingidos pela fadiga crônica, quanto nos casos de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e Burnout. Em relação a estes últimos - e de forma muito característica em relação aos trabalhadores que apresentam esgotamento profissional (Burnout) -, o descontrole emocional os leva a direcionar a irritação justamente às pessoas a quem antes dedicavam seu trabalho e seus cuidados – alunos, pacientes, pessoas atendidas em serviço social ou outros usuários de serviços públicos. No atendimento clínico, os/as pacientes frequentemente mencionam irritabilidade e perdas que sofrem por causa dela - que em geral denominam “nervoso”, “nervosismo” ou “perda de paciência”. Registramos muitas vezes, durante os anos mais recentes, ao atender trabalhadores que se sentiam sobrecarregados, relatos como: “Não tenho mais paciência, tenho medo de explodir . Por isso nem fico mais junto da família”. Ou “Por causa do nervoso, acho que estou perdendo o amor da minha família!”. Ou ainda: “Pelo motivo da irritação, evito sair, já não encontro com os amigos .”

Os transtornos mentais decorrentes da violência psicológica têm

16 - Para detalhamento atualizado a respeito dos transtornos psíquicos relacionados com a precarização e a violência, ver Seligmann-Silva, (2011).

merecido estudos em muitos países e inclusive no Brasil. Tal violência pode estar associada à de ordem física - como em casos de agressões físicas em assaltos sofridos no local de trabalho.

A violência nas situações de trabalho, no Brasil, tem sido estudada principalmente em pesquisas qualitativas e em estudos clínicos (estudos de casos). Ainda faltam, no país, estudos epidemiológicos que analisem a psicopatologia decorrente dos vários tipos de violência que se acentuaram durante a precarização social e do trabalho.

Os principais transtornos psíquicos que têm sido caracterizados nos desdobramentos clínicos da violência laboral são os seguintes:

- » Depressões de diferentes categorias reconhecidas pelo CID-10;
- » Síndromes com aspectos paranóides (paranoia situacional, segundo Pezé (2008);
- » Transtornos de estresse pós-traumático (TEPT);
- » Esgotamento profissional (Burnout);
- » Dependência de bebidas alcoólicas ou drogas;
- » Desdobramentos da evolução clínica podem assumir características de psicose, especialmente em casos de TEPT<sup>16</sup>.

A reação aguda ao estresse é o transtorno mais frequente no período imediato após o trauma, e tem em geral curta duração. Depressões e TEPT podem ser outras derivações da experiência traumática.

Repercussões mentais dos acidentes de trabalho: Estas repercussões têm duas origens, as quais, na prática, frequentemente se apresentam entrelaçadas: o dano orgânico e o dano psíquico. Existem as decorrências dos traumas que acarretam danos orgânicos ao cérebro e assim originam, por exemplo, o déficit cognitivo. Alterações psicoafetivas e transtornos mentais pós-traumáticos merecem atenção por sua frequência. O principal é aquele que o CID rotula como transtorno de estresse pós-traumático. A reação aguda ao estresse é o transtorno mais

frequente no período imediato após o trauma, e tem em geral curta duração. A experiência traumática do acidente, em muitos casos, é seguida pelo desenvolvimento de depressões. Em nossa experiência clínica, constatamos casos em que as dificuldades encontradas para obtenção de benefícios previdenciários (e/ou as barreiras à reabilitação e volta ao mercado de trabalho) contribuíram fortemente para a dinâmica que conduziu ao quadro depressivo (SELIGMANN-SILVA, 2011; PEZÉ, 2002).

## VII - CUSTOS FINANCEIROS/ECONÔMICOS E HUMANOS DA PRECARIZAÇÃO DA SAÚDE NO TRABALHO PRECARIZADO

**114** No Brasil, ainda estamos no início de uma efetiva avaliação dos custos das situações de trabalho que acarretam acidentes típicos e adoecimentos.

Deve ser notado que em nosso país ainda não se realiza, como na Alemanha, Canadá, Austrália e em alguns outros países, a estimativa ampla de custos do adoecimento vinculado ao trabalho, sendo em geral realizados unicamente cálculos referentes aos benefícios previdenciários e gastos com tratamento.

Nos países que nos últimos anos se detiveram na análise destes custos é esperado que os espantosos montantes que têm sido revelados possam se refletir de modo favorável na prevenção. É o que estudos de Azkenazy (2004) revelam já estar acontecendo, ao apontar exemplos nos Estados Unidos.

As depressões e a dependência de bebidas alcoólicas estão entre os transtornos mentais relacionados ao trabalho para os quais encontramos maior número de referências quanto à realizações de avaliações dos custos que representam para as empresas do setor público, para as do setor privado, e para a economia de cada país estudado (em termos de PIB).

Os custos sociais, e os advindos do sofrimento dos trabalhadores e de suas famílias, em geral são considerados – pela dificuldade de sua aferição – como intangíveis. Embora incalculáveis, estes custos humanos são certamente imensos.

### **À GUIA DE CONCLUSÃO - INGREDIENTES DA ESPERANÇA: UMA FORMAÇÃO INOVADORA E DA DISSEMINAÇÃO AMPLA DOS CONHECIMENTOS EM SMRT**

Desejamos encerrar esta exposição refletindo um pouco sobre a esperança que pode ser depositada em inovações que incorporem os conhecimentos da SMRT à formação de diferentes profissões junto às quais esses conhecimentos se fazem necessários. Consideramos igualmente a importância da disseminação de tais conhecimentos a toda a sociedade, através do próprio sistema educacional. Para viabilizar isto, é necessário que os professores de todos os níveis tenham acesso a tais conhecimentos.

O papel da Universidade brasileira em relação ao desenvolvimento da formação e da pesquisa em SMRT é da maior importância, principalmente nas unidades que realizam a formação dos profissionais de saúde e do preparo dos futuros gestores da administração pública e privada. Esperamos que nas Faculdades de Direito a SMRT também venha a iluminar o entendimento sobre essas novas questões que emergem, ameaçando e ferindo a ética e a saúde no mundo do trabalho.

Da mesma forma, assinalamos a validade de se inscrever os conteúdos da SMRT na formação dos profissionais de Serviço Social, lembrando-lhes as múltiplas instituições em que irão atuar junto a diferentes instâncias, grupos e pessoas - no desenvolvimento e implementação de políticas públicas, lidando com questões de trabalho, desemprego e precariedade social.

Outro aspecto que desejamos destacar nessas reflexões é aquele que diz respeito aos trabalhadores já adoecidos: na realidade brasileira, o

imenso número de trabalhadores cuja saúde mental já foi afetada pela precarização do trabalho também exige que, da forma mais imediata possível, sejam instituídas políticas e ações voltadas para oferecer-lhes tratamento, além de programas e recursos voltados à sua reabilitação psicossocial - e, quando necessário, também a reabilitação profissional desses trabalhadores.<sup>17</sup> Torna-se, portanto, urgente a instituição de uma política pública que contemple, de modo conjunto, a prevenção, o tratamento e a reabilitação dos portadores de transtornos psíquicos relacionados ao trabalho.

Existe necessidade premente de estabelecer tal política, tanto pelos custos humanos quanto pelos custos financeiros que estão sendo ocasionados pela ausência dela. Existe base, na experiência internacional, para estimar que um estudo amplo e profundo destes custos poderá oferecer fundamentos ao Ministério para uma política de reabilitação, de modo articulado ao desenvolvimento de planos e programas voltados à prevenção. É essencial, ainda, que se obtenha a interssetorialidade necessária para o desenvolvimento de ações coordenadas e integradas - no contexto da Seguridade Social e com as demais políticas públicas - em especial as que dizem respeito à educação, ao trabalho, ao emprego e à comunicação social.

Reabilitação e reinserção no trabalho constituem, no Brasil, um aspecto extremamente crítico. Acreditamos que uma política voltada à reabilitação certamente interessará às empresas que desejam recuperar funcionários que já foram objeto de investimentos em capacitação, e que desenvolveram muitas vezes conhecimentos e técnicas significativos.

A capacitação em SMRT, direcionada a profissionais de reabilitação que possam conhecer aspectos essenciais dela para planejar e implementar a reabilitação em todas as suas vertentes - e incluindo aí, sempre que indicado, articuladamente à reabilitação psicossocial, também a profissional - será um passo inicial e essencial na efetivação da política pública aqui proposta.

#### 17 - REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Nos casos de transtorno psiquiátrico relacionado ao trabalho, muitas vezes se impõe a necessidade de reabilitação profissional. Isso pode e deve ser avaliado o mais cedo possível, para que esta reabilitação possa ter início - sempre que indicado e articuladamente aos tratamentos instituídos. É o que acontece, por exemplo, em trabalhadores que desenvolveram TEPT (transtorno do estresse pós-traumático) em decorrência de evento traumático vivenciado no trabalho. Se estes trabalhadores voltarem a estar expostos à violência por suas funções ou por situação de desproteção, será indicada a reabilitação profissional.

Acreditamos que também os juristas, que estudam e atuam na esfera dos Direitos Humanos, na Justiça do Trabalho e no Ministério Público do Trabalho, muito terão a contribuir num processo em que a incorporação dos conhecimentos da SMRT possa - na contemporaneidade - oferecer fundamentos para a legislação e a formulação de julgamentos e sentenças, bem como às ações voltadas à ética no trabalho.

---

### REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- APPAY, B.; THÉBAUD-MONY, A. **Précarisation sociale, Travail et Santé**. Paris: IRESCO (Institut de Recherches des Sociétés Contemporaines), 1997.
- AUBERT, N; GAULEJAC, V. **Le coût de l'excellence**. Paris: Seuil, 1991.
- AZKENAZY, P. **Les désordres du travail – enquête sur le Nouveau productivisme**. Paris: Seuil, 2004.
- CASTEL, R. **A metamorfose da questão social**. Tradução de Iracy D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 2008.
- \_\_\_\_\_. **A insegurança social - O que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.
- \_\_\_\_\_. **La montée des incertitudes-travail, protections, statut de l'individu**. Paris: Ed. Du Seuil, 2009.
- CHESNAIS, F. **Exposição realizada no encontro organizado pelo grupo Herramienta em 18 de setembro de 2008** (mimeo).
- \_\_\_\_\_. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 2003.

DAVEZIES, P. **Processus de precarisation, organisation du travail, santé mentale.** In APPAY, Beatrice; THÉBAUD-MONY, Annie, *Précari- sation sociale, travail et santé.* Paris: IRESCO (Institut de Recherches Sociétés Contemporaines), 1997.

DEJOURS, C. **Travail, usure mentale - Nouvelle édition augmentée.** Paris: Bayard, 2008.

DORAY, B. **La Dignité.** Paris: La Dispute, 2006.

\_\_\_\_\_. **Le Taylorisme, une folie rationnelle?** Paris: Ed. Bordas, 1981.

DRUCK, M.G; FRANCO, T. (Org.) **A perda da razão social do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2007.

FRANCO, T. **Trabalho Alienado: habitus & danos à saúde humana e ambiental.** Tese, FFCH, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

\_\_\_\_\_. DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. **As novas relações de tra- balho:** o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* vl.35, n. 122; pp.229-248.

GOLSE , B. **Du Corps A La Pensée.** 2. Ed. PUF, 2001.

HELOANI, R. **Gestão e Organização no Capitalismo Globalizado.** São Paulo: Atlas, 2003.

HOCHSCHILD, A. **The Managed Heart.** Berkley: Univ. of California Press, 1983.

\_\_\_\_\_. **The commercialization of intimate life:** notes from home and work. San Francisco/Los Angeles: Univ. of California Press, 2003.

HONNETH, A. **Sufrimento de Indeterminação – Uma reatualização da filosofia do direito de Hegel.** Tradução de R. S. Melo. São Paulo: editora Singular, 2007.

MATRAJT, M. Relaciones de Trabajo/Subjectividad. In **Subjectividad y Cultura** (26): 34-47, 2005.

MONROY, M. **La violence de l'excellence**. Paris: Hommes et Perspectives/Martin Media, 2000.

PEZÉ, M. **Le deuxième Corps**. Paris: La Dispute, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ils ne mouraient pas tous mais tous étaient frappés**. Paris: Pearson, 2008.

ROCHA, L. E. **Estresse ocupacional em profissionais de processamento de dados**: condições de trabalho e repercussões na vida e saúde dos analistas de sistema. Tese (doutorado). Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 1996.

SEN, A. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia de Letras, 1999.

SELIGMANN-SIVA, E. Desemprego e psicopatologia da recessão. In BORGES, L.H.; MOULIN M. G.. B.; ARAÚJO M. D., (Org.) **Organização do Trabalho e Saúde**. Vitória: CCHN, pp 219-274, 2001.

\_\_\_\_\_. **Desgaste mental no trabalho dominado**. S. Paulo: coed. Cortez/Ed. UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_. A interface desemprego prolongado e saúde psicossocial. In SILVA FILHO, J.F.; JARDIM S. (orgs.) **A Danação do Trabalho**. Rio de Janeiro: Te-Corá Ed., pp. 19-63, 1997.

\_\_\_\_\_. Psicopatologia e Saúde Mental no Trabalho. In MENDES, R. (org.) **Patologia do Trabalho**. vol. 2. Rio de Janeiro: Atheneu. pp. 1141-1182, 2003.

\_\_\_\_\_. Os Riscos da Insensibilidade. In ARAÚJO, A., Alberto, M. F.; NEVES, M.Y.; ATHAYDE, M. (orgs.) **Cenários do Trabalho**. Rio de Janeiro:

DP&A editora, pp. 51-72. 2004. Publicado originalmente em FURTADO, T. (org.) **A Falência Psicológica das Organizações**, Rio de Janeiro: Editoração Ltda, p. 63-87, 1995.

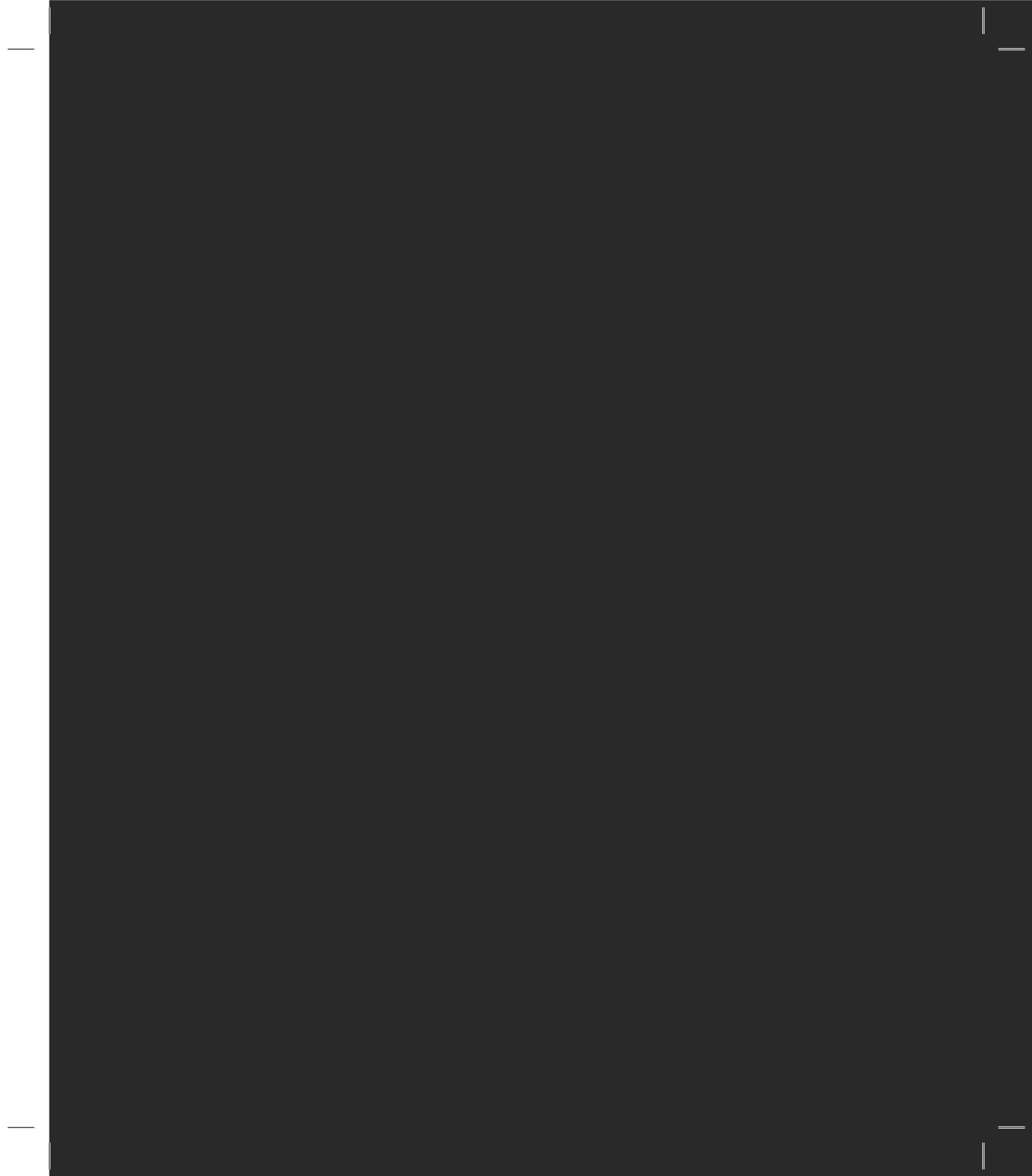
\_\_\_\_\_. **Trabalho e Desgaste Mental - o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

SENNETT, R. **A Corrosão do Caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SPINOZA, B. **Tratado da Reforma da Inteligência**. Tradução e notas p/Lívio Teixeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Originalmente publicado em 1677, em Amsterdam, no ano seguinte à morte do autor.

THEBAUD- MONY, A. **Travailler peut nuire gravement à votre santé**. Paris: La Découverte, 2008.

**120** TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Moraes, 1980.



# A Pesquisa “Precarização do Trabalho e Saúde Docente na Universidade Brasileira - um estudo na UFC, URCA e UVA: considerações teórico-metodológicas”

ANDRÉ VASCONCELOS FERREIRA<sup>18</sup>

PATRÍCIA HELENA CARVALHO HOLANDA<sup>19</sup>

FRANCISCA GENY LUSTOSA<sup>20</sup>

MARIA DO CÉU DE LIMA<sup>21</sup>

MÁRIO MARTINS VIANA JÚNIOR<sup>22</sup>

TÂNIA MARIA BATISTA DE LIMA<sup>23</sup>

MARCELO JOSÉ MONTEIRO FERREIRA<sup>24</sup>

SILVIA HELENA DE LIMA MONTEIRO<sup>25</sup>

18 - Professor Adjunto da FEAAC, Universidade Federal do Ceará (UFC).

19 - Professora Associada da Faculdade de Educação da UFC.

20 - Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UFC.

21 - Professora Associada do Centro de Ciências da UFC.

22 - Professor Adjunto do Centro de Humanidades da UFC.

23 - Professora Associada da Faculdade de Educação da UFC.

24 - Professor Assistente da Faculdade de Medicina da UFC.

25 - Professora do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

O presente artigo busca socializar uma pesquisa em andamento, fruto de uma reflexão coletiva construída pelo Grupo de Pesquisa Trabalho e Saúde Docente, qual seja: de que modo os diferentes níveis de complexidade existentes nas atuais condições de trabalho dos professores da UFC, URCA e UVA repercutem na qualidade do trabalho e na saúde do trabalhador docente?

Para responder a essa questão, os integrantes do referido Grupo de Pesquisa elaboraram um conjunto de estudos, debates e pesquisas que, por um lado, visam dar conta das condições existenciais de produção do conhecimento na universidade pública, com foco específico na UFC, UVA e URCA, e que, por outro lado, possibilitam observar de forma mais ampla as significativas modificações nas políticas públicas – em particular, educacionais e previdenciárias – e suas consequências sobre o ser e o fazer universitário. Para tanto, o grupo partiu de um terreno comum: a investigação das mudanças do mundo do trabalho, para análise, entendimento e caracterização das questões concernentes ao trabalho e saúde docente do magistério superior.

Nesse sentido, cabe considerar inicialmente que as mudanças operadas pelo capitalismo contemporâneo, vinculadas ao grande salto tecnológico desencadeado pelo avanço da automação industrial e da teleinformática (que revolucionaram a comunicação e o processo produtivo), transformaram drasticamente as relações sociais de produção. Nesse movimento, contribuíram, ainda, alterações nos planos político (reordenamento dos Estados/Nações), econômico (desregulamentação das relações mercantis, incluindo o mercado de trabalho e o financeiro) e cultural (fenômeno da mundialização).

As transformações em questão repercutiram, sobretudo, a partir da década de 1970, com a crise do modelo de desenvolvimento fordista e keynesiano, que apontou os limites históricos do Estado de Bem Estar Social (WelfareState), e resultou na, diminuição das políticas sociais,

bem como no fortalecimento do Estado Neoliberal - esse último profundamente comprometido em garantir a lucratividade dos grandes capitais. Com isso, e no bojo das mudanças tecnológicas acima referidas (que reduziram significativamente o trabalho presente na produção capitalista e resultaram, ademais, no enfraquecimento das organizações trabalhistas), teve lugar uma profunda deterioração das condições de vida dos trabalhadores – começando pelos países periféricos<sup>26</sup> que, como o Brasil, seguiram mais detidamente a agenda neoliberal.

A partir deste momento, também se desenvolveu uma nova indústria capitalista, essencialmente voltada à produção científico-tecnológica (PRADO, 2005), que redimensionou o papel das universidades e centros de pesquisa no processo da acumulação capitalista, repercutindo centralmente nas relações de trabalho dos docentes de nível superior, principalmente, através da sobre-exploração dos trabalhadores – mais uma vez, com ênfase nos países periféricos.

124

No caso específico do Brasil, o Grupo de Pesquisa observou que essa nova fase do Capital contou com o apoio e intervenção do Estado através de um conjunto de políticas públicas, implementadas paulatinamente a partir dos anos 1970, que configuraram um processo de alteração sobre as condições de trabalho dos docentes da educação superior no país com consequências diversas, negativas e perversas.

Considerou-se, assim, o processo de precarização das relações de trabalho docentes das universidades públicas brasileiras, orientado segundo as tendências atuais do mercado mundial, incluindo as universidades estadunidenses, que, conforme Chomsky, apontam para o aumento do staff burocrático destinado ao controle hierárquico de professores e demais trabalhadores, além da criação de um padrão de relação trabalhista baseado na insegurança do emprego. No caso brasileiro, observou-se que esse movimento está materializado, por exemplo, na crescente contratação de professores “substitutos” e “temporários” e

26 - Em meio a esses, predominam relações de dependência econômica, política e cultural (PRADO JÚNIOR, 1967; MARINI, 1973; FURTADO, 1965), que se reproduzem também através da transferência de conhecimentos aos grandes capitais com sede nos países centrais.

27 - Como forma de atrair estrangeiros e jovens pesquisadores para instituições de ensino superior, o governo federal estuda a contratação deles por meio de organizações sociais (OS). A proposta tem o aval do Ministério da Educação e foi apresentada hoje (22) pelo presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Almeida Guimarães, no simpósio internacional Excelência no Ensino Superior, no Rio de Janeiro. Disponível: <http://www.etc.com.br/tecnologia/2014/09/capes-defende-contratacao-de-professores-por-organizacaoes-sociais>.

na própria quebra do regime estatutário no serviço público, mediante a contratação de professores bolsistas (como no caso do ensino a distância e de alguns cursos pagos organizados por fundações privadas) e via CLT, tendência, esta, reforçada com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), e com a proposta defendida pela presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a contratação de docentes<sup>27</sup>.

Também com relação à precarização das relações de trabalho dos docentes das universidades públicas brasileiras, há de se destacar, além das perdas salariais registradas (principalmente na década de 1990, mas que voltaram a ocorrer após 2008), a própria contrarreforma do Estado que, de forma geral, reforçou a degradação dos rendimentos diretos e indiretos dos professores. A política de saúde, por exemplo, tem levado os docentes das universidades à contratação de planos de saúde privados controlados por grupos econômicos oligopolistas, que vêm impondo-lhes pesados encargos, reduzindo, ainda que indiretamente, seus rendimentos.

Já a contrarreforma da previdência social realizada a partir dos anos 1990, implementada em 2003 (Emenda Constitucional 41) e coroada com a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-EXE – (Lei 2.618/2012 e Decreto 7.808/2012), tem diminuído drasticamente os rendimentos de aposentadoria dos professores, inclusive, pressionando-os ao pagamento de uma previdência privada complementar – de alto risco, diga-se de passagem, tendo em vista a crise do mercado financeiro e a possibilidade de desvalorização dos ativos em questão.

Ressalte-se que não apenas as contrarreformas do Estado citadas acima afetam negativamente as condições de vida e trabalho dos docentes de nível superior, visto que, conforme dito anteriormente, o Estado vem se descomprometendo, cada vez mais, em relação às políticas

sociais, a fim de se ampliar na perspectiva de garantir a lucratividade do capital – ainda que em oposição ao propalado “livre mercado”.

Nesse contexto, cabe considerar a expansão recente das universidades federais, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), cujo aumento de vagas docentes, só para citar um aspecto, nem de longe acompanhou o percentual de elevação das vagas discentes resultando, conforme aponta Gonçalves (2009), em um incremento na contratação de docentes para as IFES desde 2003 até 2009. Mas tais contratações ainda não são suficientes para repor a carência de professores e técnicos administrativos, tomando por base o quadro de expansão pretendido pelo referido plano. O aumento do volume e fluxo de trabalho é patente!

126

Por último, observou-se ainda, como consequência da aprovação final da Lei da Carreira Docente das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES (Lei nº 12.863/2013), a desestruturação da mesma, pela desproporção entre os percentuais de aumento salarial relacionada aos níveis iniciais e finais da carreira, além da criação de patamares diferenciados entre os professores nomeados “pesquisadores” (submetidos ao padrão imposto pela CAPES, através de diversas formas seletivas de financiamento) e os responsáveis pelo ensino e por atividades de extensão.

Tomados em conjunto, esses aspectos evidenciados e problematizados pelos integrantes do referido Grupo de Pesquisa remetem inclusive à questão do adoecimento docente (CARLOTTO, 2005; FACCI, 2004), que, em uma perspectiva relacionada aos interesses do capital, tende a reforçar a necessidade de maior “flexibilidade” das relações de trabalho, capaz de permitir mais facilmente o descarte dos professores adoecidos, “incapazes” de suportar o regime de sobre-exploração em curso. Daí a necessidade de alteração do modelo de gestão das universidades, na perspectiva da sua substituição por uma gestão baseada em critérios

de mercado e com base na meritocracia.

Constitui-se, assim, um conjunto de elementos que se apresentam como indicativos da perda de qualidade do trabalho acadêmico e que, portanto, configuram e justificam a presente pesquisa.

À questão central, que intenta compreender as atuais condições de trabalho dos professores da UFC, URCA e UVA e as repercussões na qualidade do trabalho e na saúde do trabalhador docente, ponto de partida desse trabalho coletivo, se agregam outras indagações que guiam o trabalho dos pesquisadores, quais sejam:

- » Qual o cenário da docência (perfil dos professores, condições de trabalho, atividades acadêmicas) nas Instituições de Ensino Superior (IES) focos desse estudo (UVA, URCA e UFC)?
- » Qual a repercussão das políticas públicas brasileiras nas condições de trabalho dos docentes das universidades em questão?
- » De que forma as mudanças do mundo do trabalho repercutem no trabalho e na saúde dos docentes das universidades públicas brasileiras?
- » Como vem ocorrendo o processo de subjetivação do profissional docente na UVA, URCA e UFC diante da precarização das relações de trabalho, e quais suas implicações no trabalho e na saúde dele?
- » Como as bases epistemológicas se expressam na qualidade do trabalho e na saúde docente nas referidas universidades?

Na busca incessante de respostas a essas questões, o Grupo definiu a natureza da abordagem da pesquisa como quanti-qualitativa, através da continuidade dos debates e estudos e de um trabalho amplo de coleta e análise de dados, utilizando procedimentos estatísticos e computacionais, quando necessários, com os seus resultados agregados aos dados qualitativos, contextualizados, tratados de forma holística e ideográfica, com uma integração permanente entre pesquisadores e res-

pondentes.

A pesquisa em questão reúne um grupo de pesquisadores organizados nos sindicatos ADUFC, SINDIUVA e SINDURCA, delineando uma pesquisa “guarda chuva”, organizada a partir de princípios de pesquisa colaborativa e participante. Destarte, é uma construção coletiva, que dialoga com outras pesquisas que tenham como eixo estruturante a precarização do trabalho e saúde docente nas universidades públicas brasileiras.

A pertinência da opção por essa metodologia corrobora com a atuação sindical dos pesquisadores na medida em que:

Os agentes que trabalham na perspectiva colaborativa defendem a possibilidade de construir conhecimentos, desvelando as relações opressoras de poder, denunciando o autoritarismo e a ideologia dominante. Dessa forma, criticar as situações ideológicas de opressão é apenas uma das tarefas dos pesquisadores, já que suas ações vão além dessa crítica, oferecendo condições para transformar tal situação (IBIAPINA, 2008, p. 27).

128

Dessa forma, o Grupo considera que os docentes e outros profissionais são coconstrutores do conhecimento produzido na investigação, por via de consequência, possibilitando uma coprodução de saberes e experiências, conforme observa Ibiapina (2008).

Assim, a atuação dos investigadores se dá por meio da inserção direta e permanente no contexto assinalado, uma vez que eles são professores de diferentes áreas de conhecimento das instituições supracitadas, lançando mão de um conjunto de procedimentos metodológicos para apreensão das evidências empíricas, tais como: elaboração e aplicação de questionários, realização de entrevistas semiestruturadas e análises de documentos oficiais.

28 - Para aprofundamento da discussão sobre a referida greve, consultar texto "Greve dos docentes da UFC e UNILAB: Construção coletiva, superação de barreiras e conquistas." Disponível em: <http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1445514730.pdf>.

Nesse trabalho, o Grupo de Pesquisa Trabalho e Saúde Docente considera que a discussão do trabalho e da saúde docente nas universidades públicas brasileiras, em particular, na UVA, URCA e UFC, partindo dos diferentes níveis de complexidade que afetam as condições do trabalho docente, é uma decisão que tem relação direta com demanda da categoria, manifestada, inicialmente, na greve dos docentes das Universidades Federais do Ceará<sup>28</sup>, ocorrida em 2012, e está diretamente relacionada com a concepção sindical que baliza e estrutura o agir da Diretoria da ADUFC – Sindicato (gestão 2013-2015), comprometida com o fortalecimento da categoria dos professores.

Por fim, vale destacar a relevância dessa temática para o protagonismo da sociedade cearense e brasileira, tendo em vista a construção e fortalecimento da universidade pública e do desenvolvimento social do país.

129

---

## REFERÊNCIAS

- CARLOTTO, M. S. (2005). **Síndrome de Burnout em professores de instituições particulares de ensino.** (Tese de doutorado, Universidade de Santiago de Compostela, 2005). D.L.C, 202.
- DEMO, P. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntas.** 2:ed. Brasília: Liber Livro, 2000.
- FACCI, M.G.D. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?: um estudo crítico-comparativo da Teoria do Professor Reflexivo, do Construtivismo e da Teoria Vigotskiana.** Campinas: Autores Associados, 2004.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

GONÇALVES, M. M. D. M. **A implantação do programa de expansão e reestruturação das universidades federais (REUNI) na UFC (2007-2009) – Um estudo de caso sob a perspectiva da qualidade do ensino**. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

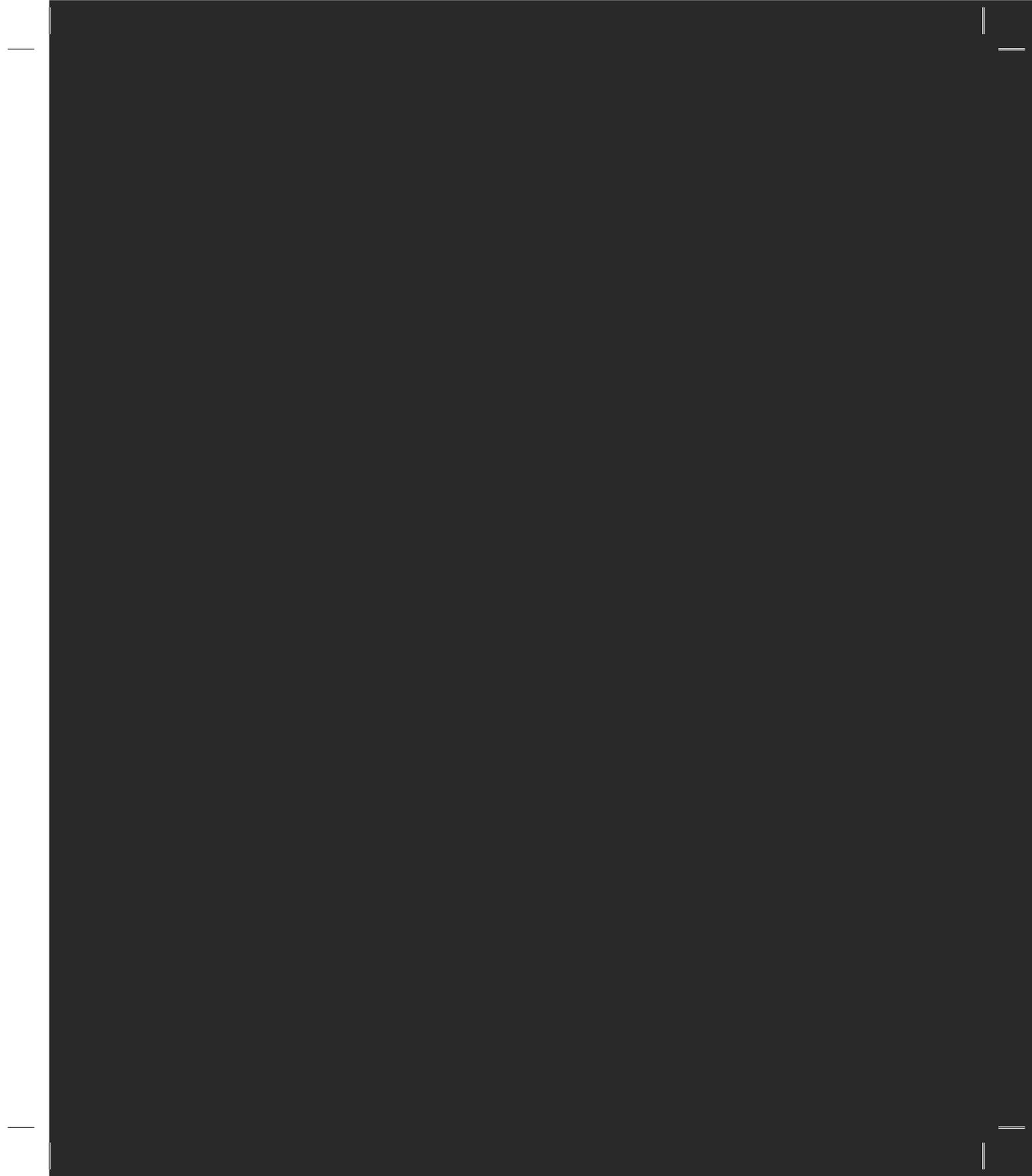
IBIAPINA, M. **Pesquisa Colaborativa: investigação formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Liber Livro, 2008.

LIMA, M. do C. de; CAVALCANTE, M. J. M; OLIVEIRA, A. A. de. **Greve dos Docentes da UFC e UNILAB: Construção coletiva, superação de barreiras e conquistas**. In.: Universidade e Sociedade, Brasília, nº 51, p. 20-31, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1445514730.pdf>>. Acesso em: 15/11/2014.

MARINI, R.M. **Dialectica de La dependencia**. México, DF: Era, 1973.

PRADO JUNIOR, C. **Historia Econômica do Brasil**. 10° ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

PRADO, E. **Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria**. São Paulo: Xamã, 2005.



# Sobre os Autores

**ANDRÉ VASCONCELOS FERREIRA** - Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professor adjunto do Departamento de Teoria Econômica da UFC, onde coordena o Projeto Grupo de Extensão em Economia Solidária (GESOL) e a Pesquisa Condições de Trabalho e Saúde Docente nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo sobre a UFC, UVA e URCA. Também atua como membro do Observatório de Políticas Públicas da UFC. Tem experiência nas áreas de Economia e Geografia. Presidente da ADUFC (2013-2015).

**EDITH SELIGMANN-SILVA** - Graduada em Medicina pela Universidade Federal do Pará(1959), especialização em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo(1978) e doutorado em Medicina (Medicina Preventiva) [Sp-Capital] pela Universidade de São Paulo(1973). Atualmente é funcionário da Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Atuando principalmente nos seguintes temas:Sociedade, Cultura, Saúde, Amazônia

**FRANCISCA GENY LUSTOSA** - Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (1999), Mestre (2003) e Doutora (2009) em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, especificamente da linha de pesquisa História da Educação Comparada, na (FACED/UFC). Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Educação, com ênfase em Educação Inclusiva, atuando principalmente nos seguintes temas: prática pedagógica, alunos com deficiência, inclusão, alfabetização e letramento.

**IDALETO MALVEZZI AUED** - Graduado em Economia pela Universidade Federal do Paraná (1972), mestrado em Economia Rural [C. Grande] pela Universidade Federal da Paraíba (1980), doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1996) e Pós-doutorado em Sociologia Pela Unesp - Araraquara - (2005). Aposentado como professor DE - Titular, da Universidade Federal de Santa Catarina, desde 02/03/2009. Experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Marxista, atuando principalmente nos seguintes temas: MST, cooperativismo, acumulação capitalista no Brasil, assentamentos do MST, desenvolvimento capitalista e espaço transitório do capitalismo ao socialismo. Atualmente é professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão.

134

**JANETE LUZIA LEITE** - Concluiu o Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2000. Atualmente é Professor Associado da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Graduação e Pós-Graduação), Professor colaborador da Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Federal Fluminense/UFF e Pesquisador da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO (HUGG). Orienta trabalhos de iniciação científica, de conclusão de curso de graduação (TCC), além de dissertações e teses nas áreas de Serviço Social, Saúde Coletiva e Políticas Sociais. Atualmente participa de cinco projetos de pesquisa (quatro constantes do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e um financiado pela FAPERJ). Coordena o Núcleo de Pesquisa e Estudo sobre Políticas Públicas, Questão Social e Serviço Social (NUPEQUESS) em nível de graduação e de pós-graduação, com extensa produção científica e bibliográfica.

**MARCELO JOSÉ MONTEIRO FERREIRA** - Sanitarista com Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade de Fortaleza/UNIFOR (2006). Residente em Saúde da Família e Comunidade no município de Fortaleza pela Secretaria Municipal de Saúde/SMS (2009-2010). Mestre em Saúde Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal do Ceará (2012). Doutorando em Saúde Coletiva (2015-atual), pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, área de concentração em Epidemiologia das Doenças Transmissíveis. Tutor do Programa de Educação pelo Trabalho (PET-Saúde), da Faculdade de Medicina/UFC (2014). Professor Assistente 1A do curso de graduação em Medicina, onde coordena a disciplina Saúde, Trabalho, Ambiente e Cultura na Universidade Federal do Ceará (2013-Atual). Revisor de periódicos internacionais (Journal of International Research in Medical and Pharmaceutical Sciences) e nacionais (Cadernos de Saúde Coletiva). Atualmente é Vice-Chefe do Departamento de Saúde Comunitária, da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal do Ceará. Atuou como Bolsista da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, onde desenvolveu e coordenou o curso de formação técnica em Meio Ambiente, em parceria com a Universidade Federal do Ceará e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Possui experiência no serviço de saúde atuando principalmente nos campos da Saúde do Trabalhador, Saúde Ambiental, Atenção Primária em Saúde e Vigilância em Saúde Ambiental e do Trabalhador.

**MARIA DO CÉU DE LIMA** – Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (1988), especialização pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Geografia Humana), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1997) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002), pós-doutorado em Geografia pela Uni-

versidade de Brasília. Atualmente é professor Associado III da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia e Movimentos Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: metodologia e prática da pesquisa, zona costeira, conflitos por terra e conflito por territórios.

136

**MÁRIO MARTINS VIANA JÚNIOR** - Professor Adjunto A do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, setor de estudos História do Brasil. Possui doutorado em História Cultural (UFSC-2013) e mestrado em História Social (UFC-2009). Atualmente coordena o Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER) e o projeto Memória das Comunidades Impactadas pelos Perímetros de Irrigação no Ceará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nas seguintes temáticas e temporalidades: gênero, história das mulheres, masculinidades, América Portuguesa, Brasil República, semiárido, campesinato, conflitos territoriais, memórias do campo.

**PATRÍCIA HELENA CARVALHO HOLANDA** - É Psicóloga, mestra, doutora em Educação pela UFC e pós-doutora na área de concentração de Desenvolvimento Profissional Docente pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNB. Professora de Psicologia da Educação do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC, vinculada às linhas de pesquisas História da Educação Comparada e Educação, Currículo e Ensino. É cadastrada nos grupos de pesquisa do CNPQ, Avaliação Curricular e no grupo História da Educação Comparada. Orientadora de seis teses de doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação, nas linhas de pesquisa supracitadas.

**ROBERTO LEHER** - Professor Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na linha Políticas e Instituições Educacionais. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1998). Desenvolve pesquisa em políticas públicas em educação. Integra Comitês Editoriais de vários periódicos, entre eles: Educação e Sociedade, Margem Esquerda, Outubro, Temporalis, Trabalho Necessário, Humanidades (Costa Rica) e Universidade e Sociedade. Professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes. Representante eleito dos Professores Titulares do CFCH-UFRJ no Conselho Universitário da UFRJ (2013-2017). Bolsista Sênior da Cátedra sobre desenvolvimento IPEA-CAPES (2011 e 2012), pesquisador do CNPq e bolsista do programa Cientistas de Nosso Estado - FAPERJ. Reitor da UFRJ (Gestão 2015-2019).

**SARA GRANEMANN** - Graduada em Serviço Social pela Fundação Universitária do Alto Vale do Rio do Peixe/SC (1985); especialista em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná/PR (1988); mestre (1996) e doutora (2006) em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1994. Áreas de interesse: tradição marxista; reforma do Estado; previdência pública e privada; serviço social e políticas sociais.

**SILVIA HELENA DE LIMA MONTEIRO** - Graduada em Licenciatura em Química pela Universidade Federal do Ceará (1990); especialista em Metodologia do Trabalho Científico (1992); mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (1996). Atualmente é professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, do curso de Licenciatura em Química e presidente do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual Vale do Acaraú (SINDIUIVA).

**TÂNIA MARIA BATISTA DE LIMA** – Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (1988) com Mestrado (1994) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2006). Fez Doutorado Sanduíche na Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA (2004) e Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande-RS (2015). Atualmente é professora Associada I da Universidade Federal do Ceará. Coordenou a Pesquisa Diagnóstico da Educação de jovens e adultos no Estado do Ceará (2001-2011) e no Estado de Alagoas (2001-2011), financiada pela FINEP. Coordenadora do Núcleo de Educação do Observatório de Avaliação de Políticas Públicas do Ceará (OPP-UFC). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, Administração de Sistemas Educacionais e Tecnologias em contexto educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: política educacional, gestão educacional, educação superior, formação de professores e educação a distância.

**ZULEIDE FERNANDES DE QUEIROZ** – Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (1986), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (1992), Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2003) e estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). É Professora Associada da Universidade Regional do Cariri - URCA, Professora Adjunta da Faculdade de Juazeiro do Norte e Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte. É Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável - PRODER da Universidade Federal do Cariri - UFCA. Pesquisadora na área de Educação, com ênfase em História da Educação no Cariri Cearense, atuando principalmente nos seguintes temas: história das instituições, história de formação de professores, o feminino e educação e saúde e educação.



